

# Cadernos do ILP

ENSINO – PESQUISA – EXTENSÃO CULTURAL

volume 4, número 1 , 2023





# Cadernos do ILP

**ENSINO – PESQUISA – EXTENSÃO CULTURAL**  
São Paulo, volume 4, número 1, 2023

---

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**MESA DIRETORA**

Presidente: Carlão Pignatari  
1º Secretário: Luiz Fernando T. Ferreira  
2º Secretário: Rogério Nogueira  
1º Vice-Presidente: Wellington Moura  
2º Vice-Presidente: André do Prado  
3º Vice-Presidente: Professor Kenny  
4º Vice-Presidente: Caio França  
3º Secretário: Léo Oliveira  
4º Secretário: Bruno Ganem

**INSTITUTO DE ESTUDOS, CAPACITAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DO PODER  
LEGISLATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**(INSTITUTO DO LEGISLATIVO PAULISTA – ILP)**

Diretora-Presidente: Karina Leite do Carmo Conceição  
Diretor-Executivo: Miguel Biazzo Neto  
Diretora-Executiva: Any Marise Ortega

**CADERNOS DO ILP: ENSINO – PESQUISA – EXTENSÃO CULTURAL**  
Editora: Any Ortega

**CORPO CONSULTIVO**

Alex Peloggia  
Ana Carolina Corrêa da Costa Leister  
Gazy Andraus  
Giuliano Tierno de Siqueira  
Julio de Souza Comparini  
Marta Maria Assumpção-Rodrigues  
Sílvio Gabriel Serrano Nunes  
Sirlene Arêdes  
Stanley Plácido da Rosa Silva  
Thiago Dias



---

© copyright dos autores  
© copyright desta edição: ILP

***Cadernos do ILP: Ensino – Pesquisa – Extensão Cultural***

Publicação do Instituto do Legislativo Paulista  
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo  
São Paulo (SP)  
Volume 4, número 1, 2023.  
ISSN: 2675-8865  
Editora: Any Ortega

Revisão: ILP  
Capa: Gazy Andraus, a partir da HQ “Totem Adormecido”.

**FICHA CATALOGRÁFICA**

---

Cadernos do ILP: Ensino - Pesquisa - Extensão Cultural / Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos, Capacitação e Políticas Públicas do Poder Legislativo do Estado de São Paulo. – v. 4, n. 1 (Janeiro, 2023). – São Paulo: Instituto do Legislativo Paulista, 2023;  
23 cm (novo formato)

Semestral  
ISSN: 2675-8865

1. Ciência política – Periódico. 2. Políticas públicas – Periódico. I. Instituto de Estudos, Capacitação e Políticas Públicas do Poder Legislativo do Estado de São Paulo.

---

As opiniões e conceitos expressos nos textos assinados, bem como as informações fornecidas, a originalidade dos trabalhos, a citação de fontes e o adequado uso de imagens, são de responsabilidade dos autores, não representando concepções oficiais desta publicação ou de sua editoria, do ILP ou da ALESP.  
Publicação de livre acesso e distribuição gratuita. É permitida a reprodução, para fins de pesquisa e educacionais, não lucrativos, desde que citada a fonte.

**Instituto de Estudos, Capacitação e Políticas Públicas do Poder Legislativo do Estado de São Paulo (Instituto do Legislativo Paulista – ILP)**  
Avenida Sargento Mário Kozel Filho s/nº - 04005-080 – São Paulo – Brasil  
(11) 3886-6288 / [ilp@al.sp.gov.br](mailto:ilp@al.sp.gov.br) / [www.al.sp.gov.br/ilp](http://www.al.sp.gov.br/ilp)

---

# Editorial

Os *Cadernos do ILP: Ensino – Pesquisa – Extensão Cultural apresentam*, neste primeiro número de 2023, textos relacionados aos cursos e eventos realizados em 2022, na forma de artigos e sínteses didáticas. Os assuntos vão da Geopolítica à Arte, expressando a diversidade temática sempre enfatizada pelo Instituto do Legislativo Paulista em sua programação.

Ao encontro dessa diretriz, este número traz as Atas do Seminário “Roteiros Geoturísticos no Estado de São Paulo”, organizadas pelo geólogo Alex Peloggia, e uma HQ do artista plástico Gazy Andraus, que gentilmente a cedeu para esta publicação. A todos os colaboradores do ILP, sempre voluntários, nosso agradecimento.

A grande novidade deste volume, todavia, é o prosseguimento da seção Projeto SISPELegis, com a publicação de relatos produzidos por algumas das escolas legislativas municipais integrantes do projeto, abordando a história dos municípios e das escolas, bem como de suas principais iniciativas.

Lembramos que os *Cadernos do ILP* recebem contribuições em fluxo contínuo, para as seções *ALESP Análise e Reflexão*, *Reflexões Livres & Temas Contemporâneos* e, ainda, *Resenhas*. Nossa política editorial pode ser consultada no final deste número.

Os números anteriores desta publicação podem ser livremente acessados na Biblioteca Digital da ALESP ou por meio da página do ILP no portal da ALESP.

Any Ortega  
Editora

---

# Sumário

## *Reflexões Livres e Temas Contemporâneos*

### **O Brasil, a ONU e uma Lutz: uma brasileira na carta da ONU**

Thiago dos Santos Dias

10-16

### **Uma Geopolítica para os desafios da contemporaneidade: do clássico ao aeroespacial**

Guilherme Sandoval Góes e Thiago dos Santos Dias

17-30

### **Geopolítica Aeroespacial.**

Carlos Eduardo Valle Rosa

31-42

### **A Indústria Aeroespacial do Vale do Paraíba e a Certificação de Manutenção Aeronáutica: noções introdutórias de Geopolítica**

João Claudio Faria Machado

43-49

## *Sínteses Didáticas*

### **Parcerias entre o Terceiro Setor e o Poder Público: a implementação da Lei nº 13.019/2014**

Lucia Maria Bludeni e Vanessa Ruffa Rodrigues

51-55

### **Gestão preventiva no Terceiro Setor: o que você precisa saber.**

Lucia Maria Bludeni e Vanessa Ruffa Rodrigues

56-59

## *ILP Ciência & Cultura*

### **Arte Moderna e conhecimento geológico: um retorno a 1922**

Alex Peloggia

61-73

---

**HQ “Totem Adormecido”**

Gazy Andraus

74-81

**ATAS DO SEMINÁRIO**

**“Roteiros Geoturísticos no Estado de São Paulo”**

Alex Peloggia (organizador)

**O Geoturismo como vivência da geodiversidade**

Alex Peloggia

84-86

**Subindo a serra rumo ao Eldorado: geodiversidade e patrimônio no Caminho do Peabiru entre São Vicente e São Paulo**

Maria da Glória Motta Garcia, Debora Silva Queiroz, Eliane Aparecida Del Lama e Marina Barros Santander

87-96

**Histórias e Paisagens do Projeto Geoparque Corumbataí.**

André de Andrade Kolya

97-111

**Geoturismo Urbano na Cidade de São Paulo**

Eliane Aparecida Del Lama

112-117

**Roteiro Geoturístico da trilha do Quilombo, região sul de Ubatuba (SP)**

Maria do Carmo Oliveira Jorge

118-122

**Geoturismo no Circuito Lagamar SP de Cicloturismo entre os municípios de Iguape, Ilha Comprida e Cananeia**

Raquel Mamblona Marques Romão, Maria da Glória Motta Garcia e Stephanie Somekawa

123-131

---

**Projeto SISPELegis**

**Escola do Parlamento e Cidadania “Professora Alice Clara Soares Frias”, Câmara Municipal de Mairiporã.**

Edgard Pinheiro Lucindo e Diego Ângelo dos Santos  
133-139

**Escola do Legislativo de Caconde: um começo**

Richard Silva Ferfoglia Maguim  
140-145

**Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Taboão da Serra: a escola a serviço da comunidade**

Adalberto de Carvalho Graciano e Victor Hugo oliveira dos Anjos  
146-151

**Escola do Legislativo de Cajamar**

Heloísa Paros Inácio  
152-157

**A Escola do Legislativo “Cidade Livre do Rio Pardo”: homenagem ao pionerismo republicano**

Luciana Callegari Marques dos Santos Perussi, Rafael castro Kocian e Matheus Dalbon Schiavon  
158-169

---

# **Reflexões Livres & Temas Contemporâneos**

---

# O BRASIL, A ONU E UMA LUTZ: uma brasileira na Carta da ONU

Thiago dos Santos Dias

A Organização das Nações Unidas (ONU) atravessa desafio ainda maior do que nos anos da Guerra Fria, quando ainda era reconhecida e valorizada pelos seus membros fundadores e, especialmente, utilizada pelos seus membros permanentes do Conselho de Segurança (CSNU), EUA, URSS – à época – França, Reino Unido e China. Os desafios atuais são aparentemente aqueles sempre lembrados por jornalistas e especialistas, efetividade, capacidade de manter a paz e discutir o desenvolvimento, todavia, a discussão é ainda mais ampla, dada a guerra em território europeu e o fortalecimento de países fora do eixo ocidental tradicional.

Entretanto, assim como alerta o sinólogo Victor Mair (2005), sobre o ideograma chinês para “crise”, como meio polissêmico para “ponto de mudança”, ainda que outro termo equivocado, a palavra “oportunidade” tenha ficado impresso nas mentes e corações daqueles que ouviram ou reproduziram discurso de John F. Kennedy, é em momentos como o atual que, talvez iniciados ainda nos anos 2000 com a chamada “Guerra ao Terror” e a Crise Financeira de 2008, deve se verificar a trajetória percorrida, ajustar a proa e fazer o ponto de mudança.

Neste contexto, vem à luz a passagem pelas Nações Unidas de uma brasileira um tanto quanto conhecida, um tanto quanto desconhecida por outros, Bertha Lutz, zoóloga e advogada, nascida em 1894, uma das responsáveis pela luta pelo voto feminino e, entre outras coisas, pela inserção do termo “mulheres” na Carta da ONU (DIETRICH e SATOR 2017), como é possível assistir em documentário recentemente disponível em plataforma de “streaming”, “Bertha Lutz, a mulher na Carta da ONU” do ano de 2019.

Ainda que seu trabalho como membro de movimentos de cunho feminista seja mais destacado, deve-se apontar e divulgar do Monte

---

Caburaí ao Arroio do Chuí e da Serra da Contanama à Ponta do Seixas o papel de Bertha Lutz às discussões da fundação das Nações Unidas, em um quadro que era de relevância estratégica fundamental para o Brasil de 1945, que fazia das negociações da Carta da ONU seu momento fulcral para possível reconhecimento do país como um possível membro permanente do CSNU, conforme fora prometido por Roosevelt ao presidente Getúlio Vargas ainda durante o curso da Segunda Guerra Mundial (CERVO 2011, DIAS 2019).

Décadas antes o Brasil havia se destacado internacionalmente na II Conferência de Paz de Haia (1907), por meio de Rui Barbosa, cuja alcunha em seu retorno ao país foi dada como “Águia de Haia”, em razão da defesa destacada do princípio da igualdade jurídica dos Estados e da capacidade de discurso e negociação que teve ao enfrentar as potências europeias e os EUA em várias das propostas que afetariam diretamente o Brasil e outras jovens nações da época, ademais dos riscos de prevalecer o direito da força sobre a força do direito (CARDIM 2008). Outrossim, como legado brasileiro nas negociações em Haia e, posteriormente, em Versalhes ao fim da Grande Guerra (1914-1918), o Brasil teve posição ainda mais ressaltada com a indicação e aprovação de magistrado brasileiro para integrar a Corte Permanente Internacional de Justiça criada, inicialmente com o nome de Rui Barbosa, mas assumida por Epitácio Pessoa, cuja atuação na elaboração do Direito Internacional é recordada (LIMA 2017).

Quanto à Bertha Lutz, sua relevância ficou apontada em atuações como a luta política pelo desenvolvimento do país e da inserção feminina nas diversas esferas da sociedade, o que transbordou aos mais altos níveis de gestão, resultando na sua indicação para várias conferências internacionais durante os anos, o que culminou com sua nomeação para atuar como uma das delegadas plenipotenciárias do Brasil na Conferência de São Francisco que daria origem à Carta da ONU, em 1945 (BARRETO 2011). A capacidade de delegada plenipotenciária significava a liberdade de atuação dentro do mandato presidencial que lhe fora atribuído para atuar e negociar os interesses do Brasil, junto com outros delegados, na maioria diplomatas brasileiros.

---

Sua participação é destacada como de fundamental relevância, não apenas pela época, o momento ou a participação brasileira, em si, mas pela oportunidade bastante rara, considerando que o número de mulheres na Conferência de São Francisco, pois, Bertha, segundo Lima (2017):

Sua atuação foi essencial à causa dos direitos da mulher no plano global. Apenas 3% dos 160 participantes da Conferência de São Francisco eram mulheres. Bertha Lutz foi a única mulher brasileira a firmar a Carta da ONU, num gesto protocolar de importância histórica para o país latino-americano que participara de forma singular da guerra (LIMA 2017).

Recém-descoberta por duas pesquisadoras estrangeiras, Elise Dietrichson e Fatima Sator, pesquisadoras da Universidade de Londres, Bertha Lutz é apontada como coordenadora real de um trabalho que é apontado inicialmente como sendo dos valores advogados por Eleanor Roosevelt (PIOVESAN 2009, p.146). Conforme Sarah Venites (2021):

Para Elise Luhr Dietrichson e Fatima Sator, pesquisadoras da Universidade de Londres, o papel que Bertha Lutz e a delegada Minerva Bernardino, da República Dominicana, desempenharam na Conferência tem sido subdimensionado. Afirmam que as duas delegadas foram responsáveis por persistirem na convicção de explicitar o direito das mulheres no texto da Carta, mesmo diante da resistência de delegadas de outros países. Quatro mulheres assinaram a Carta de São Francisco – Bertha Lutz, pelo Brasil; Wu Yi-fang, pela China; Minerva Bernardino, pela República Dominicana; e Virginia Gildersleeve, pelos Estados Unidos. De acordo com Dietrichson e Sator, dessas quatro, apenas duas lutaram, de fato, pelos direitos das mulheres: Lutz e Bernardino. Apesar disso, segundo as pesquisadoras, quase todas as obras que tratam do tema atribuem a defesa dos direitos da mulher às quatro delegadas. Pode-se averiguar, portanto, que a maioria dos autores define a participação feminina na conferência em função de seu sexo, e não de seus atos. (VENITES 2021, p. 145).

---

Interessantemente, como foco de importância, a História, não raro, se concentra naqueles que mais se destacam relevantes ou mais a divulgam, o que, no último caso, não foi o caso de Bertha Lutz ou de Minerva Bernardino, a então representante da República Dominicana. Basta ver que a histórica participação do Brasil no cenário internacional é muitas vezes valorizada fora do país e esquecida internamente, desde Rui Barbosa em Haia ou Oswaldo Aranha na Organização das Nações Unidas e seu voto pela criação do Estado de Israel, ou ainda na participação na predecessora Liga das Nações, organismo que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, de inspiração no projeto de Woodrow Wilson em seus *Quatorze Pontos para a Paz Mundial*, que buscavam indicar uma nova rota para a política e o Direito Internacional, sob um viés idealista (KISSINGER 2001).

A atuação da brasileira tem sua mais destacada, ainda que oculta, força em um detalhe específico apontado por Venites (2021) em sua análise do estudo das pesquisadoras Dietrichson e Sator:

A inclusão do princípio da igualdade entre homens e mulheres no preâmbulo da Carta foi uma vitória de Bertha Lutz e das mulheres que lutaram a seu lado. Para Dietrichson e Sator, o artigo 8 da Carta da ONU20 foi uma contribuição da América Latina – ou melhor, das mulheres da América Latina que lutaram por sua inserção. Elas enfrentaram a resistência de Virginia Gildersleeve e de outras mulheres presentes à conferência, as quais afirmavam que a igualdade de direitos estava bem estabelecida em seus países e julgavam a inserção do artigo 8 uma atitude vulgar e desnecessária. As pesquisadoras contam, ainda, que a defesa veemente de Bertha Lutz em relação à emenda do texto lhe valeu o apelido “Lutzwaffe”, em referência à Luftwaffe alemã (VENITES 2021, pp. 145-146).

Quando analisamos a atuação do Brasil na ONU passamos pelos mais variados pontos, tal como a participação brasileira exercida no Haiti, na operação de paz chamada de MINUSTAH, mediante mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ALMEIDA, 2007) ou demais operações de paz a que o país integrou e sua recente atuação com uma fragata nos limites marítimos entre Líbano e Israel ou atos

---

nos mais diversos órgãos setoriais e na relevância do Conselho de Segurança, mas nos passa a largo a questão Lutz, qual seja, como uma mulher brasileira pode, através dos meios à disposição, com sua disciplina e formação intelectual atuar naquela que seria a conferência que mudaria a lógica da política internacional das próximas décadas, como ressaltou Garcia (2015):

A delegada Bertha Lutz se destacou pelo empenho na defesa dos direitos da mulher, juntamente com Minerva Bernardino, da República Dominicana, e outras poucas delegadas e assessoras presentes que aderiram à iniciativa. Na primeira Comissão, Lutz se bateu para que fosse expressamente reconhecido às mulheres o direito de ocupar quaisquer cargos no Secretariado da organização, inclusive os eletivos, além de se consagrar na Carta o princípio da igualdade dos seres humanos, sem distinção de sexo, credo, língua ou raça (GARCIA 2015, p. 244).

Assim, com o transcorrer das Nações Unidas, além do tradicional pleito de ingresso do Brasil no Conselho de Segurança como membro permanente e as negociações conjuntas através do G-4 (Brasil, Índia, Alemanha e Japão) a fim de alterar aquele Conselho, tornando mais efetiva e legítima a ordem de um mundo multipolar, a atuação de Bertha Lutz ficou na sombra de outros fatores. Se o objetivo da Pátria é fortalecer a participação do Brasil na ONU (GOÉS, 2020), e mais específico em seu Conselho de Segurança, o ingresso como membro permanente desse órgão e a participação internacional através da política e direito internacional, a divulgação e consciência de personagem histórico tão importante na história nacional deve ser apontada, seja como manifestação do *soft power* brasileiro, seja quanto ao necessário valor aos personagens históricos que formaram o Brasil.

Se no mundo do século XXI fica impossibilitado ignorar as realidades visíveis e invisíveis, tão mais acertada deve ser a divulgação de Bertha Lutz como uma das representantes que foi capaz de tornar inspiração em ato ao reconhecer direitos na Carta da ONU, por alguns juristas chamada de “Constituição do Mundo”, bem como para fins de destaque do Brasil a um assento no Conselho de Segurança que

---

reconheceria não apenas nossas dimensões geográficas e econômicas mas nossa capacidade sermos um pouco do mundo em um só grande país continental, onde se encontram as mais diversas manifestações sociais e étnicas, naquela que seria a terra dos sonhos de um sacerdote italiano, Dom Bosco, ou uma nação que tem possui seu destino manifesto, conforme sua tradição de paz.

## Referências

- ALMEIDA, Paulo R. (2007). O Brasil como ator regional e global: Estratégias de política externa e impacto na nova ordem internacional. *Cena Internacional* 9 (1): 7-36.
- BARRETO, Fernando P. M. (Fº) (2001). **Os Sucessores do Barão, 1912-1964.** São Paulo: Paz e Terra.
- CARDIM, Carlos H. (2008). **A Raiz das Coisas:** Rui Barbosa - O Brasil no Mundo. Civilização Brasileira.
- CERVO, Amado L.; Bueno, Clodoaldo (2011). **História da Política Exterior do Brasil.** 4. ed. Brasília: UnB.
- DIAS, Thiago S. (2019). **O G-4 e a Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas:** o Brasil na ONU. São Paulo: Amazon.
- DIETRICHSON, Elise L.; SATOR, Fatima (2016/17). Les oubliées de San Francisco. *Le Monde Diplomatique. Manière de voir*, 150.
- GARCIA, Eugênio V. (2015). O Brasil em São Francisco. In: Fontoura, P.R.C.T. et al. (orgs.) *O Brasil e as Nações Unidas, 70 anos*. Brasília: FUNAG, p. 233-258.
- GÓES, Guilherme S. (2020). Geopolítica e Constituição à Luz do Estado Democrático de Direito. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* .9(18): 107-131.
- KISSINGER, Henry (2001). **Does America need a foreign policy?** Toward a diplomacy for the 21st century. New York: Simon & Schuster.
- LIMA, Sérgio E.M. (2017). Bertha Luz e a criação da ONU. *O Globo*, 28 nov. 2017.
- PIOVESAN, Flávia (2009). **Direitos humanos e o Direito Constitucional internacional.** 10. ed. São Paulo: Saraiva.
- VENITES, Sarah A.R. (2021). Bertha Lutz e a posição brasileira sobre os direitos das mulheres na Conferência de São Francisco. *Cadernos de Política Exterior* 7(10): 137-148.

---

## **Conceitos fundamentais**

**ONU** - Organização das Nações Unidas. Criada em 1945 pelos estados ganhadores da II Guerra Mundial.

**Conselho de Segurança:** Órgão setorial da ONU que reúne 15 países, sendo cinco membros permanentes (EUA, Reino Unido, Rússia, China e França) e 10 membros temporários (eleitos pelo período de dois anos), tomando as principais decisões sobre a segurança internacional e a manutenção da paz.

---

### **Thiago dos Santos Dias**

Mestrando em Ciências Aeroespaciais pela Universidade da Força Aérea (Ministério da Defesa). Advogado e professor, graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2014). Especialista em Direito Ambiental, Direito Constitucional e Direito Tributário pela Universidade Cândido Mendes.

---

# **UMA GEOPOLÍTICA PARA OS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE: do clássico ao aeroespacial<sup>1</sup>**

**Guilherme Sandoval Góes  
Thiago dos Santos Dias**

## **Introdução**

Os estudos das relações entre a Geopolítica e o Direito são fenômenos epistemológicos relativamente recentes dentro da História da Humanidade, cuja trajetória de evolução envolve *pelas-migrações, repousos, guerras, epidemias, combates, derrotas e vitórias entre os povos da Terra.*

É nesse sentido que desponta uma nova vertente da teoria constitucional contemporânea, denominada constitucionalismo estratégico, cuja dinâmica parte do conceito de Geodireito, aqui vislumbrado como o ramo da ciência que examina a influência recíproca entre o direito e a geopolítica na conformação dos direitos fundamentais do cidadão comum sob os influxos do Estado Democrático de Direito. Em consequência, a expressão “Geodireito” quer simbolizar o diálogo entre a geopolítica mundial, o direito constitucional e o poder do Estado, formando um todo epistemológico voltado para a garantia de vida digna para todo e qualquer cidadão (GÓES, 2021, p. 308).

Infelizmente, há que se reconhecer que esta linha epistemológica ainda é incipiente no Brasil, isto significa dizer que ainda não há no País um pensamento acadêmico multidisciplinar,

---

<sup>1</sup> As opiniões expressas neste artigo não representam a linha oficial do Instituto do Legislativo Paulista ou das instituições às quais os autores estão vinculados. De forma diversa, são visões e opiniões pessoais dos autores dentro das suas pesquisas acadêmicas.

---

capaz de construir um saber nacional efetivamente autônomo nesta área.

Assim, em linhas gerais, o Geodireito examina a correlação entre a Geopolítica e o Direito, dentro de uma tentativa de que suas normas no mundo busquem constranger ou promover fenômenos na Geopolítica, englobando questões das mais diversas como as territoriais, históricas e econômicas de modo expandido. É campo epistemológico pouco examinado no Brasil, todavia mais pesquisado na Europa, por Natalino Irti (2005), ou nos Estados Unidos, por Phillip Bobbitt (2003), a partir dos interesses dos tomadores de decisão dos Estados nacionais. Vale aqui destacar que, diferentemente de Natalino Irti que usa expressamente o termo Geodireito, o eminent doutrinador Philip Bobbitt não o faz, porém sua paradigmal obra (2003) trata do início ao fim das relações entre a estratégia nacional e o direito constitucional e, destes com o direito internacional, *in verbis*:

Afinal, nos últimos 25 anos, levei uma vida dupla. Como professor, dividi minha vida entre o Texas e a Inglaterra. Nos Estados Unidos, ensino direito constitucional na Universidade do Texas; no Reino Unido, dei aulas de estratégia nuclear, primeiro em Oxford e mais tarde no Kings College em Londres. No exterior, ensino apenas estratégia; em meu país, apenas direito. (2003, p. 3).

É nesse diapasão que o Geodireito coloca as variáveis geopolíticas em contato direto com as variáveis jurídicas, dentro de uma simbiose multidisciplinar que faz avançar a garantia de direitos fundamentais, notadamente os direitos sociais de segunda dimensão, submetidos ao conceito de reserva do possível (falta de recursos financeiros do Estado para atender a todas as demandas da sociedade como um todo). Defende-se, portanto, a tese de que o Geodireito é o ramo do conhecimento científico que se destina a examinar as relações epistemológicas entre a geopolítica mundial e o direito interno (sentido amplo), bem como as relações epistemológicas entre a interpretação constitucional e a grande estratégia de desenvolvimento nacional (sentido estrito). É a base científica do estadista na sua tarefa de promover o desenvolvimento nacional, da mesma forma que é a base científica do juiz na sua tarefa de decidir

---

sobre uma questão estratégica fundamental do Estado brasileiro. (GÓES, 2021, p. 309-310).

Em suma, ainda que a Geopolítica sempre estivesse presente entre os povos, religiões, culturas e mitos, assim também esteve o Direito, conforme o repetido brocardo do jurista, *ubi societas, ibi jus*, ou seja, onde houvesse sociedade ali estaria o direito a regulá-la. Se a presença do Direito e da Geopolítica sempre foram presentes, apesar de sua científicidade constatada nos últimos séculos na Europa, não podemos ignorar que a presença de um desses elementos predominando sobre o outro podem repercutir em impactos não desejados na balança sócio-política em que nos encontramos como povos dos mais diversos.

Não é de se surpreender que a questão da paz e da guerra sejam estudados por vários cientistas sociais e pesquisadores da psique humana, o que pode nos levar a discussões como aquelas entre Freud e Einstein em suas trocas de cartas no período do Entre-Guerras ou análises como as de Waltz (2004) ao apontar possíveis respostas no comportamento do homem. Outrossim, a economia, pela escassez de recursos, como também a utilização máxima das forças e recursos disponíveis poderão contribuir para maiores cenários de estabilidade ou instabilidade.

Neste quadro, a Geopolítica vai despontar na Europa com suas potencialidades no fim do século XIX e início do século XX e com traços acentuados especialmente na *Era dos Impérios*, como escreveu o historiador britânico Eric Hobsbaw. As preocupações territoriais e econômicas dos países europeus e a busca do equilíbrio de poder após as guerras napoleônicas com o Congresso de Viena de 1812 levam a novas conformações no Velho Continente, que, na escalada de novas tensões, pulsões pelo desenvolvimento, rivalidades imperiais e uma ciência em desenvolvimento se colidiram fortemente com a Grande Guerra (1914-1918), marcando o mundo que não se queria mais e buscando desenhar um novo mundo, o que, de fato, somente foi possível após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), dentro de uma estrutura construída política, econômica e juridicamente pelas potências vencedoras.

Com efeito, após a Segunda Guerra Mundial, começa a trajetória da América hegemônica com o sistema de gerenciamento

---

financeiro internacional de Bretton Woods com a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BIRD) e do sistema dólar-ouro, três grandes acontecimentos, que demarcam a aliança dos países industrializados vencedores da Segunda Guerra Mundial sob a liderança estadunidense. Nesse sentido, vale destacar o longo caminho percorrido pela América hegemônica, desde Bretton Woods (1944), perpassando pelo Plano Marshall (1947), Clubes de Paris (1956) e Roma (1968), declaração unilateral de desvinculação do dólar ao ouro (1971), Comissão Trilateral (1973), criação do G7 (1975) e desalinhamentos cambiais do Acordo de Plaza (1985),<sup>2</sup> até, finalmente, chegar-se à queda do muro de Berlim, em 1989, apogeu do ciclo hegemônico da *pax americana*, impulsionado que foi pelo colapso da União Soviética. Com efeito, a queda do muro de Berlim inaugurou a globalização neoliberal, regida pela *pax americana*, na qual a única superpotência remanescente do planeta ficaria encarregada de patrocinar a abertura mundial da economia, ao mesmo tempo em que garantiria a paz mundial (GÓES, 2020, p.113-114).

Assim, Geopolítica e Direito tiveram que se unir, aquela aportou questões relevantes apresentando o mapa das condições, enquanto o último foi capaz de prover rotas menos socialmente custosas e mais seguras a serem percorridas. Exemplifica-se a questão com a construção do projeto *onusiano* nas conferências dos Aliados ainda durante a Segunda Guerra, mas com marco determinante em Dumbarton Oaks e Yalta, com a criação de um sistema que abarcava o Liberalismo Econômico sob a égide dos Estados Unidos, por meio do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial e a reunião dos diversos países em um organismo multilateral, a Organização das Nações Unidas, cuja palavra final seria dada por um Conselho de Segurança, uma forma de princípio *primus inter pares*, (primeiro entre

---

2 O Acordo de Plaza, imposto pelos Estados Unidos, em setembro de 1985, forçou a valorização do iene japonês e do marco alemão, com o objetivo de baixar a cotação do dólar norte-americano, propiciando assim aos EUA a redução do seu déficit comercial, bem como recuperando sua competitividade internacional em relação à Alemanha e ao Japão.

---

iguais), em que as decisões sobre Paz e Segurança repousam no mandato conferido por seus membros<sup>3</sup>.

Nos desafios da contemporaneidade, a Geopolítica e o Direito são ferramentas de análise ao estrategista e ao gestor público ou privado, como se pode ver quando um conflito como a Guerra da Ucrânia e a Covid-19 resultam em quebra das cadeias de valor, interrompimento de fornecimento de recursos energéticos ou a queda de comunicações mitigada pelo uso de satélites privados para apoio de nação em guerra, como se verá nessa breve análise.

### Lições da Geopolítica Clássica

A Geopolítica, como concebida entre os séculos XIX e no início do século XX, se direcionava fundamentalmente ao estudo da correlação de forças, seja militares, seja também econômicas, tecnológicas, culturais e sociais, em um território definido e sua interdependência com o espaço mundial (WACKERMANN, apud VESENTINI, 2012, p. 10).

O termo teria sido utilizado inicialmente por Rudolf Kjellén, sueco, em 1899, ao descrever características do seu país, porém reposaria também nas visões de Friedrich Ratzel, geógrafo prussiano, acerca do Estado como organismo vivo, em uma visão darwinista do contexto em que desenvolveu suas pesquisas, que dependeria da expansão territorial para sua existência, que em outro momento seria mais associado ao trabalho de Karl Haushofer (ROSA, 2021). Entre as potências anglo-saxãs, Halford J. Mackinder desenvolveria sua teoria do pivô, apontando a importância do domínio da massa continental euroasiático para controlar o globo, o *heartland* (MACKINDER, 1942, 78), sendo essa teoria uma das possíveis maneiras de analisar a Guerra da Ucrânia no corrente período. De outro lado, nos Estados Unidos,

---

3 ONU - Organização das Nações Unidas. Criada em 1945 pelos Estados ganhadores da II Guerra Mundial. Conselho de Segurança: Órgão setorial da ONU que reúne 15 países, sendo 5 membros permanentes (EUA, Reino Unido, Rússia, China e França) e 10 membros temporários (eleitos pelo período de 2 anos), tomando as principais decisões sobre a segurança internacional e a manutenção da paz.

---

Alfred T. Mahan apontaria a importância do domínio marítimo para a preservação do domínio geográfico e capacidade de poder estatal.

Não se pode negar, todavia, que Mahan, ao advogar pela conquista do poder naval, atuava, de fato, pela defesa do poder naval dos Estados Unidos, protegido por dois oceanos, Atlântico e Pacífico, longe da Eurásia, mas alcançável pelo *rimland*, termo apontado por Nicholas Spykman, bastante utilizado pelo estrategista norte-americano (VISENTINI, 2012).

Na perspectiva atual, não apenas esses elementos da Geopolítica Clássica devem permear a estratégia do tomador de decisão, mas o poder aeroespacial e seu domínio se tornam as novas fronteiras a serem exploradas, à luz de uma nova conformação não mais global, mas espacial que pode apontar uma visão neomackinderiana em que a Terra se torna o novo *heartland* a ser conquistado por meio do Espaço Exterior e do controle dos sistemas aeroespaciais, sendo a Guerra da Ucrânia um pequeno simulacro ou anúncio do que o domínio de sistemas como o Starlink, programa da SpaceX responsável pela distribuição de internet de banda larga, podem resultar em um contexto de domínio territorial (MANHÃES e VILAR-LOPES 2022).

Estaria o mundo da pós-modernidade abolindo as estruturas criadas no pós-guerra e retornando à Geopolítica, conforme Walter Mead (2014) apontara em artigo na *Foreign Affairs*?

Tais questionamentos se fazem presentes na análise do estrategista e do jurista. Afinal, não deveria estar na mente do auditor fiscal de uma aduana ou na análise acurada de um juiz ao negar ou conceder uma liminar em matéria de exportação ou de direito empresarial que a Guerra da Ucrânia ou a Pandemia da Covid-19 mudaram as estruturas ou tornaram evidentes as mudanças na Geopolítica global?

Nesse sentido, observe, com atenção, que a Guerra da Ucrânia potencializou ainda mais a crise da planetarização da Covid-19 no sentido não apenas da reconfiguração da geopolítica mundial (jogo de poder global entre os EUA e a China) mas, também pela ressignificação do papel social do Estado contemporâneo (Estado Liberal ou Estado Social). É válido argumentar que o novo contexto geopolítico mundial pode reeditar o arquétipo mackinderiano-spymaniano da Guerra Fria

---

com tintas da estatalidade pós-moderna. Com rigor, tal contexto já existia no mundo pré-Covid-19, onde já se questionavam as vantagens e as desvantagens entre a Estratégia das Grandes Alianças Transoceânicas Neoliberais de Barack Obama e a Estratégia Neoisolacionista do *América em Primeiro Lugar* de Donald Trump.

É por tudo isso que urge identificar o papel geopolítico do Brasil dentro da reconfiguração da ordem mundial pós-moderna, que ainda se encontra em construção, mas que já projeta os grandes desafios sobre os países de modernidade tardia do Sul Global, como, lamentavelmente, ainda é o caso do Brasil.<sup>4</sup>

Na sequência, sob os influxos desta verticalização de relações geopolíticas hierarquizadas, pretende-se formular as bases teóricas de uma geopolítica autóctone, genuinamente atrelada à identidade nacional e com *latitude cratológica* suficiente para garantir a expansão do núcleo estratégico brasileiro, aqui definido como sendo o conjunto de segmentos econômico-tecnológicos autônomos capazes de participar eficazmente da competição internacional.

Nesse sentido, a pergunta é simples: um país com mais de 200 milhões de habitantes pode abrir mão do seu núcleo estratégico tecnológico-industrial, transformando-se em mera sociedade de serviços, exportadora de produtos primários, sem valor agregado?

Eis aqui o grande dilema geopolítico dos países de modernidade tardia, como é o caso do Brasil: se se alinharem automaticamente às potências mundiais, provavelmente serão obrigados a aceitar o simples papel de exportadores de commodities. Por outro lado, se rejeitarem grandes acordos multilaterais de

---

4 Com efeito, o fim da Guerra Fria, em 1989, trouxe efeitos nocivos em relação às nações da África, das Américas Central e Latina e da maior parte da Ásia, que são coletivamente conhecidas como o Sul Global. Infelizmente, a situação desses países subdesenvolvidos do Sul Global projeta um quadro paradoxal que pode tanto gerar desenvolvimento econômico e social quanto agravar ainda mais a pobreza, a degradação ambiental, a fome e a violação dos direitos humanos do Sul Global, ao contrário do Centro Global, formado pelos países ricos que controlam o processo de tomada de decisões do sistema internacional. (...) Nos últimos tempos, a discussão em torno dessas relações se há intensificado, especialmente a partir da tentativa de reconfiguração neoliberal do Estado, cuja proposta metodológico-científica restaura o modelo de estatalidade mínima com o objetivo de desregulamentar relações jurídicas privadas, relativizando o conceito de soberania (GÓES 2019, p. 57-58).

---

abertura comercial, poderão ficar isolados dos maiores mercados consumidores do planeta.

Portanto, conceber uma grande estratégia de desenvolvimento nacional a partir da manutenção e expansão do seu núcleo estratégico, parece ser o grande desafio da sociedade brasileira, aí incluídos juristas e estrategistas.

### O Direito Internacional do pós-guerra e suas respostas

Quando analisamos as pesquisas de Phillip Bobbitt (2003), vemos que o resultado de grandes choques mundiais foram estabelecidos com pactuações globais ou regionais de grande escala em que após a saída da Geopolítica mais belicista, o Direito era utilizado como nova ferramenta para moldar os limites do mundo que se buscava reconstruir. Assim como retratado no livro de Erich Maria Remarque, *Nada de novo no front (Im Westen nichts neues)*, adaptado mais uma vez para o cinema em 2022, quando ocorre a saída dos oficiais generais da tomada de decisão, assumem os diplomatas alemães e os juristas, o que pode também ser visto como um ciclo, em que, não raro, com a saída da atuação dos diplomatas, são os oficiais generais que assumem o tabuleiro das movimentações estratégicas.

Se com os Tratados de Westfália que marcaram o fim da Guerra dos Trinta Anos (1648) temos a formação da concepção moderna de soberania estatal, no fim da Grande Guerra (1914-1918), foi estabelecida, sob inspiração em Kant, a Liga das Nações, com o Tratado de Versalhes (1919), que acabou sendo radicalmente testada pelas potências europeias durante o Entre-Guerras e a ausência de respostas da instituição aos avanços geopolíticos da Itália de Mussolini na Etiópia e as posteriores provocações de Hitler com a Tchecoslováquia e Polônia.

Como consequência, a Segunda Guerra Mundial se iniciaria, sendo que o desfecho geopolítico pode se encontrar com o Direito em uma dança de conciliação de interesses sobre o *heartland*, composto pela Europa e Ásia, e a necessidade de previsibilidade da potência americana que despontava naquele momento, os Estados Unidos.

Desde a Carta do Atlântico em 1941, os Estados Unidos apresentavam oficialmente o desenho do mundo que obstinavam ver,

---

o que se tornou parcialmente possível com as alianças construídas, reforçadas ou solidificadas para a conquista de meios e recursos para operar nos teatros de operação, ou seja, nas batalhas na Europa e Ásia, o que pode ser exemplificado com a realização de alianças com o Brasil, por exemplo, nas bases do Nordeste e o *Trampolim para a Vitória* (1992), a base de Parnamirim, no Rio Grande do Norte, que permitiu maior alcance das aeronaves aliadas rumo à Europa, passando pelo Norte da África, bem como situações como a das Filipinas e Austrália no Pacífico.

Com o fim da guerra ou em seu prelúdio, em conferências como Dumbarton Oaks (1944), Yalta e Potsdam (1945), pactuou-se juridicamente, por meio de um desejo idealista em termos políticos, mas bastante realista dentro do critério jurídico-internacionalista, a criação da Organização das Nações Unidas destinada à manutenção da paz e da segurança internacionais, que seria coordenada por um conselho, uma espécie de geopolítica das regiões, conforme ensina Garcia (2011):

A ideia original dos Quatro Policiais nasceu de uma concepção regionalista de Roosevelt acerca do ordenamento mundial que deveria emergir após o conflito e impedir a eclosão de uma Terceira Guerra Mundial. As grandes potências deveriam repartir seus deveres com a manutenção da segurança em cada região, evitando assim que os EUA ficassem obrigados a assumir compromissos militares por toda parte. Atuando de forma concertada, seria teoricamente possível aos Policiais fornecer razoável grau de “proteção” à Europa e à Ásia (GARCIA, 2011, 159-160)

Este órgão policial, uma preocupação geopolítica, se tornou o Conselho de Segurança das Nações Unidas durante as negociações finais na Carta de São Francisco, impondo um meio diverso ao antigo Conselho Executivo da Liga das Nações, o poder Veto, que outorgado aos cinco membros permanentes, EUA, URSS - à época - Reino Unido, França e China, deveria ser um moderador e平衡ador entre a geopolítica global e o idealismo de parcela dos diplomatas e juristas que contribuíam com o esforço de arquitetura das instituições do pós-guerra.

---

Neste aspecto é que já se percebia como Geopolítica e Direito se tornariam essenciais para a compreensão dos próximos setenta anos, em que o Geodireito seria uma realidade da pós-modernidade com a Covid-19 e a Guerra da Ucrânia e as várias formas de revisionismo que despontam nas nações:

(...) Geopolítica do mundo pós-pandêmico demanda uma verificação acurada das decisões econômicas, jurídicas, ademais das ações militares tradicionais associadas ao Realismo. O Geodireito, dessa forma, deve ser epistemologicamente compreendido como ramo autônomo da ciência jurídica que associa o Direito à Geopolítica para melhor estudar os fenômenos do Estado-Nação, tarefa hercúlea na realidade pós-moderna em que as fronteiras são atravessadas não mais por veículos blindados ou aeronaves militares estrangeiras, e sim por várias formas novas de guerra, como a cibernetica, a guerra jurídica por meio de *lawfare*, a economia etc. (GÓES, G. S.; DIAS,T. S., 2022, p. 21).

Naquele paradigma de 1945, a ONU se tornaria a instituição em que as esperanças da Humanidade repousariam, ainda que a Geopolítica pura buscasse retomar seu lugar com a bipolaridade entre EUA e URSS. Países como o Brasil, Suécia, Noruega, a Índia após a independência entre outros Estados soberanos souberam navegar pelo grande oceano das incertezas político-jurídicas e contribuíram para a consolidação da instituição-mãe, seja na Assembleia-Geral (AGNU), seja no Conselho de Segurança, quando diversos países puderam contribuir para o sistema onusiano como membros rotativos do Conselho.

É neste cenário de dificuldades que o Brasil pode atuar com relevância, cercando iniciativas de diversos potências quanto a temas como Meio Ambiente, Antártica, Economia etc., no Conselho Econômico e Social (ECOSOC), na AGNU ou em instituições especializadas como a OACI (Organização Internacional da Aviação Civil – ICAO) ou mesmo as instituições econômicas como as realizadas no corpo do GATT, que se tornaria a Organização Mundial do Comércio (OMC).

---

No aspecto ambiental, a Conferência de Estocolmo para o Meio Ambiente em 1972 se tornou um marco da atuação brasileira e de países em desenvolvimento quanto à defesa dos interesses específicos ante pressões das potências industriais, sendo que tal atuação foi possibilitada pelo reforço conceitual da questão do desenvolvimento com a pauta ambiental, conforme Lago:

A ligação conceitual entre desenvolvimento e meio ambiente foi obtida no processo preparatório e se tornaria incontestável durante a Conferência, e – verificar-se-ia mais tarde – marcaria de forma definitiva o tratamento multilateral do meio ambiente. Entretanto, havia ainda diversas áreas em que permaneciam divergências entre Norte e Sul. Nas questões de crescimento demográfico e de soberania, os países em desenvolvimento conseguiram conter as tentativas de inclusão da maioria dos conceitos que lhes pareciam prejudiciais. (LAGO 2006, p. 45)

Não raro, as dificuldades do presente se assemelham aos desafios do passado. Em momento de desafios, o Brasil, sob a influência de brasileiros como Therezinha de Castro, apontou uma proa para o desenvolvimento de teses capazes de coordenar necessidades para alguns contraditórias, como Meio Ambiente e Defesa Estratégica, quanto à discussão da Antártica e o entorno estratégico brasileiro.

Outra vez o Brasil se vê na necessidade de proteger seus diversos interesses, à luz de um Estado Constitucional de Direito colocado em 1988 que impõe o dever de se desenvolver economicamente dentro do primado da paz, mas o contexto geopolítico é mais avançado no aspecto científico-tecnológico.

Ou seja, nosso entorno estratégico deve ser analisado não mais dentro de um quatro somente do Atlântico-Sul, mas do quadro geral, das dimensões do globo e da sua inserção na Geopolítica Aeroespacial, da qual somos possuidores de, entre tantas riquezas, a localização geográfica próxima à linha do Equador como plataforma privilegiada de lançamentos espaciais.

Já no campo político-jurídico, o país é titular de um legado diplomático que remonta à inserção no multilateralismo desde que Rui

---

Barbosa ganhou a alcunha de *Águia de Haia* em 1907 na II Conferência de Paz de Haia e que hoje é vista na representação na Missão de Paz na ONU, seja no órgão de cúpula, o Conselho de Segurança, seja em pequenos comitês que podem se tornar grandes a depender dos interesses a serem defendidos como os temas em discussão no Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (COPUOS), órgão subsidiário da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, criado em 1959, após o lançamento do satélite Sputnik 1 e as preocupações geopolíticas que o Espaço apresentaria e nas quais viveremos neste século XXI, ao que se denota, por fim, a urgente invocação de uma análise geopolítica e jurídica, por meio do Geodireito, a fim de combater as tempestades à frente e as turbulências de forma a não desconsiderar a estratégia dos Estados soberanos e a dignidade da pessoa humana no globo (GÓES 2019).

É por tudo isso que o constitucionalismo estratégico deve fomentar o fortalecimento do sistema de criação de riqueza nacional de modo inteligente e autônomo, explorando as potencialidades naturais e as vantagens estratégicas do País. Isto significa dizer por outras palavras que, nesses tempos de globalização neodarwinista, a estratégia de inserção internacional do Brasil deve ser planejada a partir de uma normatividade constitucional compatível com as potencialidades de “superpotência agrícola”, “superpotência energética” e “superpotência verde-aquífera”, que, indviduosamente, somos. Eis aqui o fundamento do constitucionalismo estratégico brasileiro no século XXI: A Constituição e as demais normas infraconstitucionais do País não podem obstaculizar a consolidação de nossa posição de potência global nos campos do agronegócio, da produção de energia limpa e renovável, de água potável e da proteção do meio ambiente. Ou seja, os marcos regulatórios associados à trilogia alimentos-energia-meio ambiente devem ser concebidos a partir de visão superior que possibilite realizar as potencialidades do Estado brasileiro. (GÓES 2021, p. 317).

E mais: a confluência dos valores liberais (livre iniciativa e estatalidade mínima) com os valores sociais (justiça social com intervenção estatal) deve ser feita a partir da garantia do núcleo essencial da dignidade humana e cuja efetividade dependerá da expansão do núcleo estratégico nacional. Por núcleo estratégico

---

nacional, entende-se o conjunto de segmentos econômico-tecnológicos autônomos capazes de participar eficazmente da competição internacional. Há que se compreender que a Constituição e a Estratégia Nacional são faces de uma mesma moeda: o Estado hodierno. (GÓES 2021, p. 320).

## Referências Bibliográficas

- BOBBITT, Phillip (2003). **A Guerra e a Paz na História Moderna: o impacto dos grandes conflitos na formação das Nações.** Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- GARCIA, Eugênio V. (2011). De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945. *Revista Brasileira de Política Internacional* 54 (1): 159-177.
- GÓES, Guilherme S. (2019). A ordem metaconstitucional de direitos humanos e seus desafios no mundo globalizado. *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro* 22(44): 56-76.
- GÓES, Guilherme S. (2020) Geopolítica e Constituição à luz do Estado Democrático de Direito. *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* 10 (18): 107-131.
- GÓES, Guilherme S. (2021). A Era do Geodireito. In: Vieira, D.P.C.; Góes, G.S.; Freitas, M.D.; Lima, S.A. (orgs.), *Direito no Contexto Internacional*. Rio de Janeiro: Pembroke Collins.
- GÓES, Guilherme S.; DIAS, Thiago S. (2022) A análise do Geodireito no espectro da Guerra da Ucrânia e os desafios prospectivos. *Revista da UNIFA* 35(2): 17-25.
- MANHÃES, L.; VILAR-LOPES, G.(2022). Programa Starlink na Guerra Russo-Ucraniana. *Revista da UNIFA* 35(2): 26-31.
- IRTI, Natalino (2005). *Norma e luoghi: problemi di geo-diritto*. Roma-Bari: Laterza.
- SMITH, Clyde (Jr.) (1992). *Trampolim para a vitória: os americanos em Natal durante a Segunda Guerra Mundial*. Natal: EDUFRN.
- WALTZ, Kenneth N. (2004). **O Homem, o Estado e a Guerra:** uma análise teórica. São Paulo: Martins Fontes.

---

**Guilherme Sandoval Góes**

Capitão de Mar-e-Guerra (RM1) da Marinha do Brasil. Pós-Doutor pela UNIFA e Doutor pela UERJ. Professor Emérito da ECEME. Professor de Geopolítica e Direito da ESG, UNIFA e EMERJ (Escola da Magistratura do Rio de Janeiro).

**Thiago dos Santos Dias**

Mestrando em Ciências Aeroespaciais pela Universidade da Força Aérea (Ministério da Defesa). Advogado e professor, graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2014). Especialista em Direito Ambiental, Direito Constitucional e Direito Tributário pela Universidade Cândido Mendes.

---

# GEOPOLÍTICA AEROESPACIAL

Carlos Eduardo Valle Rosa

## Introdução

Geopolítica é uma palavra que tem recebido relevante atenção na atualidade. Questões centrais no contexto das relações internacionais são associadas a desafios que envolvem debates como o meio ambiente, a economia, o desenvolvimento de tecnologia, conflitos militares dentre tantos outros temas. O espaço exterior, desde o início da Guerra Fria, se incorporou definitivamente a esses desafios com a chamada “corrida espacial”, momento no qual os primeiros veículos espaciais e os primeiros seres humanos atingiram as órbitas terrestres e até a Lua.

Hoje, aquilo que se reconhece como espaço cislunar, compreendido pela nossa atmosfera, pelas órbitas terrestres e a conjugação do sistema Terra-Lua é o palco de desafios geopolíticos que têm grande potencial para a humanidade. Em essência, trata-se de um espaço geográfico tridimensional, que denominamos ambiente aeroespacial, no qual e para o qual os Estados voltam sua atenção política e investem vultosos orçamentos.

Melhor caracterizando nosso entendimento sobre o que é a geopolítica, relembramos Carlos de Meira Mattos (2002, p. 29) que a definiu como a “aplicação da política aos espaços geográficos, sob a inspiração da História”. Na definição do ilustre pensador brasileiro identificamos que geopolítica, inspirada pelos fatos históricos, nada mais é do que a relação entre geografia e política. Dessa forma, a geopolítica aeroespacial (ROSA, 2022) trata do melhor aproveitamento do ambiente aeroespacial (elemento geográfico) a partir de políticas públicas estatais (elemento político), com o objetivo de prover desenvolvimento socioeconômico e segurança para o Estado.

O objetivo desse artigo, portanto, é revelar evidências de que essa geopolítica aeroespacial é um tema no contexto das relações

---

internacionais que tem assumido uma importância excepcional na atualidade. Nossa dependência em relação ao espaço exterior acelera aquilo que seria uma nova corrida espacial, com novos atores estatais e privados. Esse fenômeno fortalece o contexto da competição entre as grandes potências mundiais. O ambiente aeroespacial torna-se cada vez mais congestionado, competitivo e contestado (HARRISON, 2013).

### *A Geopolítica Aeroespacial*

O ambiente aeroespacial é um espaço geográfico, uma dimensão espacial, ou mesmo um domínio da guerra que conjuga o espaço aéreo (ou a atmosfera terrestre) com o espaço exterior. Nosso propósito é centrar a discussão no segmento do espaço exterior e observar variáveis políticas, econômicas, tecnológicas, ideológicas e relacionadas à segurança, que tem caracterizado a geopolítica aeroespacial.

O primeiro desafio que se impõe é compreender geograficamente o espaço exterior. Ele permitirá inferir questões locacionais, de recursos naturais, de meio ambiente e de referenciais fisiográficos da geopolítica. A lógica que relaciona o ambiente geográfico à geopolítica deriva de conceitos clássicos da geopolítica, como o de “espaço vital” (o *Lebensraum*) derivado de Friedrich Ratzel (1892), que por meio de leis de crescimento estatal, identificou que esse crescimento se daria na direção das fronteiras.

O processo de expansão territorial viabilizado pelas navegações ibéricas pode servir como analogia ao movimento que hoje se observa em direção aos corpos celestes, tais como a chegada do homem à Lua e a Marte. É bem provável que desse raciocínio geográfico viria a ideia de que o espaço seria nossa fronteira final. A expansão territorial é, historicamente, um processo conflituoso, pois coloca em choque grupos humanos movidos pelos mais diversos interesses e necessidades. A noção de que o espaço exterior é um ambiente competitivo expressa essa ideia de expansão na direção de regiões economicamente valiosas, que tem inspirado esse crescimento na direção das fronteiras.

Para entender melhor essa questão precisamos adentrar sucintamente na geografia desse espaço exterior. As órbitas terrestres são o substrato geográfico principal do espaço cislunar. Em geral, essas órbitas são classificadas em relação à sua altura da superfície terrestre

---

e em sua funcionalidade (DOLMAN, 2002; SLOAN, 2012). Elas são reconhecidas por siglas, como por exemplo a LEO, de *Low Earth Orbit*, que é a órbita baixa terrestre, situada até 2.000km. Sua finalidade é hospedar satélites de inteligência, vigilância e reconhecimento, assim como os voos espaciais tripulados, como é o caso da Estação Espacial Internacional. A órbita GEO, para geossincrônica, fica a cerca de 36.000km. Nelas, se posicionam, por exemplo, os satélites de observação da Terra com seus sensores de várias naturezas. Quando essa órbita coincide com o plano da Linha do Equador, ela é conhecida como órbita geoestacionária, pois o satélite nela posicionado fica praticamente parado no espaço em referência a um ponto na superfície terrestre.

Nas órbitas geoestacionárias percebemos outro desafio de natureza geográfica cujo impacto será geopolítico. Apesar da aparente infinitude do espaço, essas órbitas são em número limitado, ou seja, são recursos naturais finitos. Ou seja, as vagas disponíveis para a aposição de satélites são restritas a um determinado número. Não há espaço disponível para todos. Estima-se em um máximo de 1.800 slots geoestacionários disponíveis no total (VASS, 2017), sendo que até 2021, cerca de 560 deles já estariam ocupados. Logo, o espaço exterior na perspectiva orbital é finito em termos de possibilidade de ocupação e poderá gerar reclamos de territorialização.

Na verdade, esses reclamos já se tornaram realidade há algum tempo. Em 1976, estados situados próximos à Linha do Equador assinaram a Declaração de Bogotá. Nesse documento ficou explícito que “os segmentos da órbita síncrona geoestacionária fazem parte do território sobre o qual os Estados equatoriais exercem sua soberania nacional” (BOGOTA DECLARATION, 1976), ressaltando que o Brasil foi signatário dessa declaração. Pode-se perceber a relevância da declaração que indica um movimento de extensão da soberania territorial no espaço aéreo para o espaço exterior. Até que ponto os efeitos desse fenômeno geopolítico de territorialização das órbitas GEO será levado adiante ainda é um tema inconcluso, mas potencialmente conflituoso.

Os *Pontos de Lagrange* também têm potencial geopolítico. A relação entre duas massas de corpos celestes quaisquer gera pontos de calibração ou de equilíbrio gravitacional. Assim, por exemplo, é

---

possível se identificar os Pontos Lagrange em sistemas de massas como o sistema Sol-Terra ou Terra-Lua. Esses pontos são “localizações no espaço exterior onde corpos podem manter órbitas estáveis a despeito da influência gravitacional de duas massas, em um estado de equilíbrio (DAINTITH; GOULD, 2006, p. 260)”. Uma grande vantagem dos pontos Lagrange é a questão da economia de combustível, haja vista que espaçonaves podem ali permanecer em um equilíbrio gravitacional quase perfeito, evitando-se o consumo em manobras de deslocamento ou correção nas órbitas. Esses pontos têm potencial militar e comercial, ideais para a construção de infraestruturas orbitais de larga escala, tais como estações espaciais, com potencial de confrontações futuras, verdadeiras localizações estratégicas no espaço.

Essa perspectiva geográfica suscita a questão sobre o entorno estratégico brasileiro, que hoje possui uma perspectiva bidimensional. Esse entorno, claramente, se eleva às órbitas terrestres, que são recursos naturais de interesse das nações. O que aqui propomos é enxergar esse entorno mais além do que a perspectiva atual, que tem influenciado a geopolítica da superfície. Nossa geografia, e por consequência nosso entorno, não se esgotam nas regiões terrestres e marítimas próximas ou contíguas. Ele vai mais além, vai até o espaço. Por mais que queiramos enxergar um entorno estratégico apenas pela circunvizinhança geográfica, não há mais como ignorar que essa geografia vai além, na direção do espaço exterior.

Questões de natureza política também merecem nossa atenção, até porque a palavra política compõe o vocábulo geopolítica junto com a geografia, e por esse motivo é fundamental a compreensão de alguns desafios que caracterizam a geopolítica aeroespacial.

Organismos internacionais como a UNOOSA (*United Nations Office for Outer Space Affairs*) e o COPUOS (*Committee on the Peaceful Uses of Outer Space*)<sup>5</sup> tratam da regulamentação do uso do espaço exterior. Hoje, o principal corpo de leis do direito espacial contempla 5 acordos e tratados gerais, sendo o Tratado do Espaço Exterior de 1967 e o Tratado da Lua os mais famosos (UNITED NATIONS, 2017).

---

<sup>5</sup> UNOOSA – Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior; COPUOS – Comitê sobre o Uso Pacífico do Espaço Exterior.

---

A verdade é que existe uma insatisfação crescente com os organismos internacionais de regulamentação com relação à legislação espacial. Acredita-se que, em face da velocidade de desenvolvimento de tecnologias espaciais, esses organismos que funcionam em bases tradicionais de discussão em assembleias e aprovação morosa de tratados, sejam lentos para atender às realidades demandadas para a atividade espacial. Em especial nas questões econômicas, mas também de natureza política. Um bom exemplo é o Tratado da Lua, que assume uma postura deveras idealista ao dispor que recursos naturais extraídos desse corpo celeste seriam bem comum da humanidade (*res communis*).

Por esse motivo, alguns Estados não se sentem confortáveis com essa cultura de benefício comum. Por exemplo, em 2015, o Congresso norte-americano aprovou o Ato Norte-Americano sobre a Competitividade Comercial em Lançamentos Espaciais (UNITED STATES, 2015), cuja principal orientação foi a de permitir que companhias norte-americanas detenham a posse ou vendam materiais extraídos de corpos celestes, inclusive da Lua e de asteroides. Na prática, esse ato vai de encontro a postulados da legislação espacial internacional. Claramente, desperta questionamentos sobre o potencial de conflito que podem gerar.

Outro elemento com grande potencial conflituoso é a geração de lixo espacial, chamado de *debris* artificial. Trata-se de um debate geopolítico intrinsecamente associado à questão do meio ambiente, que ocupa os fóruns políticos intensamente e tem potencial conflituoso, principalmente quando os *debris*, ou o lixo espacial, se origina de eventos relacionados aos testes de armas antissatélites, adiante discutido. O fato é que o lixo especial “pode potencialmente impedir ou inibir a utilização do espaço pela civilização moderna” (AYDIN, 2019, p. 33).

Quando se fala em conflito, a questão da segurança vem à tona. Não há mais dúvidas de que o domínio espacial já é palco dos processos de militarização e armamentização. A militarização já ocorre desde o início da corrida espacial e é, a cada dia, um fenômeno que se intensifica. Até mesmo o Brasil já participa do processo de militarização do espaço, com o satélite geoestacionário de defesa e

---

comunicações (o SGDC), que é de uso dual e também tem a função de prover telecomunicações seguras para as forças armadas.

A armamentização trata de levar armas para o espaço exterior, e nele fazer uso dessas armas com o fim de incapacitar sistemas satelitais. Notícias da mídia internacional revelam que testes de armas antissatélites têm sido conduzidos por Estados Unidos, China, Rússia e Índia. Destacando que, pela legislação do direito espacial, apenas armas de destruição em massa são proibidas no espaço exterior. A probabilidade crescente de armamentização do espaço é alta e inevitável (DOLMAN, 2002). A maioria dos pesquisadores entende que o espaço, por volta do ano 2030, será o domínio primordial na definição de segurança nacional.

Seguindo na lógica de relacionamento do espaço exterior com a geopolítica, apresentaremos algumas evidências no campo da economia espacial. Um primeiro aspecto da economia aeroespacial é compreender que ela se estrutura em três setores. O setor civil, representado por atividades espaciais governamentais não relacionadas com a defesa, incluindo lançamento e gestão de satélites, realização de investigação de acidentes, e explorando o sistema solar. Para cada um desses setores faça uma analogia entre os EUA e o Brasil. Assim, no setor civil teríamos a NASA e a Agência Espacial Brasileira. O setor da segurança nacional, representado pelos órgãos de defesa e inteligência, que coordenam e executam as missões espaciais de apoio às operações militares, e várias agências da comunidade de inteligência. A Space Force e o Comando de Operações Aeroespaciais, o COMAE, da Força Aérea, são bons exemplos desse setor. Por fim, o setor comercial, que inclui bens, serviços e atividades oferecidas por empresas do setor privado com a capacidade de fornecer seus produtos e serviços a clientes não-governamentais ou públicos, desde a comunicação via satélite ao turismo espacial. No caso dos EUA teríamos vários exemplos, como a SpaceX. No Brasil, a Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil lista várias associadas (AIAB, 2015).

A economia do setor espacial se tornou um empreendimento global com um número de nações e firmas com bens e serviços espaciais crescendo rapidamente. Segundo a Euroconsult, “em 2021, o mercado espacial atingiu um valor de US\$ 337 bilhões em receitas.

---

Estima-se que “em 2030 esse valor se aproxime de US\$ 640 bilhões” (EUROCONSULT, 2022). Os EUA investiram, em 2018, cerca de “US\$ 25 bilhões somente em gastos militares no setor espacial” (SPACE FOUNDATION, 2019, p. 4).

O mercado espacial fez surgir um novo setor na economia, ou uma nova forma de encarar os negócios denominado *New Space*. Esse “Novo Espaço” privilegia a atividade empreendedora independente, baseada em atores privados, cujo dinamismo e fluidez é maior que a atividade estatal. Um bom exemplo dessa nova visão são as empresas privadas, como a Space X. Ela é capaz de construir de 6 a 7 satélites *Starlink* por dia! Com isso, além do crescimento econômico no setor, há a expectativa de que no final dessa década estejam em órbita mais de 100 mil satélites. Uma questão crucial é saber que usufruirá desse mercado lucrativo. Essa possibilidade torna o espaço exterior cada vez mais congestionado, reforçando a ideia de que não haverá lugar para todos.

Além do mais, a inserção do *New Space* reduziu custos significativamente. Hoje, lançar uma espaçonave é dez vezes mais barato do que a dez anos atrás. A título de exemplo, o custo de lançamento do Space Shuttle, o ônibus espacial como o Columbia da década de 1980, ficava na ordem de 51.200 dólares por quilo de carga útil, ao passo que o Starship atual fica apenas em torno de 200 dólares por quilo, o que significa redução muito considerável para o setor espacial. Isso é claramente um movimento na direção da maior competitividade no espaço exterior.

Outro relevante elemento da economia espacial são os recursos naturais em corpos celestes. A viabilidade da exploração na Lua indica que “alguns minerais já foram encontrados em abundância superior a 1% nas rochas desse corpo celeste” (MARK, 2003, p. 601). Logo abaixo da superfície lunar, existem abundantes recursos naturais como alumínio, manganês, cálcio e silício. “A Lua é uma fonte potencial de óxido natural de ferro e ilmenita, esse último podendo ser transformado em fonte de titânio” (COLLINS, 1998, p. 144). Além disso, o potencial descobrimento de fontes de água em nosso satélite natural, abrirá espaço para se adquirir uma das mais importantes demandas de sobrevivência humana em outros corpos celestes. A água também permitirá sua utilização em propelentes de foguetes, na

---

extração de oxigênio, na produção de energia, na fabricação de componentes de construção, os tijolos lunares, e na proteção contra a radiação cósmica.

A atividade espacial também se dedica à exploração de recursos naturais em asteroides que transitem no campo gravitacional da Terra e da Lua, justamente o entorno estratégico que reconhecemos no espaço cislunar. Ainda não há um consenso sobre a viabilidade econômica dessa atividade. Uma das propostas é deslocar o asteroide para próximo da Lua e de lá fazer a extração mineral. Recentemente, publicou-se na mídia o teste de impacto de um satélite com um asteroide (NASA, 2022). Especula-se que esse teste teria o propósito de avaliar essa possibilidade. Os asteroides podem conter ampla gama de recursos naturais, incluindo metais, minerais, platina, água, hidrocarbonetos e gases, tais como a amônia. Países como a China, a Índia, e o Japão estarão próximos, já em 2040, de adquirir a capacidade de minerar recursos no espaço, inclusive de asteroides (GOSWAMI, 2018). Em 2019, a sonda japonesa Hayabusa-2 efetivamente prospectou o asteroide Ryugu, por meio do uso de um dispositivo de impacto que espalhou materiais em uma determinada área do corpo celeste. Houve a coleta de material que foi enviado à Terra e o retorno da sonda japonesa está previsto para 2023, com mais amostras coletadas (CAVALCANTE, 2020). A possibilidade de mineração no espaço transforma-se em uma questão crítica na geopolítica futura.

Na variável econômica da geopolítica aeroespacial, também são relevantes as reflexões sobre a exploração comercial de centros de lançamento de foguetes. Esse é um dos negócios de maior lucratividade na atividade espacial juntamente com a exploração dos serviços satelitais. Alguns centros de lançamento possuem localização privilegiada. Quando operados a partir de posições geográficas na Linha do Equador, e próximos ao oceano e/ou em imensas áreas desabitadas, oferecem vantagens econômicas. Na posição equatorial, em função da rotação terrestre, atinge-se de forma mais eficiente (menos consumo de combustível e mais carga útil) a velocidade orbital necessária para se adentrar o espaço exterior, desde que o foguete seja lançado na direção Leste.

---

O CLA (Centro de Lançamentos de Alcântara), centro nacional de lançamento de foguetes, possui todas essas vantagens locacionais, o que lhe confere vantagem concorrencial diante de centros de lançamento de outros países. Além disso, situa-se em área de estabilidade tectônica, que colabora com precisão nos equipamentos; clima com estações definidas; tem baixa incidência de raios, diminuindo riscos à operação; e não tem tráfego aéreo significativo que atrapalhe a dinâmica de lançamentos. Importante alertar, entretanto, que essa vantagem pode estar com os dias contados. Em 2020, a China demonstrou a possibilidade de lançar o foguete Longa-Marcha 11 a partir de uma plataforma naval, o que pode levar o posicionamento do navio na proximidade do Equador, e reduzir os custos do lançamento (SPACE.COM, 2021).

Os centros de lançamento de foguetes serão ativos importantes para uma outra fonte de receitas na economia espacial. O turismo espacial, que ainda é incipiente, já possui empresas como a *Space Adventures*, a *Virgin Galactic* e a *Blue Origin* que estão entre aquelas com maior foco e esforço financeiro. “Desde 2001, a empresa norte-americana *Space Adventures*, tem vendido a clientes assentos na espaçonave Soyuz no trajeto entre a Terra e a Estação Espacial Internacional, com preços que variam de US\$ 20 a 45 milhões” (FOUST, 2011, p. 209). Estudos como o *Space Tourism Market Study* (Estudo sobre o Mercado de Turismo Espacial) revelam dados importantes. Há um “mercado potencial de 15.000 passageiros e receitas na ordem de US\$ 700 milhões para as viagens suborbitais” ou no caso dos voos orbitais há “expectativa de, em 2021, 60 passageiros viajando anualmente ao espaço, representando receita na ordem de US\$ 300 milhões” (BEARD *et al.*, 2002, p. 2 e 3).

### **Conclusão**

O artigo trouxe ao debate o tema Geopolítica Aeroespacial. Como observamos, é um assunto que retrata sua importância pela dependência que a humanidade tem em relação ao espaço exterior. Há, claramente se desenvolvendo, um fenômeno de disputa geopolítica entre as grandes potências mundiais no que tange ao espaço exterior. Para tentar despertar o interesse brasileiro nesse contexto, apresentamos considerações geográficas, políticas (inclusive sobre segurança) e econômicas sobre o ambiente aeroespacial.

---

Há uma percepção de que existe uma realidade aeroespacial, ou aquilo que alguns chamam de transição entre eras: a do Aeroceno (SARACENO, 2017), caracterizada pela ocupação do espaço aéreo; ao Espaçoceno, que nos leva ao espaço exterior. Nela, trabalha-se com o sentido de pertencimento a uma vida aeroespacial. Nela não se pensa nos objetos artificiais (a espaçonave e o avião, por exemplo) no sentido de tecnologia ou de meio de transporte, mas pelas relações políticas, culturais e sociais que no ambiente aeroespacial se interseccionam, constroem-se ou se quebram. A atividade aeroespacial é percebida no sentido emocional, uma ideologia, que instrumentaliza sentimentos, paixões, raivas, medo, perturbações, dor, desafios, desgostos etc. (ADEY, 2010).

Nesse sentido, o que a geopolítica aeroespacial tem a oferecer é uma transição da visão tradicional da geopolítica clássica, influenciada pela visão bidimensional da superfície, para uma visão tridimensional da geopolítica, na qual as variáveis observadas apontam claramente para essa nova perspectiva.

## Referências bibliográficas

- ADEY, P. (2010). **Aerial Lives: Spaces, Mobilities, Affects**. West Sussex: Wiley-Blackwell.
- AIAB. Associadas (2015). **Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil** Disponível em: <<http://www.aiab.org.br/associadas.asp>>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- AYDIN, I. (2019). **Geopolitics of Outer Space: Global Security and Development**. Washington: Westphalia Press, 2019.
- BEARD, S. S. et al. (2002). **Space Tourism Market Study**: orbital space travel & destinations with suborbital space travel. Bethesda: Futron Corporation.
- BOGOTA DECLARATION (1976). **Declaration of the First Meeting of Equatorial Countries adopted in 3 December 1976**. Bogota: [s.n.]. Disponível em: <[https://www.jaxa.jp/library/space\\_law/chapter\\_2/2-2-1-2\\_e.html](https://www.jaxa.jp/library/space_law/chapter_2/2-2-1-2_e.html)>. Acesso em: 31 jul. 2020.
- CAVALCANTE, D. (2020). Vídeo mostra sonda Hayabusa-2 abrindo cratera de 17,6 metros no asteroide Ryugu. **canaltech.com.br**. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/espaco/video-mostra-sonda-hayabusa-2-abrindo-cratera-de-176-metros-no-asteroide-ryugu-162517/>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

- 
- COLLINS, J. M. (1998). **Military Geography for professionals and the public.** Washington: National Defense University Press.
- DAINTITH, J.; GOULD, W. (eds.) (2006). **The Facts On File Dictionary of Astronomy.** 5th. ed. New York : Facts On File.
- DOLMAN, E. C. (2002). **Astropolitik.** Classical Geopolitics in the Space Age. London, Portland: Frank Cass.
- EUROCONSULT (2022). Euroconsult estimates that the global space economy totaled \$370 billion in 2021. **Euroconsult.** Disponível em: <<https://www.euroconsult-ec.com/press-release/euroconsult-estimates-that-the-global-space-economy-totalled-370-billion-in-2021>>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- FOUST, J. (2011). Space launch capabilities and strategic considerations. In: Sadeh, E. *The Politics of Space: a Survey*. London/New York: Routledge, p. 201-220.
- GOSWAMI, N. (2018) China in Space: Ambitions and Possible Conflict. **Strategic Studies Quarterly**, p. 74-97.
- HARRISON, R. G. (2013). Unpacking the Three C's: Congested, Competitive, and Contested Space. **Astropolitics**, 11(3): 123-131.
- MARK, H. (ed.) 2003). **Encyclopedia of Space Science and Technology.** Hoboken: John Wiley & Sons, v. 1.
- MATTOS, C. D. M. (2002). **Geopolítica e modernidade:** geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.
- NASA (2022). NASA's DART Mission Hits Asteroid in First-Ever Planetary Defense Test. Disponível em: <<https://www.nasa.gov/press-release/nasa-s-dart-mission-hits-asteroid-in-first-ever-planetary-defense-test>>. Acesso em: 30 set. 2022.
- RATZEL, F. (1982). As Leis do Crescimento Espacial dos Estados. In: MORAES, A. C. R. *Ratzel*. São Paulo: Ática.
- ROSA, C. E. V. (2022). **Geopolítica Aeroespacial:** conhecimento geográfico e abordagem estratégica. São Paulo: Dialética.
- SARACENO, T. (2017). Would you live in a floating city in the sky?. Disponível em: <[https://www.ted.com/talks/tomas\\_saraceno\\_would\\_you\\_live\\_in\\_a\\_floating\\_city\\_in\\_the\\_sky/transcript#t-650662](https://www.ted.com/talks/tomas_saraceno_would_you_live_in_a_floating_city_in_the_sky/transcript#t-650662)>. Acesso em: 05 maio 2020.
- SLOAN, E. S. (2012). **Modern military strategy:** an introduction. Oxon, New York: Routledge.
- SPACE FOUNDATION (2019). **The Space Report 2019 Q1.** Washington: [www.spacefoundation.org](http://www.spacefoundation.org), 2019.

---

SPACE.COM. (2021) China is building a new ship for sea launches to space. Disponível em: <<https://www.space.com/china-building-ship-rocket-launches-at-sea>>. Acesso em: 30 set. 2022.

UNITED NATIONS (2017). **International Space Law:** United Nations Instruments. New York: United Nations Organization (UNO), 2017.

UNITED STATES OF AMERICA (2015). **U.S. Commercial Space Launch Competitiveness Act, Public Law 114–90—NOV. 25, 2015.** Washington: Senate and House of Representatives of USA, 2015.

VASS, S. There's a parking crisis in space – and you should be worried about it.

**The Conversation** (2017). Disponível em: <<https://theconversation.com/theres-a-parking-crisis-in-space-and-you-should-be-worried-about-it-83479>>. Acesso em: 2022 set. 25.

---

### **Carlos Eduardo Valle Rosa**

Coronel Aviador (R1) da Força Aérea Brasileira. Doutor em Geografia (Geopolítica). Mestre em Ciências Aeroespaciais. Bacharel em História e Ciências Aeronáuticas. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea (UNIFA).

---

# A INDÚSTRIA AEREOESPACEIAL DO VALE DO PARAÍBA E A CERTIFICAÇÃO DE MANUTENÇÃO AERONÁUTICA: noções introdutórias de geopolítica

João Claudio Faria Machado

## Resumo

O desenvolvimento do setor aeroespacial brasileiro está diretamente associado ao projeto de desenvolvimento aeronáutico levado a cabo pelo governo brasileiro. Neste projeto, foi constituída na cidade de São José dos Campos as condições estruturais necessárias para o êxito do desenvolvimento industrial aeronáutico. Não obstante esse *case* de sucesso, outras questões aeronáuticas associadas não usufruíram do mesmo arrasto, como o caso da manutenção aeronáutica, sobretudo militar. Desta forma, objetivou-se apresentar de forma sucinta a criação do polo aeroespacial de São José dos Campos, demonstrar a formação do polo aeroespacial joseense e comentar sobre os desafios da manutenção e certificação aeronáutica.

## O polo aeroespacial de São José dos Campos

Como demonstrado por Botelho (1999, p. 141), “as bases de uma protopolítica científica e tecnológica, centrada na pesquisa tecnológica orientada para o setor produtivo e alicerçada no estabelecimento de um novo modelo institucional e conceito de ensino de engenharia”, baseado no modelo do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), vinha sendo estudado desde a década de 30 por componentes do Exército e da Marinha ligados à aeronáutica. Posteriormente, no ano de 1934, as visões de membros dessas Forças

---

foram apresentadas no primeiro congresso de aeronáutica, realizado em São Paulo.

A primeira defendia que se realizasse no exterior o treinamento tecnológico e a formação de uma mentalidade para organização da indústria nacional. Essa corrente, segundo Botelho, reconhecia a importância da pesquisa e do desenvolvimento. A segunda visão, conforme o autor (BOTELHO 1999, p. 141), defendia “que a tecnologia se equacionava com máquinas e laboratórios modernos”, e vislumbrava a implantação de uma fábrica de aviões no Brasil.

Essa segunda visão, defendida pelo tenente-coronel engenheiro do Exército Antônio Guedes Muniz prevaleceu sobre a do capitão-de-fragata Raymundo Aboim, de forma que foram implantadas fábricas de aviões no Brasil e, no ano de 1949, foi implementado um curso de engenharia aeronáutica na Escola Técnica do Exército.

Ocorre que, conforme Botelho (1999), em razão da Segunda Guerra Mundial, no ano de 1940 o governo norte-americano começou a se aproximar dos países da América Latina. Por essa relação, militares e civis foram enviados aos Estados Unidos para fazerem cursos de especialização aeronáutica. Influenciado por este novo panorama, o Presidente Getúlio Vargas criou o Ministério da Aeronáutica, e outros rumos foram estabelecidos: foi fechado o curso de engenharia aeronáutica do Exército e foram implementadas novas propostas de ensino e pesquisa.

Assim, no ano de 1944, oito estudantes foram enviados pelo Ministério da Aeronáutica para estudar no MIT, mas a experiência foi compreendida como fracassada. Por essa razão, novos planos foram estabelecidos: criar uma escola de engenharia aeronáutica e centros de pesquisa.

Como apontado por Botelho (1999), esta foi a gênese do Instituto Tecnológico de Aeronáutica e do Centro Técnico de Aeronáutica. A criação de um centro de formação de engenheiros de alto padrão técnico e de um centro de pesquisa e desenvolvimento estabeleceu as bases para a criação de outros centros, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), e possibilitou, inclusive, a

---

criação da própria Embraer. Nesse sentido, Forjaz (2005, p. 288) comprehende que “o ITA e o CTA tornaram-se irradiadores de tecnologia, permitindo sua fixação, e atuaram como suporte para a criação de inúmeras empresas, em geral fundadas por ‘iteanos’, das quais a mais importante delas viria a ser a Embraer”.

Para ilustrar o que isso representa, sob a perspectiva do *iceberg* de desenvolvimento, contido no Livro Branco de Defesa de 2016, temos o preenchimento de toda a estrutura para estabelecimento de um equipamento de tecnologia, como a aeronáutica. A parte visível do *iceberg* é o produto. Abaixo da linha d’água, estão as empresas de serviços, a indústria fabricante, as empresas de engenharia e projetos, os centros de pesquisa e desenvolvimento, e as universidades.

No caso da formação do polo aeroespacial de São José dos Campos, todos os elementos não visíveis do *iceberg* foram estabelecidos. Isso possibilitou que a ponta, a parte visível, pudesse ter êxito, como os produtos da Embraer. Como exemplo do sucesso dessa formação aeronáutica, para além do produto aeronáutico, Santana e Azevedo demonstram que 60% das empresas do setor aeroespacial do Brasil estão localizadas no município de São José dos Campos.

Entretanto, apesar do inegável sucesso, questões geopolíticas podem ser levantadas quando comparada a Embraer com as demais empresas do setor aeroespacial. Segundo Morrison, em ranking internacional das empresas com maior faturamento do setor, a Embraer ocupa a 25<sup>a</sup> posição. Das 25 empresas, 52% são norte-americanas e 28% europeias, ou seja, uma concentração de 80% das empresas nessas localidades.

Outro ponto a isso relacionado é o destacado por Gomes (2012, p. 155), de que a Embraer é uma “grande importadora de componentes – partes e peças – fabricadas no exterior” e que a Helibras se assemelha a uma montadora, visto receber muitos componentes importados (consta no sítio eletrônico da Helibras que a empresa consegue ter de 48% a 54% de conteúdo nacional agregado à produção). Sobre isso, necessário mencionar que não há demérito, ridicularização ou redução da importância dessas empresas; não há companhia que fabrique todos os componentes de uma aeronave.

---

Para compreensão do universo que se está referindo, a ATA 100 (catálogo de referência de sistemas de uma aeronave criado pela *Air Transport Association of America*), conhecida como *Joint Aircraft System/Component (JASC) Code Table*, desenvolvida pela *Federal Aviation Administration (FAA)* dos Estados Unidos da América, contém, somente para sistemas que compõem uma aeronave, quatrocentos e oitenta e oito códigos de referências.

O que se pretende com essas informações é evidenciar as companhias de serviços logísticos, especificamente de manutenção aeronáutica. Para esse mercado, estudo da Oliver Wyman (2021) prevê um movimento, no ano de 2024, de noventa e sete bilhões de dólares. Spafford *et al.* (*apud* POTTER *et al.* 2016), compreendem que a manutenção representa 27% dos custos do ciclo de vida em 10 anos de uso de uma aeronave. Em outras palavras, é um mercado muito lucrativo e que, dependendo da posição do país, estabelece uma relação de dependência.

### **A manutenção aeronáutica no Brasil**

Sem a pretensão de exaurir o tema, mas apenas delimitá-lo ao necessário à exposição, o artigo 70 da lei nº. 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, estabelece que a autoridade aeronáutica emitirá certificados de homologação de empresas para execução de serviços de revisão, reparo e manutenção de aeronave, motores, hélices e outros produtos aeronáuticos. Contudo, por força do parágrafo 5º, do artigo 107, do referido código, a disposição não se aplica às aeronaves militares.

Dessa forma, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), criada pela lei nº. 11.182, de 27 de setembro de 2005, é a autoridade aeronáutica nacional, em âmbito civil, com competência, conforme inciso XVII do artigo 8º, para homologar e emitir certificados, atestados, aprovações e autorizações relativos às atividades de competência do sistema de segurança de voo, qual o certificado de homologação de empresa de manutenção está inserido. Para a aviação militar, por sua vez, a organização normativa-institucional brasileira permite que cada Força Singular (Aeronáutica, Exército e Marinha)

---

estabeleça sua própria norma de certificação e sua autoridade acreditadora.

Não obstante essa pluralidade de normas de certificação de empresa de manutenção de material aeronáutico, tanto civil quanto militar, de forma simples e grosseira, apenas para que seja demonstrada a complexidade envolvida, é possível estabelecer quatro grandes elementos (critérios) exigidos no processo de certificação de uma organização: publicação técnica, ferramentais e bancadas; peças de reposição; e recursos humanos qualificados. Desses elementos, os três primeiros constituem pontos de atenção para a aviação militar.

Isso porque, como visto, grande parte dos itens embarcados nas aeronaves, mesmo naquelas produzidas em território nacional, em fábricas como Embraer e Helibras, são importados e pertencem a uma empresa externa. Se uma fornecedora internacional se nega, ou dificulta (como impondo preços em patamar que inviabilize o negócio), conceder a publicação técnica, as ferramentas e bancadas ou as peças de reposição, por motivo de garantia de mercado, interesse comercial ou governamental, os detentores de aeronaves apenas conseguirão obter manutenção com o próprio fabricante ou em oficina autorizada.

Em vista dessa dependência externa, possível levantarmos uma questão de soberania: se a manutenção é uma condição necessária para a disponibilidade dos meios militares, e se não se tem condições de prover manutenção desses meios no Brasil de forma independente aos interesses externos, existe garantia da soberania nacional?

## Conclusão

Ante o exposto, possível concluir que o polo aeroespacial de São José dos Campos decorreu de uma política pública de Estado estabelecida para formação de diversos níveis compreendidos como necessários para o êxito da indústria aeroespacial brasileira. Este êxito, advém não apenas da fabricação de um produto, que inclusive é reconhecido internacionalmente, mas, sobretudo, da garantia de existência dessa indústria ao longo do tempo.

---

É possível concluir também que, embora tenhamos uma indústria de sucesso, ela é a única representante nacional ao lado de uma grande dominação de empresas norte-americanas e europeias. Em outras palavras, está-se a expressar que, embora toda a estrutura estabelecida no Brasil tenha tido a capacidade de irradiar para outros segmentos e capacidades, ainda não foi capaz de tracionar um desenvolvimento tal a criar outras empresas aeroespaciais com envergadura semelhante.

Como um dos reflexos disso, foi demonstrado de forma sucinta como é a regulação da atividade de manutenção de material aeronáutico no Brasil a fim de se poder expor quais os desafios enfrentados pelas empresas nacionais para se tornarem habilitadas a competirem no setor, e como isso pode se relacionar a questões de soberania.

## Referências

- BOTELHO, A. J. J. (1999). Da utopia tecnológica aos desafios da política científica e tecnológica: o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (1947-1967). *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 14(39): 139-154.
- BRASIL (2005). Lei n. 11.182, de 27 de setembro de 2005. **Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências**. Brasília, DF: Congresso Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11182.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11182.htm). Acesso em: 22 set. 2022.
- BRASIL (1986). Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986. **Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica**. Brasília, DF: Congresso Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7565compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7565compilado.htm). Acesso em: 22 set. 2022.
- FORJAZ, M. C. S. (2005). As origens da Embraer. *Tempo Social* 17(1): 281-289.
- GOMES, S. B. V. (2012). A indústria aeronáutica no Brasil: evolução recente e perspectivas. In: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil). **BNDES 60 anos: perspectivas setoriais**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, p.138-185.
- HELIBRAS (2022). **Site da Helibras, História**. Disponível em: [https://www.helibras.com.br/website/po/ref/Hist%C3%B3ria\\_90.html](https://www.helibras.com.br/website/po/ref/Hist%C3%B3ria_90.html). Acesso em: 23.05.2022.
- MORRISON, M. (2020). Top 100 aerospace companies ranked by revenue. Flight Global. Disponível em: <https://www.flighthglobal.com/flight->

---

[international/top-100-aerospace-companiesranked-by-revenue/140025.article](https://www.fortune.com/sites/fortune/2019/08/01/international-top-100-aerospace-companies-ranked-by-revenue/). Acesso em: 01 jun 2020.

OLIVER WYMAN (2021). **Global fleet and MRO market forecast 2021-2031.** New York.

POTTER, A.; AL-KAABI, H.; NAIM, M. (2016) Aircraft maintenance, repair and overhaul. In: ERIKSSON, Sören; STEENHUIS, Harm-Jan (ed.). *The global commercial aviation industry*. New York: Routledge.

SANTANA, J. A; AZEVEDO, A. C. (2020). Análise da competitividade de clusters – o caso do arranjo aeroespacial de São José dos Campos – SP. *South American Development Society Journal* 6(16): 59-88.

---

#### **João Claudio Faria Machado**

Advogado. Mestre em Direitos Difusos, Coletivos e Sociais pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo/Lorena. Especialista em Direito Ambiental e Gestão Estratégica da Sustentabilidade pela PUC-SP. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico e Espacial. Presidente da Comissão de Direito Aeronáutico da OAB de São José dos Campos

---

# Sínteses Didáticas

---

# **PARCERIAS ENTRE O TERCEIRO SETOR E O PODER PÚBLICO: a implementação da Lei nº 13.019/2014**

**Lucia Maria Bludeni  
Vanessa Ruffa Rodrigues**

## **Introdução**

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 trouxe, no escopo do artigo 6º, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, bem como a assistência aos desamparados como direitos sociais.

A realidade, contudo, é diversa daquela imposta pelo Constituinte. Isso porque é notório que o Poder Público não consegue cumprir a determinação constitucional de prover ensino digno, saúde e assistência social. E é neste cenário que as instituições sem fins lucrativos (Organizações da Sociedade Civil) exercem papel crucial na sociedade, uma vez que suprem a atividade estatal nesta seara.

Aludidas instituições, que compõem o Terceiro Setor, estão sujeitas à legislação multidisciplinar e esparsa que transita pelas mais diversas áreas, tais como: Direito Civil, Direito Tributário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Governança Corporativa, Responsabilidade Social, Compliance e Contabilidade (ITG 2002).

Nesse contexto, em 2014, foi editada a Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, que promoveu alterações significativas na legislação inerente ao Terceiro Setor.

---

## Seções

A Lei 13.019/2014, considerada o marco regulatório das parcerias celebradas entre as Organizações da Sociedade Civil e o Poder Público, trouxe diversas alterações, a saber:

- a) Substituiu os Convênios por Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Acordo de Cooperação.
- b) Trouxe segurança jurídica, efetividade e sustentabilidade às parcerias celebradas entre as Organizações da Sociedade Civil e o Poder Público nas esferas federal, estadual e municipal;
- c) Valorizou as Organizações da Sociedade Civil;
- d) Levantou, por via transversa, uma cultura de educação financeira para tais instituições, além da necessidade de intensificação de Controles Internos e de Governança Corporativa;
- e) Deu transparência à aplicação dos recursos públicos oriundos de Parcerias.

Neste cenário, quem são os stakeholders nesta logística (partes que integram o grupo de influência)?

- a) a Organização da Sociedade Civil;
- b) o Dirigente: pessoa que detenha poderes de administração, gestão ou controle da organização da sociedade civil, habilitada a assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com a administração pública para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros;
- c) a Administração Pública: Federal, Estadual ou Municipal;
- d) o Administrador Público: agente público revestido de competência para assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros;
- e) o Gestor: agente público responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de

---

fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização;

f) o Conselho de Políticas Públicas, a Comissão de seleção (órgão colegiado destinado a processar e julgar Chamamentos Públicos, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública); e

g) a Comissão de Monitoramento e de Avaliação (órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, mediante termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública).

Vale realçar que há casos e que a Lei 13.019/2014 não será aplicável, a saber:

- a) Contratos de Gestão celebrados com entidades certificadas como Organizações Sociais (Lei 9.637/98);
- b) Termos de Parceria celebrados com OSCIP's; e
- c) Convênios e os Contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do parágrafo 1º, do artigo 199, da Constituição Federal (SUS).

## Referências

DIAS, Maria T. F.; BECHARA, J.S.B. (2015). **Parcerias da Administração Pública com as entidades privadas sem fins lucrativos na Lei nº 13.019/2014 e a questão da univocidade conceitual do “terceiro setor”.** REPATS - Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor 2(2): 70-85.

COMISSÃO ESPECIAL DE DIREITO DO TERCEIRO SETOR DA OAB/SP. (Lucia Maria Bludeni, coord.)(2017). **Guia prático da Lei 13.019/2014 – Lei de Parcerias.** Disponível em: <https://ligasolidaria.org.br/site/wp-content/uploads/2017/10/2017-10-14-Guia-LEI-13.019-14-Publicar-OAB.pdf>

---

GRAZZIOLI, Airton; PAES, José E. S.; SANTOS, Marcelo H.; FRANÇA, José A. (2017). **Organizações da sociedade civil - associações e fundações:** constituição, funcionamento e remuneração de dirigentes. São Paulo: Educ.

GRAZZIOLI, Airton; PAES, José E. S. (2016). **Compliance no Terceiro Setor.** São Paulo: Elevação.

PAES, José Eduardo Sabo. (2017). **Fundações, Associações, e Entidades de Interesse Social.** 9. ed. São Paulo: Forense.

---

### **Conceitos fundamentais**

**Organização da Sociedade Civil:** associações, fundações, cooperativas sociais e entidades religiosas.

**Termo de Colaboração:** instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela Administração Pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.

**Termo de Fomento:** instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas Organizações da Sociedade Civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

**Acordo de Cooperação:** instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

---

### **Lucia Maria Bludeni**

Advogada, professora, escritora e palestrante. Vice-Presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da Subseção Pinheiros (São Paulo - SP). Presidiu, por 14 anos, a Primeira Comissão de Direito do Terceiro Setor no Brasil (OAB/SP). Diretora da CAASP e Presidente da 3<sup>a</sup> Câmara de Benefícios da CAASP (2022-2024).

---

**Vanessa Ruffa Rodrigues**

Gerente Jurídica, professora, escritora e palestrante. Docente na Escola Superior de Advocacia de São Paulo (ESA-SP). Presidente da Comissão do Terceiro Setor da Subseção Pinheiros (São Paulo - SP – 2022-2024). Coordenadora de Atualização Legislativa para Assuntos do Terceiro Setor (OAB/SP – 2013/2018). Relatora da 3ª Câmara de Benefícios da CAASP (2022-2024).

---

# GESTÃO PREVENTIVA NO TERCEIRO SETOR: o que você precisa saber

**Lucia Maria Bludeni  
Vanessa Ruffa Rodrigues**

## Introdução

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 trouxe, no escopo do artigo 6º, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, bem como a assistência aos desamparados como direitos sociais.

A realidade, contudo, é diversa daquela imposta pelo Constituinte. Isso porque é notório que o Poder Público não consegue cumprir a determinação constitucional de prover ensino digno, saúde e assistência social.

E, é neste cenário, que as instituições sem fins lucrativos (Organizações da Sociedade Civil) exercem papel crucial na sociedade, uma vez que suprem a atividade estatal nesta seara.

Aludidas instituições, que compõem o Terceiro Setor, estão sujeitas à legislação multidisciplinar e esparsa que transita pelas mais diversas áreas, tais como: Direito Civil, Direito Tributário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Governança Corporativa, Responsabilidade Social, Compliance e Contabilidade (ITG 2002).

## Seções

Considerando que a gestão de uma entidade sem fins lucrativos não é tarefa exclusiva de um Presidente Estatutário, deve-se ter em mente que gestão é processo diário, contínuo, mutante e que envolve as mais diversas áreas de uma organização da sociedade civil:

---

desde a gestão financeira até a gestão de pessoas, passando pela gestão de certificados (com ou sem benefícios fiscais) e parcerias com o Poder Público, sem se esquecer dos diversos tentáculos do *compliance* (incluindo-se o fiscal e o digital), independentemente do porte da pessoa jurídica.

Neste cenário, não podemos imaginar uma profícuia gestão sem vislumbramos suas boas práticas através do viés preventivo que deve acompanhar “o CNPJ” desde seu embrião, ou seja, qual a melhor roupagem jurídica para a minha instituição: associação, fundação, cooperativa social ou religiosa. Este questionamento deve ser feito antes mesmo da criação da instituição.

Com o nascimento do CNPJ a gestão terá seu pontapé inicial, invariavelmente, com a redação adequada do Estatuto Social, vale dizer, de um Estatuto que se adeque à realidade da instituição (especialmente com objetivo social muito bem delineado, com delimitação de escopo que, por óbvio, poderá ser alterado ao longo da jornada da instituição) e que ao mesmo tempo não seja tão enxuto, mas não tão longo a ponto de causar celeuma e confusão especialmente perante o Poder Público (exemplos: Fiscalizações Tributárias, renovação de Certificações e Prestação de Contas). Engana-se quem pensa que esta melodia para por aqui: o site da instituição, o Plano de Atividades e os Códigos de Atividade (do Cartão de CNPJ) deverão estar em harmonia com o Estatuto.

Alie-se a isto ao fato de que Controles Internos, Governança Corporativa, Contabilidade, Jurídico, Controle de Provisões, Políticas de Diversidade e Inclusão, ESG, são ingredientes salutares para o sucesso da Gestão.

Outro fator importante, em termos de Gestão Preventiva, é a instituição decidir não ficar refém de uma única fonte de recursos. No Terceiro Setor temos inúmeras possibilidades de captação de recursos: Recurso Público (Parcerias Lei 13.019/2014), Doações de pessoas físicas e jurídicas, Prestação de Serviços, Venda de mercadoria, Recursos Internacionais, Fundos Patrimoniais (Lei 13.800/2009), Emendas Parlamentares, Títulos de Capitalização – Filantropia Premiável (Lei nº 14.332/2022), Locação de Imóveis e Receitas Financeiras (rol meramente exemplificativo). Contudo, é salutar que

---

toda a receita seja reinvestida no mote de operação, da Instituição, nos termos do artigo 14, do Código tributário Nacional.

Em suma, gestão preventiva em qualquer organização envolve, acima de tudo, diagnosticar, planejar, desenvolver e acompanhar de modo a criar um ecossistema de círculo virtuoso de geração de valor.

## Referências

- GRAZZIOLI, Airton; PAES, José E.S.; SANTOS, M.H.; FRANÇA, José A. (2017). **Organizações da sociedade civil - associações e fundações: constituição, funcionamento e remuneração de dirigentes.** São Paulo: Educ.
- GRAZZIOLI, Airton; PAES, José E.S. (2016). **Compliance no Terceiro Setor.** São Paulo: Elevação.
- PAES, José E.S. (2017). **Fundações, Associações, e Entidades de Interesse Social.** 9. ed. São Paulo: Forense, 2017.

---

## Conceitos fundamentais

**Organização da Sociedade Civil:** Associações, Fundações, Cooperativas Sociais e Entidades Religiosas;

**Fontes de Receita do Terceiro Setor:** Recurso Público (Parcerias Lei 13.019/2014 - MROSC), Doações (PF e PJ), Prestação de Serviços, Venda de mercadoria, Recursos Internacionais, Show/Jantar Beneficente, Fundos Patrimoniais (Lei 13.800/2009), Emendas Parlamentares, Títulos de Capitalização – Filantropia Premiável = com CEBAS LEI nº 14.332/2022, Locação de Imóveis Receitas Financeiras;

**Legislação Multidisciplinar do Terceiro Setor:** Constituição Federal, Código Civil, Código Tributário Nacional e legislação esparsa (Contabilidade, Trabalho Voluntário, Certificações, Compliance).

---

### **Lucia Maria Bludeni**

Advogada, professora, escritora e palestrante. Vice-Presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da Subseção Pinheiros (São Paulo - SP). Presidiu, por 14 anos, a Primeira Comissão de Direito do Terceiro Setor no Brasil

---

(OAB/SP). Diretora da CAASP e Presidente da 3ª Câmara de Benefícios da CAASP (2022-2024).

**Vanessa Ruffa Rodrigues**

Gerente Jurídica, professora, escritora e palestrante. Docente na Escola Superior de Advocacia de São Paulo (ESA-SP). Presidente da Comissão do Terceiro Setor da Subseção Pinheiros (São Paulo - SP – 2022-2024). Coordenadora de Atualização Legislativa para Assuntos do Terceiro Setor (OAB/SP – 2013/2018). Relatora da 3ª Câmara de Benefícios da CAASP (2022-2024).

---

**ILP Ciência & Cultura**

---

# **ARTE MODERNA E CONHECIMENTO GEOLÓGICO: um retorno a 1922**

**Alex Peloggia**

O convite realizado pelo Instituto do Legislativo Paulista para uma palestra sobre o tema “1922: Ciência e Arte” trouxe uma oportunidade interessante para o debate de questões referentes a uma necessidade premente na contemporaneidade: uma epistemologia integrada que supere a divisão entre os campos e formas de conhecimento. Esta discussão não é nova, e na verdade diversos autores têm sustentado posições nesse sentido nas últimas décadas, mas hoje temos alguns elementos adicionais ao debate. Dentre eles, o conceito eminentemente transdisciplinar e planetário do “Antropoceno”.

Discutir a relação entre Arte e Ciência pressupõe considerar, em primeiro lugar, sua separação. Algo que pode até parecer natural, senão óbvio, na contemporaneidade, mas que é, na verdade, uma circunstância histórica, específica, do processo civilizatório que se instaurou no Ocidente a partir da Idade Moderna. Ou seja, uma particularidade contemporânea do sistema-mundo capitalista. Mas, nem mesmo no mundo Ocidental foi sempre assim, como mostrará uma visita ao modo como, por exemplo, os intelectuais da Renascença abordavam o mundo por meio de uma “transdisciplinaridade” em que, naturalmente, este próprio termo não faria muito sentido, se é que algum.

Por outro lado, abordar a relação entre Arte e Ciência, tal qual ocorre em razão do modo como tais afazeres humanos se configuraram hoje, se trata de tarefa gigantesca, e muito maior do que poderia abranger este simples ensaio, se é que alguma obra poderia dar conta do tema de forma completamente satisfatória. Mas, seja como for,

---

podemos partir da consideração de que Ciência e Arte são formas de conhecimento, quero dizer, de apreensão, reflexão e representação do mundo, incluindo-se aí o contexto especificamente humano. Desses formas de relacionamento da consciência com a realidade material e com a subjetividade tomaremos, como recorte, por um lado, as artes visíveis (especificamente a pintura) e, por outro, o conhecimento chamado de geológico (considerado aqui, de maneira ampla, como aquele relacionado ao que diz respeito ao modo de ser do Planeta Terra, sua estruturação e funcionamento, incluindo-se os aspectos agenciados pela humanidade).

Circunscrevendo ainda mais o tema, para tornar a reflexão minimamente consistente, tomaremos como referência um lapso temporal de 100 anos, estabelecendo o ano de 1922 como marco. Há cem anos, o que ocorreu ou estava a ocorrer de significativo que pudesse relacionar a pintura (aqui considerando, de forma ainda mais restrita, a particularidade brasileira) e a teoria da Geologia? A primeira parte da resposta soa imediata, pois que a Semana de Arte Moderna de 1922 vem à mente quase imediatamente, em seu centenário, evento decisivo que foi na configuração da estética modernista no País e, pesadas as polêmicas intelectuais que o cercam, certamente um “marco estratigráfico” na ordenação das “camadas da história da arte” nesta parte rompida do antigo supercontinente Gondwana.

A segunda parte da resposta que pretendemos propor vem de outro supercontinente primitivo, ao qual os geólogos deram o nome de Laurásia e que, após milhões de anos de deriva continental, veio a abrigar os centros civilizatórios que, no auge da Renascença, expandiram sua economia e sua cultura para as mais longínquas partes disruptas desses continentes imemoriais. Dessas terras, também em 1922, veio um livro, que salvo melhor juízo não teve maior repercussão, como é comum com as obras à frente do tempo, mas que antecipava um tema que hoje constitui debate central na Geologia: a agência humana e o Antropoceno, a que me referi, e que abria, assim, as portas de um aspecto da modernidade desta ciência: trata-se de *O Homem como Agente Geológico*, do britânico Robert Sherlock.

Minha tarefa, aqui, será apresentar as razões que me levam a considerar que esta coincidência cronológica tem algum significado,

---

ou seja, o que o impulso tomado pela arte moderna no Brasil e a preocupação com as transformações geoambientais antropogênicas no Reino Unido têm em comum.

### O Mundo e o Planeta em transformação, novas realidades

Hoje, vivemos em um planeta muito transformado em relação ao que poderíamos observar poucos séculos atrás. Para indicar tal aspecto contemporâneo da situação geoambiental planetária, criou-se há pouco mais de duas décadas o termo “Antropoceno”, a “época geológica humana”. Não foi o primeiro termo a expressar tal circunstância (o conceito de “Tecnógeno”, por exemplo, data dos anos 1980), mas foi proposto em um momento em que havia amadurecimento na cultura, incluindo-se a própria ciência, para a aceitação de tal fato. Tal caracterização tem um significado simbólico e um caráter heurístico. No primeiro aspecto, temos o reconhecimento da proporção em que a agência humana, a mesma que criou a ciência moderna, e com o auxílio desta por meio de sua derivação em tecnologia, modificou o modo de ser e de funcionar da superfície do Planeta, e não necessariamente para melhor. Quanto ao segundo, entende-se que da percepção da transformação e da reflexão sobre suas causas e consequências poderá derivar um questionamento sobre as bases estruturais do próprio estágio civilizatório contemporâneo e de seu necessário reordenamento, ou seja, uma orientação para a prática daqueles que se preocupem com isso – potencialmente, todos nós.

O geólogo britânico Robert Sherlock aborda, em seu texto pioneiro (um conteúdo correlato na literatura geológica talvez só possa ser encontrado, e mesmo assim em muito menos escala, nos *Principles of Geology*, do também britânico Charles Lyell), de aspectos relativos à caracterização da agência geológica humana (que hoje denominamos tecnogênese) na Grã-Bretanha, como: denudação (escavação em minas, ferrovias, canais, obras portuárias e urbanas) e desgaste de materiais expostos; acumulação (rochas artificiais e formação de terrenos artificiais; efeitos da urbanização; alterações nas linhas de costa; alterações na circulação da água (superficial e subterrânea) e, ainda, mudanças climáticas e paisagísticas.

---

O quadro é completado pela análise teórica da agência humana. Neste sentido, alguns pontos de grande interesse são destacados, por exemplo em relação à natureza dessa agência: “Uma característica marcante, então, da ação do Homem sobre a Natureza é sua intermitênciam; enquanto suas atividades geológicas crescem em intensidade elas estão sempre mudando de direção”. Outro aspecto significativo, que antecipa uma característica essencial do Antropoceno, diz respeito às mudanças climáticas: “Outro resultado da atividade humana é mais duvidoso, e hoje se encontra no estágio especulativo. (...) nos referimos à possibilidade de um acréscimo considerável na quantidade de dióxido de carbono na atmosfera como resultado da queima de combustíveis, e o seu provável efeito no clima de tal acréscimo, se ocorrer” (tradução minha).

Sherlock antecipa, ainda, a pertinência de uma abordagem interdisciplinar no estudo do Antropoceno ao destacar o “problema que surge em conexão com nosso tema é a relação entre a psicologia do Homem e suas atividades geológicas. Suas mais profundas interferências na Natureza têm origem em seu pensamento, e são as mudanças nas ideias do Homem as responsáveis pela intermitênciam de suas atividades”. Aqui, o que poderia parecer, numa leitura descuidada, uma postura gnosiológica idealista, na verdade ressalta um ponto já destacado por Lyell acerca da agência humana, a “moral”, o que podemos entender de forma ampla por subjetividade e motivação: no novo contexto geológico marcado pela agência humana, ocorre algo novo: a teleologia. Trata-se, como se sabe, de um aspecto fundamental a diferenciar “arquitetos e abelhas”, para usarmos a metáfora colocada por Marx no capítulo VII de “O Capital”: na natureza não há posições teleológicas (tomadas de decisão entre alternativas), mas estas efetivamente medeiam a relação dialética entre o “metabolismo humano-societário” e sua “plataforma natural” (uso aqui palavras de José Chasin), em que a última é efetivamente modificada. Tratei detalhadamente dessa questão teórica no livro *O Homem e o Ambiente Geológico*.

O livro de Robert Sherlock, um clássico geológico, pode ser considerado, assim, uma “antecipação” de algumas décadas a um debate que só se desenvolveria, lentamente, na segunda metade do século XX, após mais uma devastadora Guerra Mundial e uma

---

gigantesca expansão da produção industrial capitalista de bases sabidamente não sustentáveis. Aliás, é tal “grande aceleração” que fornece, aos estratígrafos, uma das principais referências para posicionar, no registro cronoestratigráfico/geocronológico, a “base do Antropoceno” como série/época do sistema/periódico Quaternário. É pertinente, nesse sentido, tratar-se o Antropoceno também como um “Capitaloceno”. Mas, se o capitalismo industrial trouxe consequências geológicas de magnitude comparável a grandes eventos da longa história da Terra, sabe-se perfeitamente que este é apenas um dos inúmeros lados da complexa questão, incluindo-se aí, obviamente, as transformações sofridas pela cultura e pelas subjetividades: a um planeta transformado corresponde um mundo transformado, uma civilização marcada por uma mudança radical de hábitos, costumes e maneiras de pensar.

Uma das formas de a cultura perceber, apreender e expressar as transformações da realidade, natural, social ou subjetiva, é a Arte. Como o é a Ciência. A primeira, de forma mais intuitiva e livre, a segunda por meio de mediações metódicas diversas, trabalham ambas com materiais provenientes da percepção ou da averiguação da realidade, os filtram, processam e devolvem ao mundo em termos de expressões diferenciadas. Robert Sherlock percebeu as modificações do ambiente geológico ocorridas no Reino Unido e as expressou, em 1922, em termos científicos rigorosos, inclusive com forte base quantitativa. O subtítulo de seu livro é, não sem cabimento, “um balanço de sua ação sobre a natureza inanimada”. Hoje, denominamos tal ação de “tecnogênese”.

### A Arte interpreta o mundo em transformação

Do outro lado do supercontinente Pangeia há muito fraturado, mas também em 1922, um evento de grande significação no campo da cultura ocorria um pouco abaixo do Trópico de Capricórnio, na cidade de São Paulo, então em franco crescimento populacional e em processo de industrialização. Um grupo de artistas, músicos, literatos e intelectuais promove a “Semana de Arte Moderna”, com o intuito de inserir, em um país de passado agrário e há pouco ainda escravista, de

---

cultura conservadora, o que já estava há tempos sacudindo o hemisfério Norte: o modernismo.

Não se trata, aqui, de discutir a Semana da Arte Moderna em si, mas tomá-la como referência de transformação. Os modernistas certamente viam o mundo de forma diferente, procuravam captar suas novidades e expressá-las por meios pictóricos, sonoros ou escritos. Bem como intervir nele. Tais intenções foram traduzidas, na forma de um programa, principalmente por um dos integrantes do grupo, Osvaldo Andrade, por meio do “Manifesto Pau-Brasil”, de 1924, e do “Manifesto Antropofágico”, de 1928. Nesses textos clássicos da arte brasileira temos, conforme nos informa Alberto Beuttenmüller, em primeiro lugar a “proposta de uma arte capaz de apreender e expressar a nova realidade industrial e urbana da cidade” e, depois, a diretriz de “comunicação direta com o solo brasileiro”. Mas, de que modo esta estética moderna e antropofágica brasileira apreendeu e refletiu as transformações do mundo e do planeta?

### **Arte moderna, paisagem e geodiversidade**

A pintura, por meio de obras dotadas de realismo geológico, é capaz de aprender e representar os elementos constituintes da geodiversidade, ou seja, da constituição geológica e da configuração geomorfológica da superfície do planeta. Tais aspectos ganharam grande atenção na Arte Renascentista, mas perduram, com maior ou menor intensidade, até a contemporaneidade, de maneira que é possível falar-se na própria arte como um tipo de “registro estratigráfico”, isto é, de processos e configurações como observáveis em certos lugares em determinados tempos.

Um exemplo de grande interesse sobre este assunto, e talvez mais específico, seja a tela “Paisagem”, de 1948, também de Tarsila do Amaral, do acervo do Museu de Arte Moderna de São Paulo<sup>6</sup>, que analisaremos em detalhe.

Trata-se de uma composição cubista, em que a grade linear e diagonal proposta por Georges Braque, como pode ser vista na obra “Castelo em La Roche-Guyon”, de 1909<sup>7</sup>, foi utilizada por meio de

---

<sup>6</sup> <https://mam.org.br/acervo/63-amaral-tarsila-do/>

<sup>7</sup> Ver, sobre o tema, Cottington (1999).

---

elementos algo mais naturalistas. Se na pintura de Braque há dois elementos básicos a definir a disposição das diagonais (os telhados e manchas de vegetação) e das linhas horizontais e verticais (os cantos das construções e alguns telhados e ciprestes), na de Tarsila a variedade é maior: as linhas verticais são dadas pelos cantos das casas, portas e janelas, mas também pelos caules das árvores e dos altos mandacarus, e as horizontais pelas soleiras das construções e, eventualmente, pelos telhados. Já as diagonais são claramente marcadas, como em Braque, pelos telhados e, pela disposição das manchas de vegetação rasteira. Mas há, ainda, outro elemento fundamental nessa representação: os rochedos ortogonalmente fraturados.

Trata-se aqui claramente à observação geológica, como fica evidente no bloco na porção inferior ao lado direito do cactos, de um sistema de fraturas ortogonais, sendo dois conjuntos subverticais e um sub-horizontal. Um dos sistemas de fraturas subverticais repetitivo é usado para marcar a configuração das diagonais que vão da porção inferior direita para o quadrante superior esquerdo da tela (SE-NW); já as intersecções entre o outro conjunto subvertical e as fraturas sub-horizontais completam as diagonais SW-NE, ou seja, que vão do canto inferior esquerdo ao superior esquerdo da tela.

Como destaca Gombrich (2012), o contraste entre ordem e desordem é um fator básico a impressionar nossa percepção. Nesse sentido, podemos supor que a tela de Tarsila, observação que podemos estender genericamente ao Cubismo Analítico, representa a busca de ordem na paisagem, por meio do destaque de padrões de regularidade em que a “variedade do mundo visível é reduzida a representações esquemáticas” (imagens conceituais) (p.5), o que dialoga com a própria tendência do indivíduo que vê a obra em buscar tal ordem. Como também destaca Gombrich, nossa percepção tendencialmente, de forma inata, volta-se para a identificação de configurações simples, como linhas retas e círculos, que representam relações ordenadas. Esta observação vem ao encontro, justamente, da colocação do próprio Braque no sentido de que a natureza não deve ser imitada e suas aparências servilmente copiadas, mas que os princípios estruturais subjacentes às aparências devem ser expressos por meio de estruturas formais análogas (cf. WOLF 2017).

---

Trata-se, aqui, de um notável uso de um elemento geológico real (o maciço rochoso fraturado ortogonalmente) como elemento de estruturação da paisagem, de mesma hierarquia composicional das edificações e da vegetação. Não vejo como esta aplicação tenha sido efetuada sem, em algum momento, uma observação atenta da regularidade desse elemento geológico-estrutural, que foi percebida e transposta para a obra de arte. Este procedimento (o de se utilizar elementos regulares da geodiversidade, particularmente a estratificação, na estruturação dos elementos que configuram a obra), todavia, não é novo, tendo sido amplamente utilizado pelos renascentistas, sobretudo italianos, em conjunção com os elementos arquitetônicos.

Aqui, em Tarsila, temos uma revivescência de tal procedimento, atualizado em outros moldes. Todavia, uma comparação de interesse, em termos do uso de elementos da geodiversidade, é a obra “Paisagem rochosa com a representação do descanso na fuga para o Egito”<sup>8</sup>, de Pieter Bruegel, o Velho. Conquanto a composição desta notável paisagem seja diferenciada, com o recurso evidente à perspectiva “atmosférica” (em planos escalonados), a disposição dos maciços rochosos (mostrando padrões de estruturas planares acentuadas, subverticais, ao estilo das representações de Joachim e da Escola de Antuérpia<sup>9</sup>, lembrando rochas xistosas) e da própria “foliação”, se associa a outros elementos para definir diagonais “SE-NW”, que parecem convergir para um ponto de fugo algo indefinido fora da tela à esquerda (na visão do observador).

Como lembra Gombrich, na pintura paisagística do século XVI, como a de Bruegel, as representações não são “vistas” observáveis, mas composições conceituais que, ao utilizem elementos provenientes do cenário natural (no caso, das formações rochosas ao “estilo de Patinir”, possivelmente referíveis à região francesa das nascentes do rio Mosa, mas que, observamos, na verdade aparecem, por exemplo, já na pintura de Jan Van Eyck da primeira metade do século XV), o

---

<sup>8</sup> Mostrada, por exemplo, em Wölfflin (2015). Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pieter\\_Bruegel\\_the\\_Elder\\_-\\_Rest\\_of\\_the\\_Flight\\_into\\_Egypt.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pieter_Bruegel_the_Elder_-_Rest_of_the_Flight_into_Egypt.jpg)

<sup>9</sup> Ver Roberts (1982).

---

fazem, todavia, por meio de um processo longo entre a percepção propriamente dita e a representação<sup>10</sup>. No caso da obra de Tarsila, não sei quantas e quais foram as mediações entre a percepção geológica e a representação pictórica.

Observe-se, também, que na magnífica composição da modernista brasileira há, diferentemente da obra citada de Braque, a sugestão de uma perspectiva linear, com as diagonais SE-NW aparentemente convergindo para um ponto de fuga deslocado à esquerda da tela, como em Bruegel. Este aspecto inusitado, que confere uma fluidez diferenciada à obra, é justamente reforçado pelo uso do elemento geológico, em ambos os casos. Enfim, sabe-se que Tarsila conhecia as técnicas cubistas, mas também parece que observou bem, em certo momento – como referi anteriormente – a configuração de afloramentos rochosos e soube utilizá-los de maneira coerente para a finalidade da composição. A isto se denomina “realismo geológico”, termo cunhado por Anna Reid para se referir à obra do pintor britânico Paul Nash<sup>11</sup>, pois que aí se coloca um tema essencialmente geológico, o papel da estrutura rochosa na configuração da paisagem.

O mesmo raciocínio se aplica à denominada geodiversidade antropogênica, conceito que abrange materiais geológicos (rochas artificiais, formações e terrenos tecnogênicos) e feições de relevo (paisagísticas) produzidos direta ou indiretamente no contexto da agência geológica humana. Ocorre que esta categoria específica de diversidade geológica é também um produto das transformações do mundo e do planeta que, justamente, mobilizaram o pensamento modernista. Dessa maneira, a pintura moderna brasileira, ao registrar a paisagem desse “novo mundo”, se tornou, também, um registro estratigráfico desse episódio geológico planetário.

Tomenos, então, alguns exemplos. Na tela “Morro da Favela” (1924), também de Tarsila do Amaral, observam-se nitidamente dois registros que configuram terrenos tecnogênicos de degradação, formados pela escavação do material geológico: um talude de corte e

---

<sup>10</sup> Gombrich (1990).

<sup>11</sup> Reid

---

um túnel. Tratam-se de formas impressas na paisagem, denominadas cicatrizes tecnogênicas na terminologia geomorfológica.

Já na obra “Paisagem de Pinheiros”, de Clóvis Graciano, do acervo da Fundação Armando Álvares Penteado, o que se vê é um ambiente tecnogênico em processo de configuração, na verdade a reconfiguração de uma planície, com uma cava de mineração (terreno tecnogênico de degradação configurado como tecnoforma de escavação) e tecnoformas de agradação associadas (elevações tecnogênicas em forma de cones), representadas por depósitos construídos de fáceis espólica (resultantes da acumulação direta do material geológico escavado). O conteúdo é muito semelhante do retratado, por exemplo, por Van Gogh na tela “Arredores de Paris perto de Montmartre”, de 1887, porque a geograficidade do espaço representado é análoga, ou seja, o agenciamento humano do ambiente geológico das áreas de expansão urbana.

Nas paisagens de Portinari, muitas reconhecidas pela tonalidade vermelha do latossolo, destaca-se a tela “Lavrador de Café”, do acervo do Museu de Arte de São Paulo. Aqui, a geodiversidade é vista, além dessa particularidade pedológica, a partir da nítida compartimentação do relevo: a partir do primeiro plano, e prolongando-se em uma diagonal oblíqua para a direita (“leste”), um planalto dominado pela típica configuração de mares de morros. À esquerda (“oeste”), terrenos planos. Não é difícil, na comparação com o mapa geomorfológico do estado de São Paulo, sugerir-se aqui a passagem entre duas grandes morfoesculturas (unidades geomorfológicas de 2º táxon, conforme a classificação de Ross): o Planalto Atlântico, sustentado por rochas ígneas e metamórficas muito antigas, e a Depressão Periférica, em cujo substrato encontram-se formações sedimentares da base da chamada Bacia do Paraná. É sobre esta configuração que se percebe a apropriação do relevo, a colonização do interior (o “oeste”), com a destruição da cobertura florestal original (representada pelo toco aos pés do lavrador e pelas cinzas que escurecem o terreno), os sulcos de erosão nas vertentes expostas, as *plantations* cafeeiras e as linhas férreas, em processos tão bem descritos por autores como Warren Dean e Pierre Monbeig. Tal contexto, típico dos fins do século XIX e início do XX no interior paulista, se insere em um contexto mais amplo, de configuração do

---

sistema-mundo capitalista (o “Capitaloceno”), e registra claramente algumas das profundas transformações ambientais correlatas que viriam a configurar o Antropoceno.

### Considerações finais

Para o cartazete de divulgação do evento promovido pelo ILP (abaixo), usei como inspiração, obviamente, a figura produzida por Di Cavalcanti para a Semana de Arte Moderna, na qual um arbusto quase seco começava a dar algumas florezinhas. Passados cem anos, no que se refere às questões pioneiramente levantadas àquela época sobre as modificações do mundo e do planeta, por artistas e cientistas corajosos, a discussão tomou corpo e amadureceu, transformando-se em frondosa árvore. Aguardamos que dê frutos.



### Referências citadas e sugeridas

- COTTINGTON, D. (2001). **Cubismo**. São Paulo: Cosac Naify.
- DEAN, W. (1996). **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras.
- GOMBRICH, E.H. (1990). **Norma e forma**: estudos sobre a arte da Renascença. São Paulo: Martins Fontes.
- GOMBRICH, E.H. (2012) **O sentido de ordem**: um estudo sobre a psicologia da arte decorativa. Porto Alegre: Bookman.

- 
- Man as a geological agent: an account of his action on inanimate nature.* Londres: H.F. & G. Witherby.
- MONBEIG, P. (1984). **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec/Polis.
- PELOGGIA, A. (2021). Abordagens e conceitos fundamentais da análise da paisagem no contexto do Antropoceno. *Cadernos do ILP: Ensino – Pesquisa – Extensão Cultural* 2(2): 54-60.  
<https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=24668>
- PELOGGIA, A. (2020). Antropoceno, artes visíveis e literatura: a arte como registro estratigráfico e a agência geológica humana. *Cadernos do ILP: Ensino – Pesquisa – Extensão Cultural* 1(1-2): 133-145.  
<https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=24368>
- PELOGGIA, A. (2021). O Antropoceno: uma introdução aos conceitos e aos significados. *Revista do ILP* 3: 68-70.  
[https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/24768\\_arquivo.pdf](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/24768_arquivo.pdf)
- PELOGGIA, A. (2018). “New awful changes – The human geological stratum rediscovered”: Allowing Art to talk about the Anthropocene. *Revista do Instituto Geológico* 39(2):91-101. DOI:[10.5935/0100-929X.20180009](https://doi.org/10.5935/0100-929X.20180009)
- REID, Anna (2018a). The nest of wild stones: Paul Nash’s geological realism. *Visual Culture In Britain* 19(2): 189-215.
- REID, Anna (2018b). Paul Nash’s geological enigma. *British Art Studies* 10.
- ROBERTS, K. (1982). **Bruegel.** 3.ed. Londres: Phaidon.
- WOLF, N. (2017). **Landscape Painting.** Colônia: Taschen.
- WÖLFFLIN, H. (2015). **Conceitos fundamentais da História da Arte.** São Paulo: Martins Fontes.

---

### Conceitos fundamentais

**Realismo geológico:** propriedade de que são dotadas as obras de arte que expressam realidades geológicas, de maneira a, a partir delas, poderem ser colocadas questões ou realizadas interpretações especificamente geológicas.

**Arte estratigráfica:** obra de arte dotada de realismo geológico.

**Antropoceno:** Época geológica contemporânea delineada pela agência humana.

**Agência geológica humana:** Modo como os seres humanos, em interação social complexa, colocam em prática sua capacidade de conformar e transformar o ambiente geológico, correspondendo portanto a um modo de

---

agir, não ação, ou seja, uma prática de reprodução social que interage com e afeta o Sistema-Terra. Tal interação se manifesta por meio da modificação do relevo, alteração da fisiologia das paisagens e criação de depósitos superficiais correlativos.

---

**Alex Peloggia**

Geólogo, psicanalista, artista plástico e escritor. Doutor em Ciências. Pós-graduado em Educação, Política e Relações Internacionais, Arqueologia e Educação Artística. Estudou História da Arte no Museu de Arte de São Paulo, Museu de Arte Moderna de São Paulo e na Panamericana: Escola de Arte e Design.

---

# TOTEM ADORMECIDO

Gazy Andraus

## Apresentação

Esta é uma história em quadrinhos<sup>12</sup> no estilo “poético”, ou melhor, “poético-fantástico-filosófico”. Pois metafórica, igualmente<sup>13</sup>! No Brasil, o quadrinho poético foi se desenvolvendo na década de 1980 via autores amadores que podiam desenvolver suas experiências artísticas em HQs curtas, pois só assim teriam como publicá-las nos chamados fanzines<sup>14</sup>. Os zines eram o esteio para os quadrinhos das décadas de 1980 e 90 no Brasil, face às parcias possibilidades de editoras publicarem autores nacionais desconhecidos do grande público, dada à cultura de publicar material estrangeiro (norte-americano em sua maioria) traduzido no país.

Assim, os fanneditores, para conseguirem publicar vários autores, nos pediam HQs mais curtas, o que nos forçou a um processo de criação mais elíptico, levando naturalmente a HQs poéticos de poucas páginas.

Esta HQ “Totem Adormecido” é outra versão que imaginei (há outra anterior e com mais páginas em andamento - a passos de tartaruga - que relaciona o totem à tecnologia aeroespacial), mas desta vez a deixei como “obra aberta” – a interpretação fica a cargo de cada leitor.

Este é um “olhar” que parte de uma face incrustada e que se desenrola como um conglomerado a olhar ao espaço...

E, dele, emerge da incrustação rochoso-erigida tal qual um totem-robô a se arremeter aos céus, e por fim, eclodir em uma

---

<sup>12</sup> HQ.

<sup>13</sup> Aconselho o leitor a ler a HQ antes deste texto “elucidatório”.

<sup>14</sup> Fanzines (ou zines) são revistas independentes de baixa tiragem, geralmente feitas com fotocopiagem e fora do circuito profissional de publicação. Existem desde a década de 1930 dos EUA para o mundo.

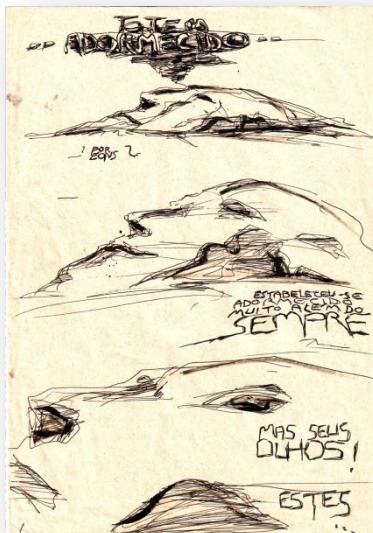
---

expansão, sendo uma maneira de se ampliarem as significações totêmicas que foram erigidas como simbologias de conexão entre as coletividades, a ancestralidade e o cosmo – a que se destina a construção e exposição de um totem, realmente.

Poderia ser algo além do que entendemos?

Pois intentei aqui dar algum norte ao leitor desta HQ poética, a que ele possa voltar às cinco páginas, “relê-las” e ressignificar seus sentidos. Aconselho a fazê-lo sob audição musical instrumental, que possa ajudar na fruição (pois eu mesmo crio tais HQs sob audições sonoras, e por isso, muitas vezes também são quase abstratas, como esta).

Tenho algo mais a dizer: a HQ, que foi elaborada em 2018, em preto e branco sobre um papel reciclado (portanto, de fundo um tanto “amarelado”, conforme a figura página 1 que reproduzo aqui abaixo) ainda não estava finalizada.



Mas agora em 2023, para os Cadernos do ILP, resolvi escaneá-la e reimprimi-la para dar mais tons de cinza e principalmente

---

coloridos a lápis, e futuramente, almejo, caso possa retrabalhá-la, ampliar suas áreas de preto e branco (cujo original ainda assim se mantém).

Explico: na verdade, sempre que elaboro uma HQ, o ato já o é em preto (nanquim) elaborando as páginas junto ao texto que envolve as imagens duma vez, conforme ouço alguma música (por isso, nalguns momentos, o texto, as letras, parecem mais difíceis de serem lidos, pois se assemelham bastante aos grafismos e desenhos esboçados). Feita esta etapa, que é a principal, depois resta apenas o tempo de trabalho em se melhorar os grafismos, hachuras e arte-final.

Neste caso desta HQ, mexi nela algumas vezes e finalmente, sabendo que poderia ainda fazer muito mais, questionei-me se, em vez de continuar, e até tentar colori-la via *photoshop*, por que não inserir nela, cores via lápis em um papel mais grosso. Daí, após escaneá-la, como disse, imprimi-a em um papel A-4 de gramatura 140grs (e também de cor creme) e usei lápis-aquarelado para dar “vida” às páginas!

Assim, esta versão em cor que antes poderia ser parcial...ainda poderá ter mais ressignificação futuramente caso eu insira mais áreas com tinta preta, em seus detalhes (na versão original em preto e branco)...ou não, visto que agora é possível aos olhos absorvê-la com outras nuances de colorações.

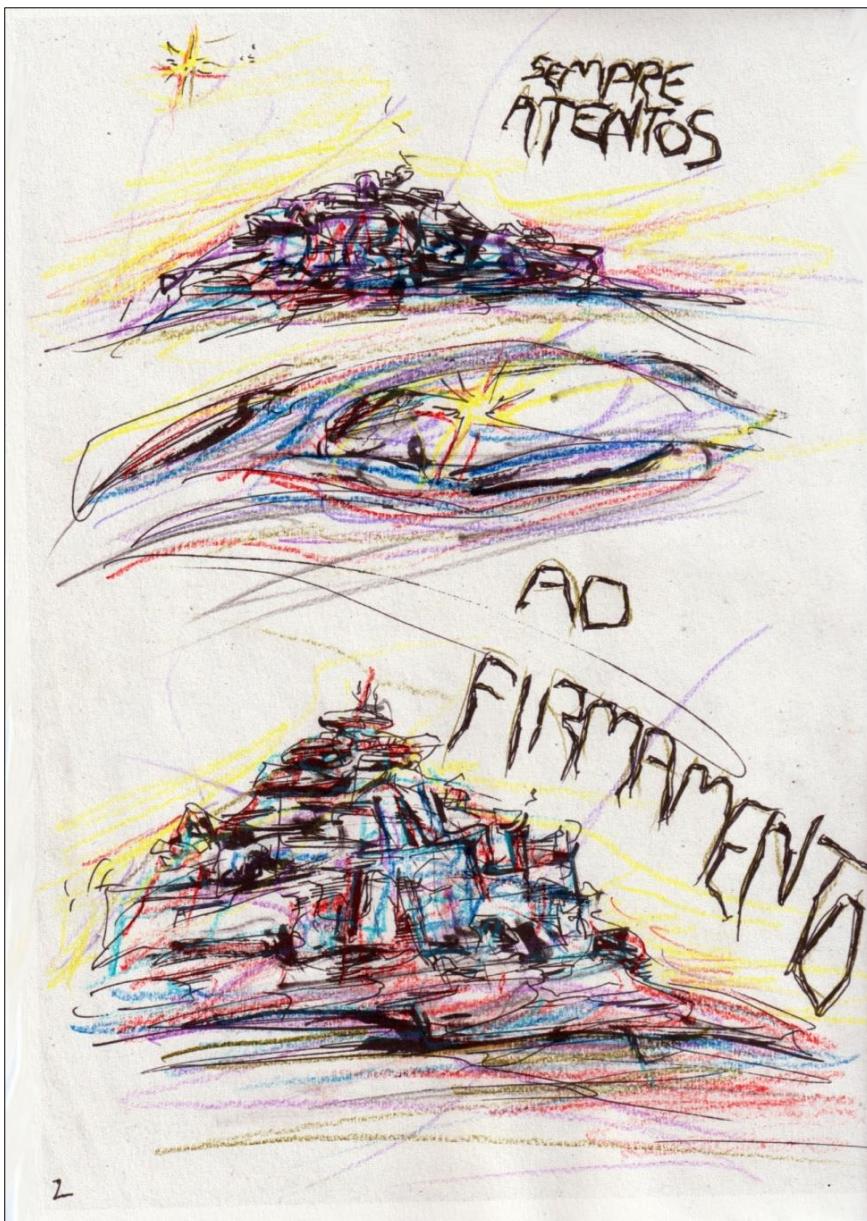
É isto!

---

### Gazy Andraus

Pós-doutorando pelo PPGACV da FAV-UFG (Bolsista CAPES-PNPD), Doutor pela ECA-USP, Mestre em Artes Visuais pela UNESP, Pesquisador e membro do Observatório de HQ da USP, Integrante do grupo de pesquisa CRIA\_CIBER (FAV/UFG) e Poéticas Artísticas e Processos de Criação (UFG). Também publica artigos e textos no meio acadêmico e em livros acerca das Histórias em Quadrinhos (HQs) e Fanzines, bem como também é autor de HQs e Fanzines na temática fantástico-filosófica.





2







---

**Atas do Seminário  
Roteiros Geoturísticos no  
Estado de São Paulo**

---

ATAS DO SEMINÁRIO

# Roteiros Geoturísticos no Estado de São Paulo

10 e 24 de junho e 1º de julho de 2022  
Instituto do Legislativo Paulista

Organizador:  
Alex Peloggia

Realização:



Apoio:



---

# O GEOTURISMO COMO VIVÊNCIA DA GEODIVERSIDADE

Alex Peloggia

O Geoturismo pode ser entendido como uma vivência da geodiversidade, ou seja, uma experiência de contato significativo com a variedade de sítios e paisagens que mostram elementos da constituição geológica e geomorfológica do território, englobando dimensões de entretenimento e produção de conhecimento, valorização do geopatrimônio e geoconservação, associadas ao desenvolvimento local e à sustentabilidade ambiental.

Neste ciclo, promovido pelo Instituto do Legislativo Paulista e que teve apoio da Associação Brasileira de Defesa do Patrimônio Geológico e Mineiro, especialistas da área de Geociências indicaram alguns roteiros de grande interesse no Estado de São Paulo, destinados a estudantes, professores, profissionais e à população em geral, desde o litoral até o interior, passando pela Capital.

Para esclarecermos a noção de vivência da geodiversidade no Geoturismo podemos nos referir a um contexto mais amplo, o da paisagem como espaço vívido. Um bom começo para tal aproximação pode ser a obra de Ítalo Calvino, dotada de ampla geograficidade, por exemplo nos textos “O Caminho de San Giovanni” e “Do Opaco”, ou ainda o livro “Cidades Invisíveis”.

Nessas passagens-paisagens literárias, habitando as formas do mundo, o ser humano de se apropria subjetivamente de lugares, caminhos e destinos que são, cada um em função de suas particularidades, marcados por formas distintas e elementos particulares, que podem ser, dentre tantos outros, uma arquitetura, um jardim ou bosque, uma estrutura geológica ou uma forma distinta do relevo. Tais referências são mais ou menos carregadas de afetos próprios da experiência existencial dos sujeitos que as encontram, e a elas ficam acoplados mesmo que a causa original se tenha esvanecido. Tornam-se lugares de memória, o equivalente subjetivo dos sítios arqueológicos.

Estamos descrevendo aqui espaços hodológicos, no sentido atribuído por Jean Paul Sartre. Estes representam a geograficidade particular no encontro entre o material e o psíquico, que o curador deve se preocupar em

---

construir ao tratar dos espaços do Geoturismo. Tratam-se de espaços vividos, praticados e relatados, em grande parte de natureza psicogeográfica (isto é, são dotados de tonalidades ou teores afetivos, como lembra Jean-Marc Besse), no sentido de aptos a percepções, representações e ordenamentos alternativos, qualitativos e subjetivos, da espacialidade.

O espaço do Geoturismo é um “espaço de vida”, ao menos de momentos da vida, um meio dotado de uma objetividade (à qual pertencem seus elementos geológicos e geomorfológicos) que, todavia, se presta ao encontro, realizado por meio da ação e da percepção, da espessura, da textura, da luz e das orientações dos elementos, estas que são mais ou menos resistentes aos movimentos físicos e psíquicos do explorador, de maneira que a percepção pode ser “orientada” em certo sentido ou outro (como diz Besse). Esta qualidade objetiva pode ser explorada, então, em um sentido desejado. É esta a essência da possibilidade de manejo curatorial do espaço geoturístico.

Ou seja, a formação do sentido de espacialidade particular, no contexto do Geoturismo, explorará justamente a potencialidade dos elementos da geodiversidade produzirem percepções distintas das usualmente ocorridas no espaço vivido ordinário, que vão desencadear mecanismos cognitivos a serem explorados pedagogicamente pelos profissionais curadores. Esta proposição não é, na verdade, uma novidade; basta verificarmos, por exemplo, a menção feita por Ulpiano de Meneses, ao tratar do tema da exposição museológica e o conhecimento histórico, à afirmação de Santo Tomás de Aquino de que “o sensível é o veículo natural do inteligível”.

Deve ser lembrado que o conceito de geodiversidade não faz parte do pensamento cotidiano da maior parte das pessoas, e a parte do geológico e geomorfológico na espacialidade nem sempre é ressaltada, nem mesmo nas experiências de contato com a paisagem. No entanto, a particularidade da percepção das formas guarda algumas características comuns, próprias aos seres humanos, que podem ser exploradas. Assim como a experiência física do espaço urbano, em particular pela caminhada, configura-se como uma via de acesso à cultura moderna (como lembra Besse), a vivência dos locais geoturísticos realiza tal função para a dimensão geomorfológica e geológica do mundo.

Os roteiros geoturísticos têm, assim, a dimensão instrumental de mapas hodológicos, cuja principal marca é a tradução de “nossas caminhadas no mundo”, como diz Sartre, que constituem o mundo e são tão típicas e essenciais dos seres humanos que, afinal, como disse Calvino, eles mesmos

---

“habitam as formas do mundo” e, com elas, estabelecem relações afetivas e memórias.

## Referências

- BESSE, Jean-Marc (2014). **O gosto do mundo:** exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- CALVINO, Ítalo (1990). **As cidades invisíveis.** São Paulo: Cia. Das Letras.
- CALVINO, Ítalo (2000). **O Caminho de San Giovanni.** São Paulo: Cia. Das Letras.
- MENESES, Ulpiano T.B. (1994). Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista N..Ser. (2)*: 9-42.
- SARTRE, Jean-Paul. (2015). **O Ser e o Nada:** ensaio de ontologia fenomenológica. 24.ed. Petrópolis: Vozes.
- 

### Alex Peloggia

Geólogo, psicanalista, artista plástico e escritor. Doutor em Ciências. Pós-graduado em Educação, Política e Relações Internacionais, Arqueologia e Educação Artística. Estudou História da Arte no Museu de Arte de São Paulo, Museu de Arte Moderna de São Paulo e na Panamericana: Escola de Arte e Design.

---

# **SUBINDO A SERRA RUMO AO ELDORADO: geodiversidade e patrimônio no Caminho do Peabiru entre São Vicente e São Paulo**

**Maria da Glória Motta Garcia  
Debora Silva Queiroz  
Eliane Aparecida Del Lama  
Marina Barros Santander**

## **Introdução**

O Caminho do Peabiru é uma rota histórica transcontinental constituída por uma série de antigas trilhas utilizadas pelos povos originários da América do Sul e que ligavam diversos locais no litoral brasileiro às imediações de Cusco, no Peru (Bueno 1999). O traçado destas trilhas era possivelmente vinculado à importância de lugares ao longo do percurso, como os depósitos de prata de Potosí, na Bolívia, além da própria configuração do meio físico. Portanto, as grandes unidades geológicas e formas de relevo constituem elementos da geodiversidade que provavelmente controlaram em grande parte a delinearão destas rotas e, consequentemente, de boa parte dos fatos históricos associados (Garcia *et al.* 2021).

Devido à falta de informações precisas, existe uma grande dificuldade para reconstruir o percurso do roteiro, que tem sido demarcado com base em relatos de viajantes e historiadores. Atualmente, a descrição mais completa sobre o Caminho de Peabiru é do século XVI, escrita pelo alemão Ulrich Schmidel e estudada por Maack (1959), que organizou os dados em um mapa com base no qual Colavite e Barros (2009) fizeram uma reconstrução do trajeto na Mesorregião Centro-Ocidental do estado do Paraná.

---

Três ramos da rota principal saíam do litoral do estado de São Paulo. Um destes ramos tem origem em São Vicente, na Baixada Santista, e outro em Cananeia, no litoral sul, que se ligava à terceira ponta que saía de Iguape. Além destes, havia outras trilhas secundárias. O caminho que saía de São Vicente seguia pelas encostas da Serra do Mar até a capital paulista, a partir da qual se dividia em dois ramos. Um destes ramos seguia ao longo do Rio Tietê até a região de Pirapora do Bom Jesus e rumava a sudoeste, em direção a Sorocaba, seguindo então para Itapetininga, Itapeva e Itapirapuã Paulista, antes de chegar no Paraná. Outro ramo deste mesmo caminho acompanhava o rio na direção de Botucatu até o Rio Grande, a norte. O caminho que saía de Cananeia seguia pela antiga Estrada do Canha, hoje SP-193 (Proença 2015) até a região do Vale do Ribeira, de onde prosseguia para oeste. As duas trilhas principais se cruzavam na região onde hoje fica Tibagi, no Paraná. Além dos caminhos principais, outros ramais também passavam pelo estado de São Paulo. Como ilustrado por Maack, um deles partia de Sorocaba em direção a Botucatu, onde se criava uma divisão em três vias: uma seguia a noroeste em direção a Araçatuba e seguia até encontrar o Rio Paraná; outra a oeste em direção a Teodoro Sampaio, na divisa com Paraná; e uma terceira mais para o sudoeste, que cruzava o Rio Paranapanema até Barão de Antonina (SP).

Como uma rota histórica tradicional com forte apelo turístico, o Caminho do Peabiru tem potencial para promover a educação e o turismo por meio da geodiversidade e do geopatrimônio no contexto da geoconservação. Com cerca de 4 mil km de extensão (Bond 2021), uma das estratégias possíveis é a utilização de segmentos menores e territorialmente homogêneos, compatíveis com a implementação de planos geoturísticos locais e/ou regionais. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo identificar as possibilidades de geoturismo da rota entre os municípios de São Vicente e São Paulo, por meio do reconhecimento de elementos da geodiversidade e de locais de interesse geológico e de patrimônio construído.

---

## **Geodiversidade, patrimônio geológico e construído no trecho entre São Vicente e São Paulo**

Na região abordada, a rota do Peabiru passa pelos municípios de São Vicente, Santos, Cubatão, Santo André (Paranapiacaba), Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, Mauá, São Caetano do Sul e São Paulo. O trecho incluído neste roteiro coincide com o traçado da chamada Trilha dos Tupiniquins (Bueno 1999, Santos 2004) e se inicia na Praia do Gonzaguinha, seguindo pelo Mar Pequeno em direção a Piaçaguera de Baixo. De lá, segue para Piaçaguera de Cima e depois ao longo do Rio da Onça, passando por Cubatão e Santos, e do Rio Mogi, de onde sobe a serra até Paranapiacaba, distrito de Santo André. Daí em diante atravessa o trecho de planalto passando pelos atuais municípios de Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires, chegando até a nascente do Rio Tamanduateí, em Mauá. O trajeto passa por São Caetano do Sul até alcançar a região onde hoje é o Centro Velho do município de São Paulo, especificamente no Páteo do Colégio e na Igreja do Carmo.

Ao longo do percurso é possível observar aspectos da geomorfologia, representada pela Planície Litorânea, as Escarpas da Serra do Mar e Morros Litorâneos e o Planalto de São Paulo. Com base no mapa geológico do estado de São Paulo (CPRM 2022), em termos litoestratigráficos observam-se as unidades Coberturas Recentes, associada à sedimentação costeira, Rochas Ígneas e Metamórficas dos Terrenos Serra do Mar e Embu e Rochas Sedimentares da Bacia de São Paulo (figura 1). Em um dos trechos, o trajeto retilíneo acompanhando a linha da serra está associado à Zona de Cisalhamento Cubatão, uma importante estrutura geológica que ocorre na região.

Diversos sítios de interesse geológico definidos em trabalhos anteriores ocorrem ao longo e nas imediações do trajeto (figura 2). Exemplos destes locais são o geossítio Granito Santos, que sustenta o Morro do Voturuá, localizado na divisa entre Santos e São Vicente (figura 3A), e o sítio da geodiversidade Rampa de Colúvio do Engenho dos Erasmos, em Santos (figura 3B) (QUEIROZ *et al.* 2019). No Distrito de Paranapiacaba, em Santo André, já existem algumas iniciativas de valorização e uso do meio natural associadas ao Peabiru (OSHIRO 2021). Particularmente, nesta região, as trilhas do Rio Mogi e da Raiz

da Serra seguem aproximadamente o trajeto ancestral e podem ser exploradas turisticamente. Exemplos de patrimônio construído podem ser encontrados no vínculo entre locais de extração do Granito Mauá, no município homônimo (figura 3C), e o chão do Páteo do Colégio, no Centro Velho de São Paulo (figura 3D) (DEL LAMA *et al.* 2015).

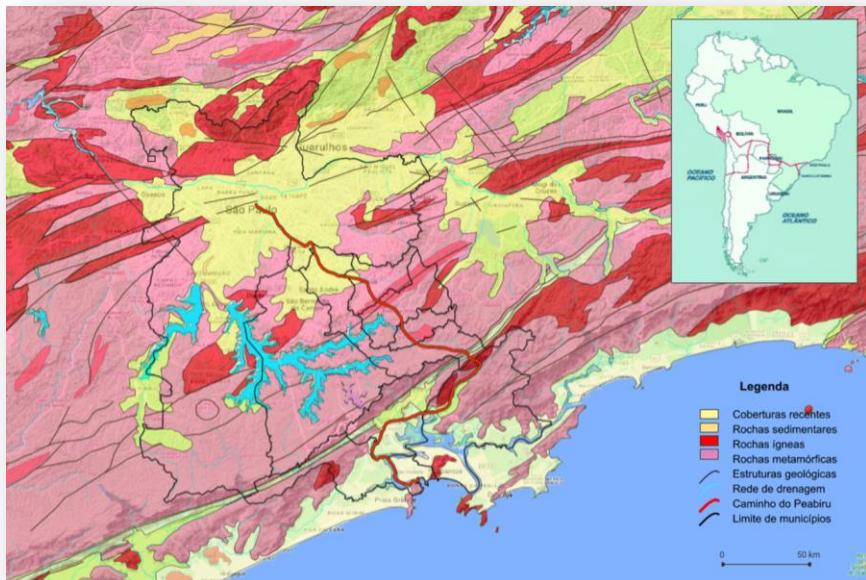


Figura 1. Mapa geológico simplificado (fonte: CPRM 2022) com o traçado do Caminho do Peabiru no trecho entre São Vicente e o centro velho de São Paulo. No destaque, mapa das principais rotas na América do Sul (Bond 2021).

O trajeto do Caminho do Peabiru no trecho enfocado passa pelas unidades de conservação Parque Estadual da Serra do Mar (núcleos Xixová-Japuí e Itutinga-Pilões) e pela Reserva Biológica Paranapiacaba. Toda a área faz parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e parte dela da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde do Município de São Paulo.

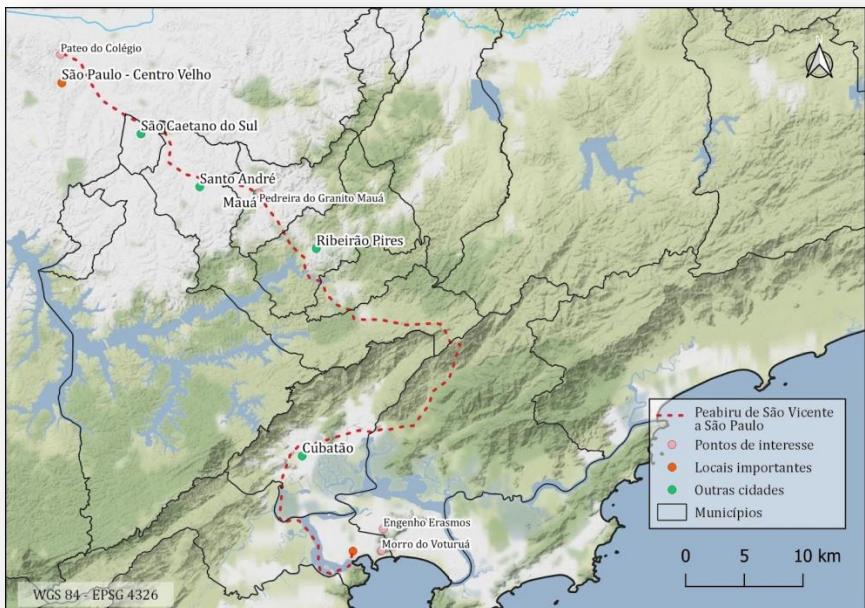


Figura 2. Mapa dos locais de interesse geológico no Caminho do Peabiru entre São Vicente e São Paulo.

### Perspectivas para o geoturismo regional

As rotas geoturísticas constituem uma forma de promover a biodiversidade e o patrimônio geológico de uma região de maneira sustentável. Rotas transnacionais e transcontinentais têm sido o foco de várias iniciativas envolvendo geoturismo em várias partes do mundo, como a Rota Geoturística do Atlântico Europeu, que liga vários geoparques da região (<https://geotourismroute.eu/>, acesso em 04/01/23). Locais icônicos devido à relevância geológica têm sido alvo da elaboração de "geotrilhas", como no caso das Montanhas Dolomitas, na Itália (LADURNER E MORELLI 2018) e do *Greenstone Belt* de Barbeton, na África do Sul (FERRAR E HEUBECK 2013), entre outros. Em muitos destes locais, a utilização de partes de caminhos históricos

---

utilizados por povos antigos constitui-se em um facilitador para a viabilização do geoturismo na área.



Fig. 3. Locais de interesse geológico e do patrimônio construído ao longo do trecho entre São Vicente e São Paulo. A) Morro do Voturuá, atrativo turístico que representa o relevo formado por rochas graníticas e utilizado como mirante; B) Ruínas do Engenho dos Erasmos, construção formada por blocos e matações de granito fino leucocrático sobrepostos e unidos com argamassa; C) Pedreira do Granito Mauá, cuja extração é feita por meio de blocos; D) Participantes do “Geotour” no Centro Velho de São Paulo no Páteo do Colégio. Fotos: Luiz A.P. de Souza.

Como a soma de várias trilhas interligadas, o Caminho do Peabiru tem sido utilizado desde o período anterior à colonização. No trecho abordado nesta pesquisa, os vários locais de interesse situam-se, em grande parte, ao longo da chamada Trilha dos Tupiniquins, um antigo caminho indígena que teve importância particular na fundação de São Paulo (BUENO 1999). Ao atravessar diversas unidades de relevo e locais de interesse geológico, o percurso permite abordar vários

---

aspectos da história geológica regional. Estes locais têm diversos tipos de interesse.

Em termos de patrimônio natural, há geossítios (interesse predominantemente científico) e sítios da geodiversidade (interesse educativo ou turístico), alguns já definidos e outros em fase de definição/seleção. Além disso, inúmeros locais elevados têm sido utilizados como mirantes, a partir dos quais se pode observar a paisagem.

Já o patrimônio construído nestes caminhos se faz presente com a utilização das rochas locais e a modificação da paisagem. Há monumentos e edifícios construídos em pedra, que estão diretamente relacionados ao contexto cultural da região. Nos âmbitos histórico e cultural, há a questão da Serra do Mar como obstáculo à penetração continental adentro. No campo ecológico, o roteiro inclui unidades de conservação focadas principalmente na Mata Atlântica, vegetação desenvolvida sobre solos originados a partir de rochas graníticas e gnáissicas pré-cambrianas. Nestes locais, o aspecto ecológico associado à conservação dos ecossistemas e dos serviços por eles providos também é outro atrativo.

Considerando as diferentes etapas dentro de uma estratégia de geoturismo (Fig. 4), os elementos da geodiversidade, assim como os locais de interesse geológico e de patrimônio construído, constituem os Recursos Geológicos disponíveis. Os Recursos Geoturísticos, que se referem aos meios interpretativos, devem ser organizados e elaborados a partir das informações existentes. Ao mesmo tempo, os Serviços Turísticos, embora disponíveis localmente, não atingem de maneira homogênea toda a extensão do trecho. Não há um caminho pavimentado que une todo o trajeto. A viabilização da visitação ao longo da rota vai depender de iniciativas municipais integradas, incluindo estratégias de Comunicação e Marketing que permitam uma ampla e adequada divulgação. Estas etapas devem ser integradas com vistas ao Desenvolvimento Local, que traga benefícios para as comunidades do entorno.



Fig. 4. Etapas em uma estratégia de Geoturismo que pode ser aplicada ao desenvolvimento de uma rota geoturística no Caminho do Peabiru. Fonte: Hilario (2017).

Vários tipos de público podem ser beneficiados a partir da organização da rota geoturística. No caso da população em geral, é possível explorar a história por meio dos locais e dos elementos da geodiversidade (rios, vales, montanhas, areias, formas de relevo, etc.) situados ao longo do trajeto, além da referência à paisagem vista pelos antigos habitantes e a associação com o patrimônio cultural pétreo. Os estudantes e professores do Ensino Fundamental e Médio podem utilizar os locais indicados para trabalhos de campo que abordam os conteúdos das disciplinas, incluindo estudos do meio. Os locais de interesse definidos podem ser utilizados também para trabalhos de campo de estudantes e professores do ensino superior em geral, pois abordam vários conteúdos das disciplinas, especialmente em Geociências.

Dentre os desafios na viabilização da rota geoturística está a grande quantidade de municípios envolvidos. Restrições possíveis podem estar relacionadas às rodovias, às áreas urbanas e às unidades de conservação. A implementação prática da rota deve verificar as limitações de uso destas áreas.

Esta proposta é preliminar e trata do potencial geoturístico deste trecho do Caminho do Peabiru. Pesquisas adicionais serão

---

necessárias para incorporar novos pontos e informações e para integrar os diversos municípios e unidades de conservação por meio de uma rota turística. A soma dos aspectos geológicos, históricos, culturais e econômicos presentes no trajeto traz inúmeras possibilidades de integração. Em um contexto mais amplo, este trabalho tem potencial para impulsionar a organização de uma rota geoturística transcontinental, que possa ser utilizada para desenvolver o Geoturismo como atividade econômica sustentável e integrar os estados brasileiros e os países sul-americanos ao longo dos quais passa.

## Referências

- BOND, R. (2021). **História do Caminho de Peabiru:** descobertas e segredos da rota indígena que ligava o Atlântico ao Pacífico. Vol. 1. Editora Aimberê.
- BUENO, E. (1999). **Capitães do Brasil:** a saga dos primeiros colonizadores. Coleção Brasilis 3, Editora Sextante.
- COLAVITE, A.P.; BARROS, M.V.F. (2009). Geoprocessamento aplicado a estudos do Caminho de Peabiru. *Revista da ANPEGE* 5:86-105.
- CPRM (2019). **Mapa geológico simplificado do Brasil.** <https://geoportal.cprm.gov.br/geosgb/>. Acesso em 24/09/2022.
- DEL LAMA, E.A.; BACCI, D.C.; MARTINS, L.; GARCIA, M.G.M.; DEHIRA, L.K. (2015). Urban Geotourism and the Old Centre of São Paulo City, Brazil. *Geoheritage* 7:147-164.
- FERRAR, T.; HEUBECK, C. (2013). Barbeton-Makhonjwa Geotrail: Geosites and Viewpoints. Hamilton-Fynch (for Batobic), South Africa.
- GARCIA, M.G.M.; DEL LAMA, E.A.; MAZOCA, C.E.M.; BOUROTTTE, C.; RIBEIRO, L.M.A.L.; QUEIROZ, D.S.; ROMÃO, R.M.M. (2021). Rota geoturística do Peabiru: geodiversidade e história na vertente paulista da trilha transcontinental sul-americana. 50º Congresso Brasileiro de Geologia, *Anais...* p. 84.
- HILARIO, A. (2017). Curso de Interpretação. *Reunión de la Comisión de Patrimonio Geológico de España*, Menorca.
- LADURNER, C.; MORELLI, C. (2018). Dolomites UNESCO Geotrail: a Hiking Trail to Discover the Fossil Archipelago of the World Heritage Site. Editora Tappeiner.
- MAAK, R. (1959). Sobre o Itinerário de Ulrich Schmidel Através do Sul do Brasil (1552 – 1553). *Geografia Física* Série II, 1:1-64.

- 
- OSHIRO, O. (2021). **De Paranapiacaba ao Peabiru**. Editora Estranhos Atratores.
- PROENÇA, J.U. (2015). **Caminhos e Descaminhos do Peabiru**. Editora Nova.
- QUEIROZ, D.S.; GARCIA, M.G.M.; DEL LAMA, E.A. (2019) Desafios para a avaliação de locais de interesse geológico em áreas urbanizadas: Baixada Santista, litoral do Estado de São Paulo. *Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ* 42(3):129-144.
- SANTOS A.R. (2004). **A Grande Barreira da Serra Do Mar**: da Trilha dos Tupiniquins à Rodovia dos Imigrantes. Editora O Nome da Rosa.

---

# HISTÓRIAS E PAISAGENS DO PROJETO GEOPARQUE CORUMBATAÍ.

André de Andrade Kolya

## Introdução

O Roteiro proposto explora a história natural e a paisagística do Projeto Geoparque Corumbataí. Os Geoparques são parte de um modelo de desenvolvimento sustentável, proposto pela Unesco, baseado em estratégias de conservação, educação e turismo.

Dentro do território do Projeto Geoparque Corumbataí existem diversos Geossítios que representam a Geodiversidade e o Geopatrimônio de parte do estado de São Paulo. Localizado na região das Cuestas Basálticas, o Geoparque Corumbataí fica entre duas regiões geomorfológicas do estado: a Depressão Periférica e o Planalto Ocidental, resultando em uma grande riqueza de ambientes e processos naturais. As rochas, fósseis e formas de relevo presentes na região ajudam a contar uma história de cerca de 300 milhões de história geológica, bem como aspectos da ocupação pré-histórica do território.

## Localização e acesso

O Projeto Geoparque Corumbataí fica localizado no interior do estrado de São Paulo, abrangendo nove municípios: Analândia, Charqueada, Cordeirópolis, Corumbataí, Ipeúna, Itirapina, Piracicaba, Rio Claro e Santa Gertrudes.

A principal rodovia que dá acesso ao Projeto Geoparque Corumbataí é a SP-364 (Rodovia Washington Luiz), principal ligação entre a Região Metropolitana de São Paulo a região de São José do Rio Preto. Além disso, o acesso aos geossítios também conta com rodovias

secundárias (SP-191, SP-127 e SP-369), bem como diversas estradas rurais.

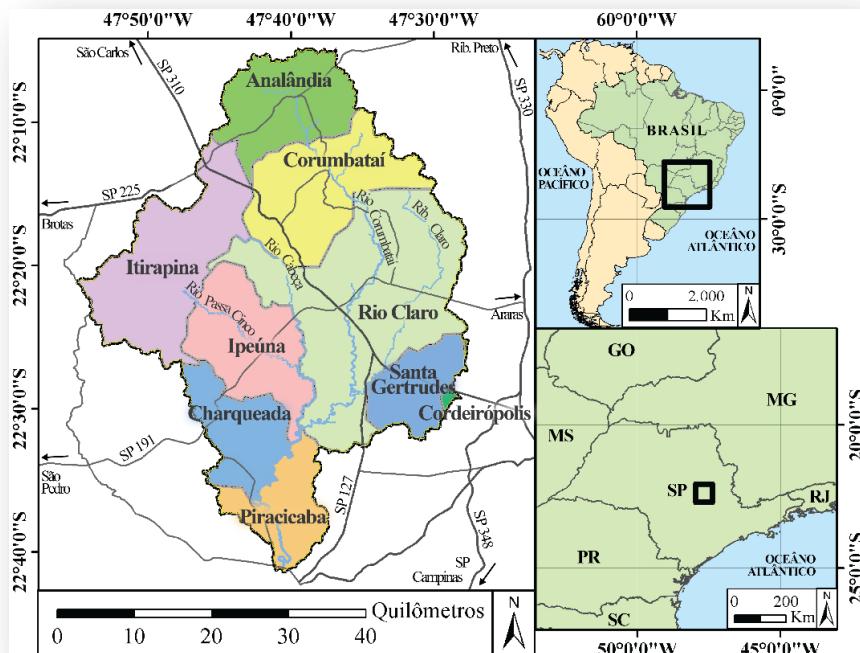


Figura 1 – Mapa de Localização Geográfica da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí

Todos os municípios contam com sistema de transportes, sendo os municípios de Piracicaba e Rio Claro, os principais polos para viagens intermunicipais e interestaduais. O acesso aos geossítios em zonas rurais normalmente é realizado por meio de transporte próprio ou de agências de turismo. São comuns trilhas, bem como rotas de ciclismo e peregrinação que passam por diversos atrativos do Geoparque.

No roteiro proposto, sairemos da sede do Instituto do Legislativo Paulista, no município de São Paulo em direção ao primeiro Geossítio, o Mesossaúrideos da Formação Irati, localizado no

município de Rio Claro. A excursão segue para o município de Analândia, onde serão visitados 3 geossítios: Morro do Cuscuzero, Toca do Índio e Salto Major Levy. Em Analândia, existem diversos meios de alimentação e hospedagem, incluindo campings na natureza, pousadas simples ou charmosos chalés. No dia seguinte, o roteiro passa para o município de Itirapina, onde serão visitados os Geossítios Cachoeira do Saltão e Mirante Morro do Fogão antes do retorno à sede do ILP, na cidade de São Paulo.



Figura 2 – Localização dos Geossítios Visitados

O roteiro completo soma cerca de 600 km, o que representa aproximadamente 8 a 10 horas de deslocamentos. Apesar de ser possível visitar a maior parte dos Geossítios utilizando apenas os sistemas de transportes intermunicipais, recomenda-se o uso de transporte próprio ou de agências de turismo, para facilitar o acesso nos Geossítios localizados em área rural.

---

## Ponto 1 – Geossítio “Mesossaúrideos da Formação Iratí” – Distrito de Assistência, Rio Claro

Pedreira de calcário do Membro Assistência da Formação Iratí (Permiano), onde são encontrados fósseis do gênero dos Mesossaúrideos, cuja correlação com fósseis correlatos na África, fundamentou a Teoria da Deriva Continental. O geossítio exibe a seção tipo do Membro Assistência, caracterizado por uma camada de calcário basal (objeto de exploração econômica para corretivo de solo), seguido por um intervalo rítmico de camadas de calcário e folhelho betuminoso. Devido ao conteúdo betuminoso, a região também já foi alvo de explorações petrolíferas. A unidade também apresenta porções de sílex, material amplamente utilizado pelas culturas pré-históricas na confecção de artefatos líticos.



Figura 3. Fóssil de Mesossaúrideo, como os encontrados no Distrito de Assistência de Rio Claro

---

## Ponto 2. Geossítio “Morro do Cuscuzeiro” – Analândia

O Morro do Cuscuzeiro é um dos morros testemunhos que compõem a paisagem da transição entre a Depressão Periférica Paulista e o Planalto Ocidental. É formado pela erosão diferencial entre os arenitos friáveis da Formação Botucatu e o resistente basalto da Formação Serra Geral. É um importante atrativo turístico da região, visitado pela beleza cênica e atividades de aventura como a escalada e o rapel.

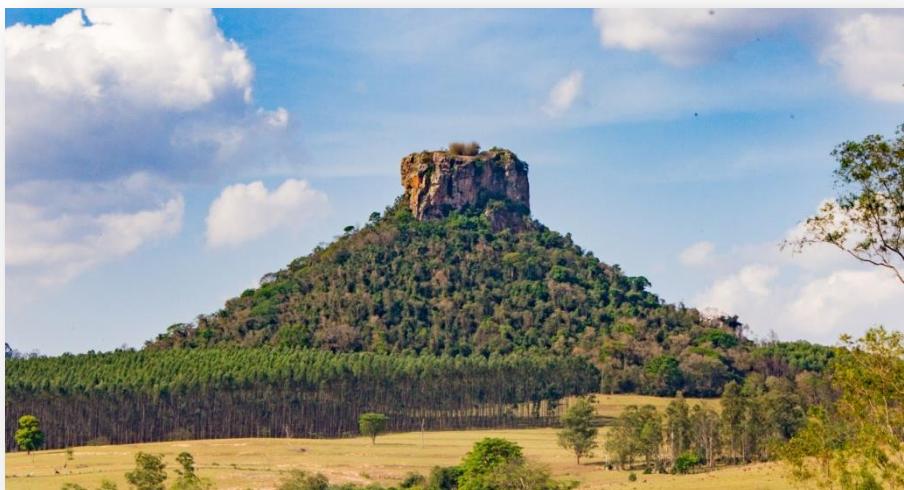


Figura 4. Morro do Cuscuzeiro

## Ponto 3. Geossítio “Toca do Índio” – Analândia

A Toca do Índio é uma cavidade natural formada pela erosão dos arenitos friáveis da Formação Botucatu. Como diferencial, apresenta pinturas rupestres que registram a passagem de culturas pré-históricas pela região.



Figura 5. Pintura Rupestre da Toca do Índio

#### Ponto 4 – Geossítio “Salto Major Levy” – Analândia

O Salto Major Levy é uma queda d’água desenvolvida em uma soleira de Diabásio da Formação Serra Geral.



Figura 6. Salto Major Levy

---

### **Ponto 5. Geossítio Cachoeira do Saltão – Itirapina**

Com 75 metros de queda, a Cachoeira do Saltão é uma das maiores cachoeiras do estado de São Paulo. Assim como o Salto Major Levy, também é desenvolvida pela erosão diferencial associada às rochas magmáticas da Formação Serra Geral.



Figura 7 – Cachoeira do Saltão

### **Ponto 6. Geossítio “Mirante Morro do Fogão” – Itirapina**

Este geossítio está localizado na borda da escarpa da cuesta que separa a Depressão Periférica Paulista e o Planalto Ocidental.



Figura 8. Mirante Morro do Fogão

### Explorando o roteiro

O roteiro proposto foi planejado a partir da seleção de geossítios que apresentam interesse tanto para o público geral quanto para estudantes de diversos níveis e, até mesmo, para experientes profissionais em Geociências. Para o público geral e para estudantes e professores do Ensino Básico, os geossítios trazem à tona temas como: paleontologia, história natural, elementos e processos da paisagem, pré-história e conservação. Estes temas podem ser trabalhados em diferentes níveis de profundidade, fornecendo materiais para a elaboração de atividades didáticas e estudos do meio.

Já para o público especializado, os temas se ampliam para questões específicas como: estratigrafia de camadas, geotectônica, geologia do petróleo, geotecnia de solos e rochas, processos erosivos, magmatismo, entre outros.

Além do potencial educativo, destaca-se também, principalmente para a população residente da região da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí, o potencial para o fortalecimento do sentimento de pertencimento. Uma das premissas da estratégia dos Geoparques consiste que o sentimento de pertencimento, gerado a partir do conhecimento da Geodiversidade, é uma das mais eficazes formas de conscientização para a conservação. Outro ponto importante é a inclusão socioeconômica advinda do uso sustentável dos Geossítios, possível tanto pela geração de emprego e renda, a partir de produtos e serviços ligados ao Geoparque, quanto pela

participação de segmentos mais vulneráveis da sociedade nas atividades do território.

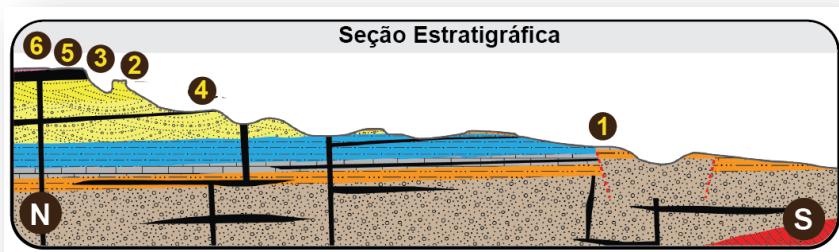


Figura 9 – Ilustração da posição estratigráfica (geológica) dos geossítios visitados

### Como conhecer mais sobre os sítios?

Por sua relevância natural, o território do Projeto Geoparque Corumbataí já foi objeto de diversas pesquisas que fornecem um comprehensivo panorama do patrimônio natural de região.

Em 1996, a pesquisadora Mariselma Ferreira Zaine publicou relatório de pesquisa, intitulado “Patrimônios Naturais e História Geológica da Região de Rio Claro”. O trabalho inclui amplo levantamento qualitativo da geodiversidade da Bacia do Corumbataí, bem como a produção de materiais educativos e interpretativos (ZAINÉ e PERINOTTO 1996).

Posteriormente, Amorim, Ebert e Horst (2005) apresentaram um pioneiro banco de dados georreferenciado da geodiversidade, com vistas ao uso geoturístico.

Entre os anos de 2007 e 2012, o então Instituto Geológico (IG), da Secretaria de Meio Ambiente (SMA) do estado de São Paulo, desenvolveu o projeto “Monumentos Geológicos da Região de Rio Claro”, em parceria com pesquisadores da Unesp e do Instituto Florestal (IF/SMA). O projeto teve o objetivo de contribuir com o inventário, a divulgação, a conservação e a valorização do

---

geopatrimônio na região e resultou na publicação de Ribeiro *et al.* (2013).

Recentemente, Garcia *et al.* (2017) elaboraram e publicaram o primeiro inventário sistemático do patrimônio geológico para o estado de São Paulo. Este trabalho envolveu a colaboração de diversos especialistas em geoconservação e incluiu 11 geossítios na região da Bacia do Corumbataí.

Em 2019, é publicado o primeiro inventário oficial dos Geossítios do Projeto Geoparque Corumbataí (KOLYA 2019), incluindo uma completa caracterização do território e o mapeamento de 170 Locais de Interesse Geológico.

### Riscos ou restrições

#### **Ponto 1. Geossítio “Mesossauroídeos da Formação Iratí” – Distrito de Assistência, Rio Claro**

Por se tratar de uma pedreira em atividade, é o Geossítio com os maiores riscos envolvidos. Para visitação, é necessário agendar data e horário com a empresa responsável (Partecal Calcários). No local, é necessário o uso de capacetes e fundamental guardar distância segura (pelo menos 5 metros) de locais íngremes e paredões de rocha. Este cenário deve se alterar futuramente, quando foi desenvolvida a estrutura prevista para construção no local, transformando a pedreira em um futuro Parque Geológico, com toda a infraestrutura e segurança necessária para a visitação.

#### **Ponto 2. Geossítio “Morro do Cuscuzeiro” – Analândia**

O Geossítio Morro do Cuscuzeiro é um dos atrativos mais consolidados do município de Analândia. Existe infraestrutura de estacionamento, banheiros, restaurante e camping. Para observar o morro à distância, não há indicações adicionais. Caso o visitante deseja, há a possibilidade de fazer a trilha até o topo do morro. Nesse caso, é importante estar preparado para uma caminhada pequena, porém íngreme. Os maiores riscos envolvidos são animais peçonhentos ou queda de blocos.

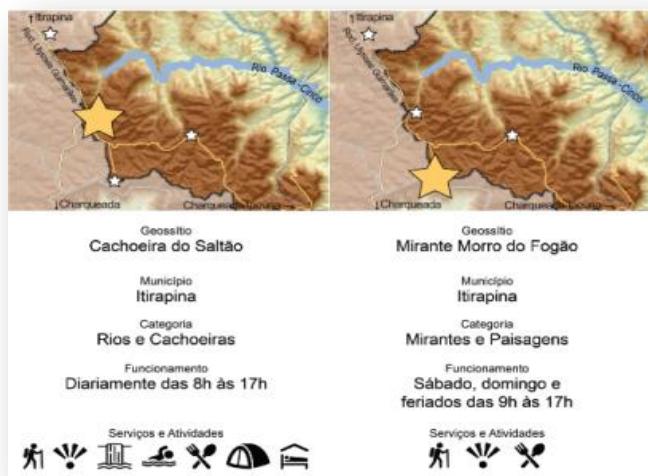
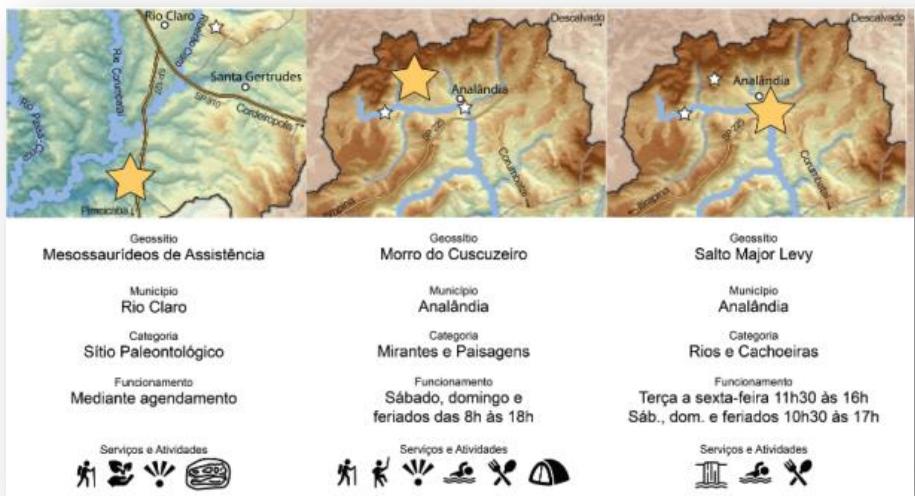


Figura 10 – Acesso e Estruturas dos Geossítios

---

### **Ponto 3. Geossítio “Toca do Índio” – Analândia**

Este Geossítio exige uma caminhada um pouco mais intensa. Os maiores riscos envolvidos são animais peçonhentos ou queda de blocos. Dentro da Gruta é obrigatório o uso de capacetes. O local também tem um número máximo de visitantes e o acesso só é permitido com a presença de guias.

### **Ponto 4. Geossítio “Salto Major Levy” – Analândia**

Este Geossítio fica localizado muito próximo ao centro da cidade. O acesso é fácil, porém há uma escadaria que pode dificultar o acesso de pessoas com mobilidade reduzida. Há infraestrutura de estacionamento, além de um restaurante com banheiros. O principal risco envolvido é o de trombas d’água, apesar da ocorrência ser extremamente rara.

### **Ponto 5. Geossítio Cachoeira do Saltão – Itirapina**

Este é um dos atrativos mais consolidados do município de Itirapina. O local conta com infraestrutura de estacionamento, banheiros, camping, chalés e escadaria para acesso à cachoeira principal. Ainda assim, é necessário preparo físico para descer e subir todos os degraus que ligam o estacionamento à cachoeira. Caso não seja possível, também há a possibilidade de aproveitar a vista da cachoeira a partir da parte superior. Os principais riscos envolvidos na visita ao poço da cachoeira são o escorregamento, ocorrência de trombas d’água ou a queda de vegetais ou blocos rochosos.

### **Ponto 6. Geossítio “Mirante Morro do Fogão” – Itirapina**

Recentemente incluído nos roteiros turísticos do município, esse Geossítio conta com uma lanchonete coberta e banheiros. Também há espaço para estacionamento. O principal risco envolvido é o de queda, uma vez que o local está cercado por costões íngremes e não há cercas de proteção.

---

## **As cidades**

### **Rio Claro**

Além do Geossítio indicado, a cidade de Rio Claro apresenta outros trêsmuseus com conteúdos da Geodiversidade em seus acervos: Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno da Veiga, Museu “Heinz Ebert” de Rochas e Minerais e Museu de Paleontologia e Estratigrafia “Prof. Dr. Paulo Milton Landim”. Além disso, o município conta com a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, uma Unidade de Conservação que possui grande valor para a Biodiversidade e Geodiversidade.

### **Analândia**

O município de Analândia é um dos mais tradicionais no ecoturismo da região. Existem diversos atrativos como trilhas, mirantes, cachoeiras, grutas, parques e pontos históricos, os quais podem ser conhecidos visitando-se o Centro de Informações Turísticas do município, localizado na praça central da cidade.

### **Itirapina**

Também muito conhecida pelos atrativos naturais, o município de Itirapina tem como destaques a Represa do Broa, o bairro de Ubá, onde ficam localizadas nascentes de alguns dos principais rios do Bacia Hidrográfica, mirantes, cachoeiras, trilhas, “picos” de escala esportiva, e o histórico distrito de Itaqueri que, além de ser nacionalmente famoso por ser o berço do político constitucionalista Ulysses Guimarães, também apresenta elementos de interesse da Geodiversidade.

## **Informações complementares**

Mais informações sobre as atividades ligadas ao Projeto Geoparque Corumbataí e aos atrativos citados, podem ser obtidas no site <https://geoparkcorumbatai.com.br/> e nas redes sociais do projeto:

---

<https://www.facebook.com/GeoparkCorumbatai/>,  
[www.instagram.com/geopark\\_corumbatai](https://www.instagram.com/geopark_corumbatai)  
[youtube.com/c/GeoparkCorumbatai](https://youtube.com/c/GeoparkCorumbatai).

Além disso, existe na região uma governança que congrega membros do poder público, terceiro setor e empreendedores do setor turístico. Trata-se da Associação Serra do Itaqueri que, junto com o Geoparque, se apresenta como uma das melhores fontes para informações turísticas do território. Mais informações podem ser obtidas no site da associação, cujo endereço é <https://serradoitaqueri.com.br/>.

Outras informações sobre as estratégias de conservação, educação e Geoturismo que estão envolvidas em um Geoparque Mundial da Unesco, podem ser obtidas na página oficial da entidade, cujo endereço é <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/expertise/earth-science-geoparks>.

## Referências

- AMORIM, G. M. E; EBERT, H. D.; HORST, R. (2005). Integração de informações geológicas para o geoturismo na bacia do Rio Corumbataí e sua divulgação na Web através do Mapserver. *Geociências* 24(3): 221-238.
- GARCIA, M.G.M. et al. (2018). The Inventory of Geological Heritage of the State of São Paulo, Brazil: methodological basis, results and perspectives. *Geoheritage* 10(2): 239-258.
- KOLYA, A.A. (2019). **Inventário, quantificação e valorização do geopatrimônio na Bacia do Rio Corumbataí (SP)**: subsídios ao Projeto Geoparque Corumbataí. 2019. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2019.
- RIBEIRO, R.R. et al. (2013). Inventário e avaliação do patrimônio natural geológico da região de Rio Claro (SP). *Revista do Instituto Geológico* 34(1): 1–21.
- ZAINÉ, M.F.; PERINOTTO, J.A.J. (1996). **Patrimônios naturais e história geológica da região de Rio Claro**. Rio Claro, SP: Câmara Municipal de Rio Claro e Arquivo Público Histórico do Município de Rio Claro.

---

**André de Andrade Kolya**

Geólogo e Mestre em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista. Técnico em Gestão. Desde 2016 atua na coordenação do Projeto Geoparque Corumbataí, liderando projetos de conservação, educação e geoturismo.

---

# GEOTURISMO URBANO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Eliane Aparecida Del Lama

## Introdução

Trata-se de um roteiro de geoturismo urbano na cidade de São Paulo. Até o começo do século XX, São Paulo era apenas um pequeno núcleo urbano, delimitado pelo Triângulo Histórico, cujos vértices eram ocupados por ordens religiosas, a saber: beneditinos, carmelitas e franciscanos (figura 1). Com a riqueza advinda com o Ciclo do Café, a cidade vai se modernizando e a pedra passa a ser mais utilizada nas construções.

Muitas destas pedras foram importadas, principalmente da Itália e de Portugal, e muitas são brasileiras, particularmente do próprio Estado de São Paulo.

Estas pedras também são diversificadas com relação à idade (figura 2). Há rochas bem antigas como o Metacalcário com estromatólito de Cachoeiro do Campo (MG) com 2,5 Ga (bilhões de anos), passando pelos granitos paulistas associados ao processo colisional relacionado à formação do Supercontinente Gondwana com ca. 600 Ma (milhões de anos). A Bacia do Paraná está representada pelos arenitos Itararé e Botucatu, e pelo basalto, este associado com a fragmentação e a separação do Supercontinente Gondwana com 130 Ma. Rochas mais novas também são observadas, como o Travertino Romano com apenas 2 Ma.

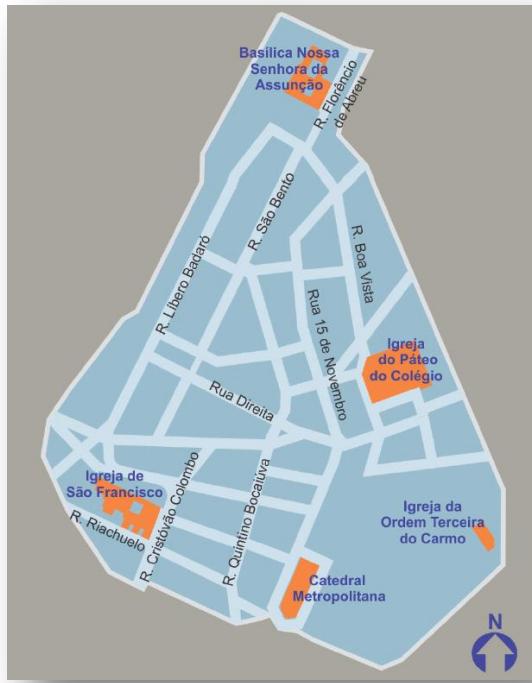


Figura 1. Triângulo histórico de São Paulo e localização das ordens religiosas (LAMA 2015).

Os três grupos de rochas podem ser observados. Dentre as rochas ígneas há granitos de diversas cores, charnockitos, monzonitos, sienitos e basalto. Arenitos, conglomerados e calcários (fossilíferos ou não, incluindo travertino) são as rochas sedimentares presentes. E as rochas metamórficas são filito, metacalcário, gnaisse, mármore e serpentinito. Minerais também podem ser apreciados como o lápis-lazúli e a malaquita, neste caso no interior de edifícios eclesiásticos.

Concomitante com a observação da pedra, aspectos históricos e sociais são apontados em cada ponto,

demonstrando a relação da geologia com o assentamento urbano e sua evolução.

O roteiro apresenta a grande diversidade pétreia existente nas edificações paulistanas.

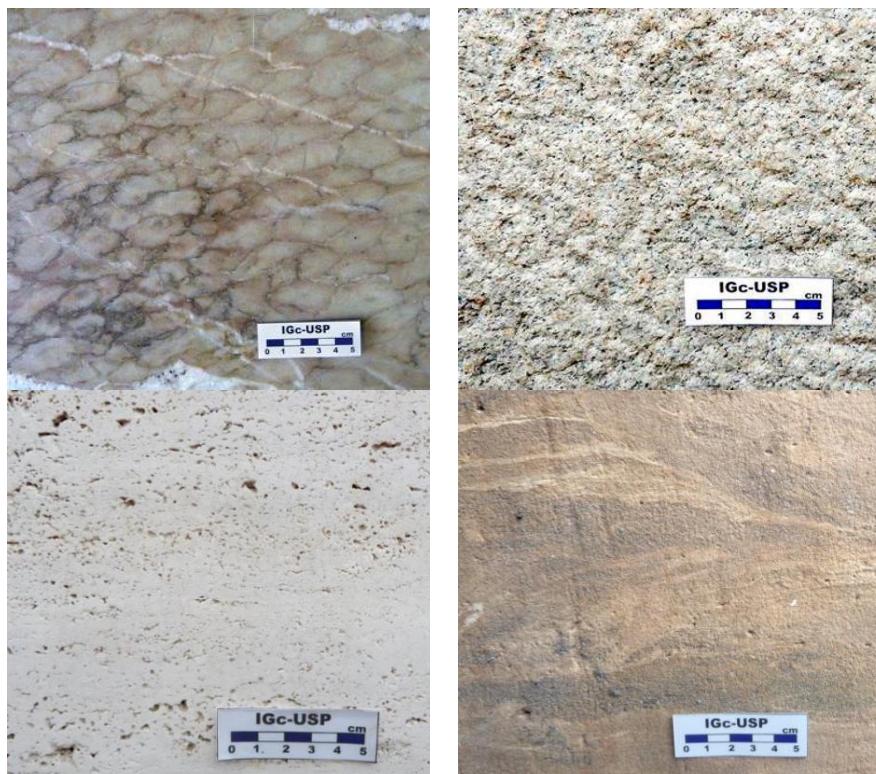


Figura 2. Diversidade pétreia no roteiro do centro velho. No sentido horário:  
Metacalcário com estromatólito (2,5 Ga), Granito Itaquera (580 - 600 Ma),  
Arenito Itararé (250 - 280 Ma) e Travertino Romano (2 Ma).

### Localização e acesso

O roteiro é delimitado pelo centro velho de São Paulo, região bem servida por transporte público (metrô e ônibus). Os links de arcgis disponibilizados podem ser acessados pelo celular, são autoexplicativos e podem ser usados na realização do geotour. Apesar

---

do roteiro ser baseado em visita externa aos monumentos e edifícios, atentar-se que aos finais de semana, alguns edifícios podem estar fechados. Edifícios que valem a visita interna incluem as igrejas do triângulo histórico, a prefeitura, o Theatro Municipal (demanda agendamento) e o Shopping Light. Nas proximidades também há hospedagem.

## Importância

São Paulo só se tornou um importante centro econômico no final do século XIX, como resultado do boom do café. A opulência desta fase refletiu-se nas construções da cidade, que até então eram feitas de taipa, mas depois passaram a utilizar outros materiais, como a pedra, adquirindo o aspecto das atuais construções do centro velho (figura 3).

O Granito Itaquera, a única pedra paulistana, constitui o monumento mais antigo da capital: o Obelisco da Memória de 1814, e se faz presente nas edificações do período. Foi utilizado até a década de 1940, quando foi substituído pelo Granito Cinza Mauá. Este granito é facilmente observado no piso da linha Azul do Metro.

No início do século XX, outros granitos paulistas começam a ser utilizados, como os granitos Itupeva e Piracaia.

Dessa época tem-se a importação de pedra para a utilização e decoração de interiores, como o Mármore Carrara e outros mármores italianos.

Este trabalho tem como objetivo apresentar os principais tipos de pedras utilizadas na construção do centro velho de São Paulo, e assim sensibilizar a população para a diversidade de rochas ornamentais presentes nesta área e relacionar história, cultura e geologia.

O roteiro visa popularizar as geociências e pode ser realizado por todos os públicos (população em geral, estudantes, professores e profissionais de Geociências) e todas as faixas etárias, sem precisar separá-los. A interação dos diversos públicos inclusive ajuda a enriquecer a experiência de todos.



Figura 3. Edifícios do centro velho de São Paulo e as pedras utilizadas em suas construções. No sentido horário: Igreja do Carmo - Granito Itaquera, Theatro Municipal - Arenito Itararé, Palácio da Justiça - Granito Rosa Itupeva, Catedral Metropolitana ou Sé - Granito Cinza Mauá.

### Riscos ou restrições

Como toda cidade grande, exige atenção com os pertences pessoais.

### Informações complementares

<https://www.arcgis.com/apps/Cascade/index.html?appid=fc5dac81fdb64e8e9c1d7b1cb4307527>

<https://www.arcgis.com/apps/MapTour/index.html?appid=d4940e2cf1f04899bfa8e2d47ee2e1d2>

---

<https://www.youtube.com/watch?v=Ci4GRonFMe8>  
<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/631>  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/td/article/view/8643641>

Há muitas opções de visita na região: museus, centro culturais, teatros, cinemas, além de diversificada gastronomia.

<https://cidadedesapaulo.com/?lang=pt>  
<https://spturis.com/>

## Referências

MACHADO, D.F.R.; DEL LAMA, E.A. (2015). Geologia Eclesiástica no triângulo histórico paulistano: a diversidade geológica na divulgação das Geociências. *Terrae Didatica* 11(3):138-149. Disponível em:  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/td/article/view/8643641>.

---

### Eliane Aparecida Del Lama

Geóloga e professora associada do Instituto de Geociências da USP. É pesquisadora do NAP GeoHereditas e atua em pesquisas em conservação da pedra e geoturismo urbano.

---

# ROTEIRO GEOTURÍSTICO DA TRILHA DO QUILOMBO, REGIÃO SUL DE UBATUBA-SP

Maria do Carmo Oliveira Jorge

## Introdução

Trata-se de uma área situada na região sul de Ubatuba, com inúmeras praias e paisagens belíssimas que se descontinam da Serra do Mar em direção a planície litorânea. Além da rica biodiversidade e geodiversidade, a área se destaca por ser possuir uma riqueza cultural e histórica que remonta ao período escravocrata, como as ruínas da Lagoa, o atual Centro Comunitário Quilombo da Caçandoca, e a Capela Nossa Senhora Aparecida. O mosteiro dos arautos, mais contemporâneo, está localizado no alto do morro, próximo a praia da Maranduba e a praia do Pulso, seu acesso se inicia pela estrada da Caçandoca. Nesse mosteiro são realizadas missas tradicionais com cantos gregorianos e parte da celebração em latim, aos domingos (figura 1).

## Localização e acesso

Esses sítios de geodiversidade estão situados ao longo da Trilha do Quilombo, cuja entrada pode ser feita a partir do bairro Tabatinga, divisa dos municípios de Caraguatatuba e Ubatuba (próximo ao portal de entrada do município de Ubatuba). Pela BR-101, em direção à praia da Tabatinga, onde se percorre 1,2 Km por estrada pavimentada, e à direita, entra-se numa estrada de terra - com vista panorâmica privilegiada das Praias da Tabatinga e Figueira, ilha do Tamanduá, municípios de Ilhabela e São Sebastião – e percorre-se mais 2,1 km até chegar à entrada para a Praia da Ponta Aguda (local que possui estacionamento de carro). A partir desse ponto, se inicia a Trilha do Quilombo, em direção à Praia da Lagoa até chegar à Praia da Caçandoca. O portal que está na divisa de municípios dista 33 km do

centro de Ubatuba e, da cidade de Caraguatatuba, 18 km. A segunda entrada é feita a partir da BR-101, em direção à praia da Caçandoca, cuja distância é de 4,5 Km. A partir da praia da Caçandoca, o trecho da trilha é somente feito a pé.



Figura 1. Localização do roteiro geoturístico Trilha do Quilombo- Ubatuba-SP.

Meios de transporte: por carro a partir da BR-101, indo em direção à praia da Caçandoca, a partir de Ubatuba ou da praia da Tabatinga, a partir da divisa dos municípios Ubatuba e Caraguatatuba. A partir das praias citadas, somente a pé pela trilha do Quilombo ou por embarcação marítima para se chegar às praias.

Hospedagem: a região da Maranduba possui boa infraestrutura, com uma boa rede de pousadas, hotéis, chalés, apartamentos, suítes e outros tipos de hospedagem, assim como apresenta opções de serviços e comércio.

### Importância

É uma região muito valorizada pelo turismo, principalmente o turismo de sol e praia, porém, sob a ótica do geoturismo, os elementos da geodiversidade, além do *valor estético*, também podem

---

se destacar por outros valores e que podem colaborar para um turismo mais consciente e menos predatório, como por exemplo:

1. Valor funcional: cujas funções do ecossistema abriga um dos biomas mais importantes do planeta: a Mata Atlântica, exemplo, a praia da Lagoa é uma das poucas da região de Ubatuba a possuir uma planície de restinga não ocupada, pois estes terrenos são muito visados para ocupação (figura 2).

2. Valor científico: com informações da história geológica relacionada ao supercontinente Gondwana, bem como pode ser visto nos costões rochosos, contato entre rochas variadas, diques de diabásio encaixados e geoformas como marmitas (figura 3).

3. Valor educacional: características da biodiversidade, geodiversidade e questões culturais que podem ser trabalhados ao longo da trilha, ou parte dela.

4. Valor cultural: as ruínas da Lagoa guardam vestígios de uma estrutura arquitetônica formada por pedras coladas com conchas moídas, misturadas a areia e óleo. É um dos poucos exemplares de arquitetura do período escravocrata no município.

5. Valor paisagístico: o castelo dos Arautos, construído na década de 2000, fica próximo a estrada que leva a praia da Caçandoca, é um belo templo localizado num local privilegiado com uma fantástica vista para o mar, cuja construção se mistura com o mar e as montanhas do Parque Estadual da Serra do Mar.

### Como o sítio pode ser explorado?

Os sítios de geodiversidade que estão situados ao longo da trilha podem ser explorados pela população como um todo, seja para uma simples caminhada, apreciar a vista ou praticar outras atividades de lazer. Ainda é muito precário a sinalização e placas informativas, dessa forma, para quem pretende aprender um pouco mais sobre a história do local, recomenda-se um guia local. Para os professores que pretendem levar turmas escolares, podem-se explorar as feições gomorfológicas e geológicas, a biodiversidade e a herança cultural do período escravocrata; uma visita ao centro comunitário quilombola iria enriquecer o diálogo sobre a história local.

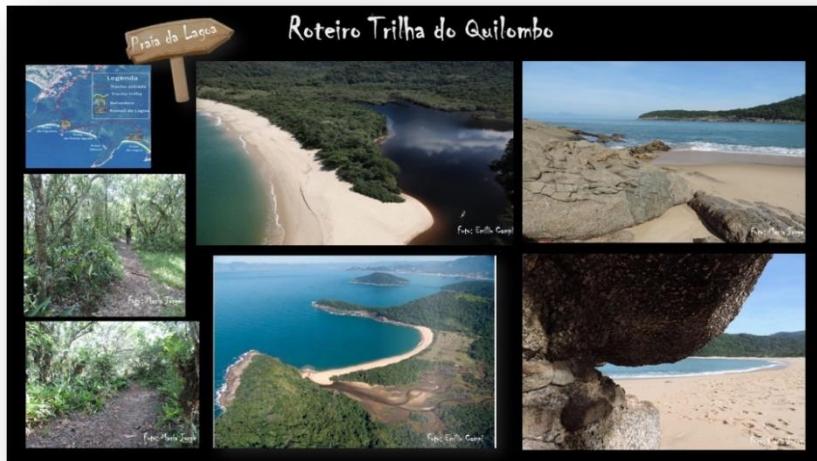


Figura 2.Trecho do roteiro geoturistico na Praia da Lagoa, Ubatuba-SP.



Figura 3.Trecho do roteiro geoturistico Costão Caçandoquinha, Ubatuba-SP.

---

## Mais informações

Sobre a região sul de Ubatuba, site <https://goubatuba.com.br/praiada-cacandoca/>

<https://issuu.com/maranduba/docs/jornalmarandubanews90web>

<https://ubatubaguide.com.br/>

## Riscos, restrições e procedimentos de segurança

O percurso da trilha (ida) é de aproximadamente 9,5 km e o nível de dificuldade é médio, considerando a declividade do terreno, chegando a 20º, em alguns trechos. Não existe nenhum tipo de intervenção de manejo em seu percurso. A clareira aberta ao longo de alguns trechos pode tornar o percurso cansativo em dias de intenso calor. Prestar atenção no percurso com desniveis causados por erosões, devido às chuvas, e a utilização de um “cajado” ajuda bastante a diminuir os impactos. Embora a trilha possa ser autoguiada, para todo o percurso recomenda-se um Guia Credenciado, para além de garantir mais segurança, conhecer melhor a história do local, pois a trilha ainda não possui placas informativas.

## A Cidade

Ubatuba é um município que possui mais de 100 praias, muitas cachoeiras, ilhas e trilhas, o que favorece a prática de muitos esportes e modalidades turísticas, a mais recente o *birdwatching*. E além dos atrativos naturais, o bairro Itaguá e o centro possuem uma variedade de bares e restaurantes e festivais gastronômicos, o Teatro Municipal, o Projeto Tamar, o Aquário de Ubatuba e o Instituto Argonauta.

---

## Maria do Carmo Oliveira Jorge

Pesquisadora associada do Lagesolos –UFRJ. Graduada em Geografia pela UPPR. Mestre em Geografia pela UNESP. Doutora em Geografia pela UFRJ. Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-doutorado FAPERJ.

---

# **GEOTURISMO NO CIRCUITO LAGAMAR SP DE CICLOTURISMO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE IGUAPE, ILHA COMPRIDA E CANANEIA**

**Raquel Mamblona Marques Romão  
Maria da Glória Motta Garcia  
Stephanie Somekawa**

## **Introdução**

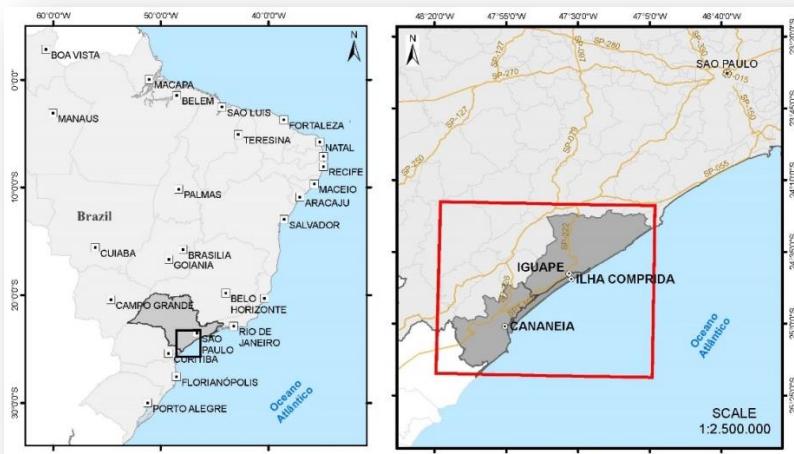
Os municípios de Iguape, Ilha Comprida e Cananeia possuem elevada demanda turística, impulsionada principalmente por integrarem um dos domínios mais preservados da Mata Atlântica. Em termos paisagísticos há uma grande variedade de ambientes como serras, lagunas, praias, cachoeiras, costões rochosos e dunas. Relevantes patrimônios culturais e históricos também estão presentes na região.

Para agregar novas experiências à região este trabalho apresenta um roteiro com dez geossítios onde é possível conhecer aspectos da geodiversidade do litoral sul de São Paulo. Muitos dos geossítios selecionados já são considerados atrativos turísticos. Além disso, são locais por onde a tradicional rota de cicloturismo do Lagamar Paulista percorre.

Na perspectiva geoturística, foram incluídos sítios como o Maciço da Jureia e o Morro do Espia. Na Ilha Comprida, o campo de dunas do Araçá e os Terraços do Pontal da Trincheira. Em Cananeia a Serra do Itapitangui, o Morro São João, e a Enseada da Baleia na Ilha do Cardoso. A seleção destes locais envolveu o levantamento de descobertas científicas sobre a história e evolução geológica da região.

## Localização e acesso

Os municípios de Iguape, Ilha Comprida e Cananeia estão localizados no litoral sul do estado de São Paulo, sudeste do Brasil (figura 1). O acesso principal a partir da capital do Estado é feito pela Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), com distância aproximada de 200 km. A cidade de Curitiba (capital do estado do Paraná) também é outro importante centro urbano próximo da área de estudo (260 km).



**Figura 1.** Localização dos municípios de Cananeia, Iguape e Ilha Comprida no Estado de São Paulo.

O transporte para acesso aos municípios pode ser realizado via empresas de ônibus que regularmente oferecem esse trajeto, bem como por meio de automóveis particulares. Nos municípios há empresas de turismo que fornecem serviços como guias especializados e carro de apoio para realizar o circuito de bicicleta.

Existe uma ampla variedade de meios de hospedagem, sendo possível encontrar desde locais para área de camping, hostel, pousadas e hotéis. Aplicativos que viabilizam o aluguel de quartos ou casas, também são opções de hospedagem viáveis na região.



---

**Figura 2.** Fotografias de alguns geossítios selecionados com potencial para serem incluídos na rota de cicloturismo do Lagamar Paulista. **A)** Serra do Itapitangui. Serra de composição granítica do Neoproterozoico. Sua formação é resultado de colagens vinculadas à formação do Gondwana Ocidental. **B)** Costão rochoso na praia da Jureia. **C)** Morro São João: única elevação da ilha de Cananeia. Foi formado a partir do evento magmático alcalino mais recente no sudeste brasileiro - Cretáceo Superior. **D) e E)** Afloramento da Formação Cananéia no Pontal da Trincheira que exibe evidências de variações do nível relativo do mar durante o Quaternário. **F)** O geossítio Campo de Dunas compreende um dos maiores campos de dunas eólicas quaternárias na zona costeira do Estado de São Paulo. **G)** O morro do Espia apresenta interesse geomorfológico por ser uma porção granítica de destaque em meio à planície costeira. A elevação é composta pelo granito Iguape. As discussões sobre a construção do Valo Grande e alterações morfológicas na Ilha Comprida também pode ser explorada. **H)** Local onde houve o rompimento do esporão arenoso na Enseada da Baleia, Ilha do Cardoso. O local representa a alteração da paisagem devido à intensa dinâmica costeira da região.

## Importância

Em termos geocientíficos, ao realizar a rota é possível entender os principais eventos geológicos que estão associados à formação da paisagem nesses municípios. Isso inclui: i) Serras formadas há 200 milhões de anos que registram a pré-fragmentação do supercontinente Gondwana, ii) Observar o registro de um dos mais recentes eventos magmáticos que ocorreram no sudeste brasileiro, iii) Processos relacionados à evolução quaternária, como a dinâmica de sedimentação para o desenvolvimento da extensa planície costeira, e iv) Observar os processos erosivos atuantes que vem modificando a paisagem (figura 2 ).

É interessante ressaltar que alguns aspectos históricos e sociais possuem forte relação com a geodiversidade local. Por exemplo:

- Relevância em termos históricos: A ocupação do Homem do sambaqui deixou vestígios do início do uso da geodiversidade local para a sobrevivência e costumes associados àqueles povos. Os indígenas registraram o nome de localidades com base em aspectos da geodiversidade (por exemplo, Itapitangui e Itacuruçá). Além disso, há um trecho da Trilha do Peabiru que passa por Cananeia.

---

No período da colonização portuguesa houve o uso de rochas da região para a construção inicial desses municípios tanto em pavimentos, como em casas do centro histórico e outras edificações (como no Museu municipal em Cananeia). A casa de pedra na comunidade quilombola do Mandira também é um exemplo. Em Iguape, um aspecto histórico que pode ser destacado é a Trilha do Imperador no maciço da Jureia. Na trilha é possível observar o antigo calçamento feito com o uso de pedras.

- Relevância em termos sociais: a Enseada da Baleia é um dos locais onde é possível demonstrar a relação das geociências com a sociedade. Compreender os processos costeiros da região é de extrema importância para a segurança, o planejamento e ordenamento do uso e ocupação das comunidades estabelecidas. É possível associar também a dependência dos aspectos geográficos da planície costeira para o cultivo de ostras na comunidade do Mandira, uma das principais fontes de renda da comunidade.

### Explorando o sítio

Os geossítios apresentam uma elevada diversidade de públicos que podem se beneficiar, seja como uma experiência pessoal ou para complementar suas práticas profissionais.

Tipos de públicos identificados:

- A população em geral (em especial guias de turismo e monitores ambientais);
- Estudantes e professores do ensino fundamental e médio (possibilidade de associar o conteúdo dado em sala de aula aos geossítios);
- Estudantes, professores e pesquisadores do ensino superior (aulas de campo já são realizadas em alguns sítios; além disso,

- 
- há pesquisadores que há anos desenvolvem pesquisas nesses locais);
- Turistas e visitantes que buscam em suas viagens experiências, conhecimento e contato com a natureza;
  - Novos locais para serem explorados pelo turismo pedagógico (alunos e professores).

Espera-se que os dados apresentados venham a estimular o uso desses locais por parte da iniciativa privada ou pelo setor público para o incentivo de ações que possam aumentar o potencial geoturístico da região. Nesta perspectiva tais melhorias seriam fundamentais para a continuidade das estratégias em Geoconservação iniciadas nos municípios: i) Sinalização do percurso, ii) Placas de localização dos sítios geológicos, iii) Painéis interpretativos ou QR Codes, iv) Cursos sobre Geoconservação & Geociências aos monitores ambientais/guias de turismo, v) Curso sobre como os geossítios podem ser utilizados por professores e escolas, e vi) Material impresso ou digital, com informações que agreguem valor à experiência dos visitantes.

### Riscos, restrições e procedimentos de segurança

Verificar a maré é fundamental para o passeio. É importante conferir a previsão do tempo e analisar a viabilidade do passeio, principalmente durante o período de chuvas. Tenha conhecimento sobre seu preparo físico antes de realizar o percurso. É importante ter ciência da dificuldade de pedalar em determinados tipos de terrenos e a quilometragem percorrida. No Guia oficial Circuito Lagamar SP de cicloturismo é possível obter contatos e telefones para emergências, além de outras informações importantes ao considerar fazer o circuito. ([http://www.visitelhilacompresa.com.br/wp-content/uploads/2019/09/guia\\_lagamar\\_20-03.pdf](http://www.visitelhilacompresa.com.br/wp-content/uploads/2019/09/guia_lagamar_20-03.pdf)).

Atenção caso opte por visitar o mirante do Morro do São João em Cananeia devido ao atual estado de conservação da estrutura.

---

## As cidades

Em Iguape: i) Museu Histórico e Arqueológico de Iguape, ii) Museu de Arte Sacra de Iguape, iii) Mercado de Artesanato e Cultura e iv) Centro histórico.

Em Ilha Comprida: i) passeios de barco, ii) observação de aves e iii) trilhas. Conheça os atrativos turísticos da Ilha Comprida no site oficial do governo: <https://www.ilhacomprida.sp.gov.br/servicos/turismo/passeios>

Atrativos em Cananeia: i) Conjunto de Casarios Históricos, ii) Igreja de São João Batista, iii) Museu Municipal Victor Sadowski, iv) Pier Municipal, v) Praia do Pererinha, vi) Cachoeiras e trilhas, vii) Gastronomia, iv) Turismo de base comunitária. Conheça outros atrativos turísticos de Cananeia no site oficial do governo: <https://cananeia.sp.gov.br/turismo/atrativos>

## Outras informações

Prefeitura da Ilha Comprida, 2021. Disponível em:  
<https://visiteilhacomprida.com.br/experiencia/circuito-lagamar-sp-de-cicloturismo>

Prefeitura da Ilha Comprida, 2018. Disponível em:  
<https://ilhacomprida.sp.gov.br/Arquivos/Guia-Circuito-Lagamar-Cicloturismo.pdf>

Mendes W, Souza MC, Souza PO, Rey M (2019) Guia oficial Circuito Lagamar SP de cicloturismo. WM Multiambiental.  
[http://www.visiteilhacomprida.com.br/wp-content/uploads/2019/09/guia\\_lagamar\\_20-03.pdf](http://www.visiteilhacomprida.com.br/wp-content/uploads/2019/09/guia_lagamar_20-03.pdf). Accessed 27 june 2020

O Circuito Lagamar SP de Cicloturismo existe desde 2015 e passa por cinco municípios: Ilha Comprida, Iguape, Pariquera-açu, Jacupiranga e Cananeia. Projetado com o objetivo de divulgar a região e fortalecer a economia local, o trajeto de 180 km pode ser realizado entre três a cinco dias, dependendo do perfil do ciclista.

Encontre outras informações relevantes no guia oficial do circuito Lagamar de cicloturismo, como as cidades que integram cada trecho, altimetria, mapas com as rotas e principais rodovias. Há também contatos e telefones para emergências, meios de hospedagem, além de um calendário com as principais festas e eventos regionais.

---

## Referências

- GIANNINI, P.C.F, et al. (2009). Sedimentology and Morphological Evolution of the Ilha Comprida Barrier System, Southern São Paulo Coast. *Geology and Geomorphology of Holocene Coastal Barriers of Brazil* 107: 177-224.
- GUEDES, CCF. (2009). **Evolução sedimentar quaternária da Ilha Comprida, Estado de São Paulo.** Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.
- ROMÃO, R.M.M.; GARCIA, M.G.M. (2017). Identificação do potencial uso educativo e turístico no geossítio processos erosivos dos depósitos litorâneos da Enseada da Baleia, Ilha do Cardoso, SP. IV Simpósio Brasileiro de Patrimônio Geológico II Encontro Luso-Brasileiro de Patrimônio Geomorfológico e Geoconservação, Ponta Grossa, *Anais...* v. IV. p. 330-334.
- ROMÃO, R.M.M.; SOMEKAWA, S.; GARCIA, M.G.M.; MAZOCÀ, C.E.M.A (2018). divulgação de geociências através da bicicleta: proposta de rota na região do lagamar paulista. 49º Congresso Brasileiro de Geologia, *Anais...* Rio de Janeiro.
- ROMÃO R.M.M. (2018) Métodos de inventário e avaliação quantitativa de locais de interesse geológico no Brasil: visão geral e aplicação ao município de Cananeia, litoral sul do estado de São Paulo. Dissertação, Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo.
- ROMÃO, R.M.M; GARCIA, M.G.M. (2021). Estratégias interpretativas para o patrimônio geológico do município de Cananeia, litoral sul do estado de São Paulo. *Pesquisas em Geociências* (online).
- NASCIMENTO, D. R. (Jr.); GIANNINI, P.C.F.; TANAKA, A.P.B.; GUEDES, C.C.F. (2008). Mudanças morfológicas da extremidade NE da Ilha Comprida (SP) nos últimos dois séculos. *Geologia USP. Série Científica*, 8(1), 25-39.
- SOMEKAWA, S.; GARCIA, M.G.M. (2017). Patrimônio Geológico em Áreas Protegidas: Geossítios da Estação Ecologica Juréia Itatins - Litoral Sul do Estado de São Paulo. In: IV Simpósio Brasileiro de Patrimônio Geológico II Encontro Luso-Brasileiro de Patrimônio Geomorfológico e Geoconservação, 2017, Ponta Grossa, *Anais...* v. 1. p. 658-662.
- SOMEKAWA, S. (2019) Inventário e avaliação de locais de interesse geológico em Iguape e Ilha Comprida-SP: bases para o uso turístico e educativo em áreas protegidas costeiras. Dissertação, Universidade de São Paulo.
- SOUZA, C. R. G., CHELIZ, P. M., COSTA, R. P., NASCIMENTO, E. R., PISCIOTTA, K.; SOUZA, M. (2019). O Processo Erosivo na Enseada da Baleia, Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananéia/SP): Exemplo de Adaptação a Riscos Costeiros. São Paulo: IEE-USP, 1.
- TORRES, P. H. C.; SOUZA, C.R.G.; JACOBI, P.R.; BARBI, F.; PISCIOTTA, K. (2020). Adaptation in São Paulo Coastal Zone: Climate Change Management and

---

Anticipatory Governance. *Handbook of Climate Change Management: Research, Leadership, Transformation*, 1-18. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-22759-3\\_117-1](https://doi.org/10.1007/978-3-030-22759-3_117-1)

---

**Raquel Mamblona Marques Romão**

Graduada em Geociências e Educação Ambiental na Universidade de São Paulo (USP), Mestra em Ciências (IG-USP) e doutoranda do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Geoturismo e Geoconservação (GeoHereditas – USP).

**Maria da Glória Motta Garcia**

Geóloga e professora associada do Instituto de Geociências (USP). Coordenadora do NAP GeoHereditas, atua em pesquisas de geoconservação voltadas a políticas públicas sustentáveis e áreas protegidas.

**Stephanie Somekawa**

Graduada em Geociências e Educação Ambiental na Universidade de São Paulo (USP), Mestra em Ciências (IG-USP).

---

# **Projeto SISPELegis**

## **Escolas Legislativas do Estado de São Paulo**



# ESCOLA DO PARLAMENTO E CIDADANIA “PROFESSORA ALICE CLARA SOARES FRIAS”, DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAIRIPORÃ (SP).

**Edgar Pinheiro Lucindo  
Diego Angelo dos Santos**

## A cidade (História)<sup>15</sup>

Em sua evolução, a área de Mairiporã, inicialmente chamada de Juqueri (planta leguminosa conhecida como dormideira), se configurou à maneira de outros núcleos de povoamento ao redor da Vila de São Paulo, servindo como proteção desta e ponto de apoio às rotas de ligação com o sertão interior. O povoado surgiu em fins do século XVI ou meados do século XVII, em torno da Capela de Nossa Senhora do Desterro, erguida por Antonio de Souza Del Mundo. Ao redor da Capela, e funcionando como apoio elementar de serviço às

---

<sup>15</sup> Fonte: Prefeitura Municipal de Mairiporã.

---

atividades rurais, originalmente exclusivas na área, surgiu um núcleo dotado de interessante traçado e capacidade de adaptação ao sítio pouco favorável de sua implantação. Inseriu-se inicialmente na área de domínio administrativo de São Paulo e posteriormente a de Guarulhos.

Em 1696, o povoado foi elevado à categoria de Vila de Nossa Senhora do Desterro de Juqueri, palavra tupi que designa uma planta leguminosa, conhecida também como dormideira. No ano de 1783 passou a ser paróquia; a capela transformou-se em igreja e passou por diversas modificações (1841, década de 1940 e 1982). A última reforma descaracterizou o antigo templo, conservando apenas a torre. A Vila de Juqueri adentrou o século XVIII como fonte de produtos agrícolas para São Paulo, chegando a produzir algodão e vinho para exportação. Não prosperou como outras localidades inseridas nas regiões das lavras de ouro e pedras preciosas, caracterizando-se como pouso de tropeiros que faziam o abastecimento das mercearias.

Em 1769, a Câmara paulistana determinou a abertura de uma estrada entre Juqueri e São Paulo. O “Caminho de Juqueri” transformou-se, mais tarde, na Estrada Velha de Bragança. Antes Distrito da Capital (1874 a 1880) e de Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos (1881 a 1888), Juqueri passou a ser município por meio da Lei Provincial 67, de 27 de março de 1889. Um ano antes da emancipação, a São Paulo Railway (Estrada de Ferro Santos-Jundiaí) construiu a Estação do Juqueri.

Em 1898, o Governo do Estado inaugurou o Hospital-Colônia de Juqueri para doentes mentais, dirigido pelo médico Franco da Rocha. A associação do nome de Juqueri ao hospital, causando confusão na entrega de correspondências e desconforto entre os juquerienses, criou um movimento para mudar o nome do município. Em 1948, o prefeito Bento de Oliveira solicitou à Assembleia Legislativa autorização para a mudança. Na ocasião, o deputado Ulisses Guimarães apoiou o pedido e pronunciou a célebre frase: “Juqueri, terra de loucos. Loucos por cidadania”. No dia 24 de dezembro daquele ano, foi aprovada a Lei 233, permitindo a mudança do nome do município.

O nome Mairiporã, entre outros de origem tupi, foi sugerido pelo jornalista e poeta Araújo Jorge. “Mairiporã” é um termo oriundo

---

da língua tupi que significa “água bonita de Maíra”, através da junção dos termos *maíra* (“entidade mitológica tupi, que os índios associavam aos franceses”), *y* (“água”) e *porang* (“bonito”).

### A Cidade (características atuais)

Mairiporã faz divisa com várias cidades, entre elas a cidade de São Paulo, Guarulhos, Nazaré Paulista, Atibaia, Franco da Rocha e Caieiras, seu principal acesso é pela rodovia BR 381 (Rodovia Fernão Dias).

Outra informação importante de Mairiporã é que, na década de 1970, foi inaugurada a represa Paiva Castro, que faz parte do Sistema Cantareira da Sabesp, responsável por boa parte do fornecimento de água para grande parte da cidade de São Paulo.

Devido à represa, boa parte da cidade de Mairiporã é considerada área de preservação permanente e, assim sendo, nas proximidades do reservatório fica proibida a instalação de empresas com potencial poluente e, portanto, na área urbana a principal atividade é o comércio. Como na área central não pode haver empresas com risco de agressão ao meio ambiente, foi criado o Distrito Industrial de Terra Preta, que fica a aproximadamente 12 km do centro da cidade, onde é permitida a atividade industrial.

Outra característica importante de Mairiporã é que boa parte do seu território fica na Serra da Cantareira, essa área também muito protegida, onde há muitos condomínios residenciais e buffet para casamentos, além de parque para prática de turismo ecológico. Atualmente o município é referência para as mais variadas práticas de ciclismo, como *mountain bike*, enduro e bicicross entre outras. Na entrada da cidade há um monumento onde retrata todo esse potencial para o turismo

---

## A Câmara<sup>16</sup>

A primeira Câmara Municipal de Juquery, eleita em 1948 pelo voto direto do cidadão, após a emancipação do município, teve o vereador Lamartine Albuquerque Passarela como primeiro presidente, e a seguinte composição: Francisco Brilha (primeiro secretário), Iraci Rolin (segundo secretário), Leonor Oliveira, Antonio D'Agostino, Florencio Pereira, Eloy Antonio da Silva, Belarmino Pereira de Carvalho, Salvino da Fonseca e Durvalino Almeida Cardoso.

Lamartine Passarela cumpriu mandatos de 1948 a 1951 e de 1962 a 1963, tendo sido o político local que mais trabalhou para a mudança do nome do Município de Juquery para Mairiporã. Na passagem do ano de 1948 para 1949, foi escolhido o novo nome, iniciativa apoiada por pessoas de destaque da época, incluindo-se o deputado estadual Ulisses Guimarães, que sugeriu o novo nome que, depois de um plebiscito popular, foi aprovado em meio a amplos festejos: não seríamos mais confundidos com os municípios de Franco da Rocha, onde ficava o hospital psiquiátrico do Juquery, daí a confusão. Era prefeito municipal à época Bento Oliveira Nascimento (1948 a 1952; o mesmo havia sido prefeito outras duas vezes antes do voto direto, em 1933 e 1946, ambas por indicação). Nascimento iniciou os serviços de água e esgoto da cidade e foi um dos fundadores do Hospital Nossa Senhora do Desterro.

Com poucos recursos e muito por fazer, a Câmara auxiliava no que podia o primeiro prefeito eleito, e essa união foi fundamental para a consolidação do município e na luta pela busca de recursos na esfera estadual. As quinze primeiras cadeiras foram ocupadas apenas por homens, já que o ingresso da mulher na política local demorou pelo menos duas décadas. A primeira mulher eleita foi a senhora Maria Zeza Gomes de Oliveira, no ano de 1977, com 311 votos (3,92% dos votos válidos).

Atualmente, a Câmara Municipal se encontra em sua 18<sup>a</sup> Legislatura (2021-2024), sendo presidente o vereador Ricardo Messias Barbosa.

---

<sup>16</sup> Fonte: Antonio Machado Luiz Brilha e site da Câmara Municipal de Mairiporã.

---

## A Escola do Parlamento e Cidadania

### *A Patronese: professora Alice Clara Soares Frias*

Nascida em São Roque, em 5 de junho de 1930, recebeu o título de cidadã mairiporanense por meio do Edital nº 37 de 2006. Cursou Letras Neolatinas, sendo mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP e tendo passado por experiências e capacitações na Itália, na França, em Israel e na Holanda. Em Mairiporã, criou salas de reforço e acompanhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem. Integrou a equipe pedagógica da Secretaria da Educação do município entre 2005 e 2012. Seu comprometimento, carisma e determinação para educar os mais carentes foi um dos seus legados. “Tia Alice” faleceu aos 90 anos, no dia 8 de agosto de 2020. A Escola do Parlamento e Cidadania da Câmara Municipal de Mairiporã tem a honra de receber o nome de quem representou a luz da Educação.

### *A Escola*

Ao promulgar a Lei Municipal nº 3.960, em novembro de 2020, o Legislativo de Mairiporã instituiu a “Escola do Parlamento e Cidadania Professora Alice Clara Soares Frias”, com a finalidade de oferecer suporte educacional para a sociedade civil e ao Poder Legislativo, por meio do aperfeiçoamento de natureza pedagógica-educacional. É oportuno destacar que a referida Lei de criação da Escola teve que ser instituída por meio de “quebra de voto” pelo Presidente da Câmara, uma vez que o prefeito à época vetou a proposição.

A inauguração oficial da Escola ocorreu somente em 28 de março de 2022 e contou com a participação dos familiares da patronesse, de autoridades, entre elas o atual prefeito, vereadores e secretários, do presidente da OAB/SP (129<sup>a</sup> Subseção), dos presidentes da ABEL e APEL (associações de escolas legislativas) e de membros da sociedade civil, além da população em geral.

Em 11 de abril de 2022, iniciaram-se as atividades da Escola, tendo sido realizadas quatro atividades voltadas ao programa de “Formação de Servidores”, a saber:

---

- *Curso de Técnica Legislativa*, em 18 de maio de 2022, ministrado por Alexandre Siloto Assine, servidor da Câmara Municipal de Campinas (SP). Este curso aconteceu por meio da parceria da Escola do Parlamento e Cidadania com a Elecamp (Escola Legislativa da Câmara de Campinas), de forma que o professor Siloto ministrou o curso graciosamente.

- *Curso de Técnica Legislativa em Projetos*, em 2 de junho de 2022, ministrado pelo dr. Alexandre Albuquerque, também servidor da Câmara Municipal de Campinas (SP), e também realizado na forma de parceria.

- No dia 26 de maio de 2022 ocorreu palestra sobre *A Lei de Improbidade Administrativa e seus reflexos no ordenamento jurídico*, ministrada por Messias José Lourenço procurador do Estado de São Paulo aposentado e autor de obras voltadas ao Direito Disciplinar Administrativo, e que contou com a participação especial de Mario Sergio Sobrinho, procurador de justiça do Estado de São Paulo.

- Tendo em vista uma das atribuições dos vereadores é fiscalizar e existe a possibilidade no poder legislativo da abertura da Comissão Especial de Inquérito (CEI) para apurar possíveis irregularidades no município, a Escola ofereceu, no dia 30 de junho de 2022, curso sobre a “Instrumentalização, Condução e Instalação de CEI”, ministrado por Célio Egidio da Silva, doutor pela PUC-SP e Tenente-Coronel da Reserva, entre outras capacitações.

Buscando resgatar a história do Poder Legislativo de Mairiporã, a Escola do Parlamento e Cidadania decidiu elaborar um serie cinematográfica com sete capítulos contando as histórias da Câmara Municipal desde a sua criação até os dias de hoje, e tendo como personagem principal Antonio Luiz Machado Brilha, o primeiro diretor administrativo aposentado da instituição.

Fato muito marcante e importante para a Escola foi a parceria firmada, também em 2022, com o Instituto Legislativo Paulista, órgão da ALESP, por meio da qual a Escola passou a integrar o Projeto SISPELegis (Sistema Paulista de Escolas do Legislativo), que vem trazendo muitos frutos para a Escola do Parlamento e Cidadania da Câmara de Mairiporã, por meio do oferecimento de vários cursos no formato *online*, palestras e outras atividades acerca de temas ligados

---

a políticas públicas, Direito, legislação e assuntos de interesse para a população.

No último dia 9 de agosto de 2022 o representante da Escola, junto com o chefe do gabinete da Presidência da Câmara, reuniu-se com a presidente em exercício da OAB/SP (129<sup>a</sup> Subseção Mairiporã-SP), Adriana Moreira Nunes Godoi, e com Guilherme Walter Pedroso de Almeida, presidente da comissão “OAB Vai à Escola”, quando se firmou-se parceria com o objetivo de fomentar a educação e a cidadania locais.

Além de todos esses projetos expostos, a Escola do Parlamento e Cidadania da Câmara Municipal de Mairiporã está trabalhando em outros projetos que em breve serão divulgados.



# ESCOLA DO LEGISLATIVO DE CACONDE

## um começo

**Richard Silva Ferfoglia Maguim**

### **A Cidade (história)**

Caconde é uma cidade histórica com larga referência ao passado colonial, imperial e republicano do interior paulista, cujo nome guarda relação com a etimologia banto, aplicado à povoação da região angolana banhada pelo rio Cumene e seus afluentes. Segundo a historiadora Marjorie Prado Junqueira de Faria, todos os dias os cidadãos de Caconde, que desconhecem sua origem quilombola, trazem a África do passado para o presente<sup>17</sup>.

Do povoado constituído a partir das minas de ouro descobertas em nossa região à elevação à categoria de freguesia, fundada com a denominação Caconde, que teria sido dada pelos negros fugitivos, quilombolas, refugiados aqui anteriormente ao ciclo do ouro<sup>18</sup>, houve intensas disputas culturais, econômicas e sociais que

---

<sup>17</sup> FARIA, Marjorie P. J. (2018). Os silenciados quilombolas e indígenas na formação de Caconde: território como testemunha do esquecimento. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo, 2018.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/caconde/historico>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

---

atravessaram o tempo e influenciaram a formação da ocupação do território até a conformação do que é compreendido hoje, legal e historicamente, pela área de 468.214 km<sup>2</sup> do Município de Caconde.

A fundação administrativa da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Cabeceiras do Rio Pardo, em 1775, se confunde com a própria criação da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo, que ocorreu em 2 de março de 1775, pois, de acordo com a historiografia registra, com a abertura do primeiro livro de batizados, a Freguesia de Caconde<sup>19</sup>.

Por consequência da Lei Provincial nº 6, de 05 de abril de 1864, a Freguesia de Caconde é elevada à categoria de Vila<sup>20</sup>.

Por ocasião da crescente organização administrativa do território da Vila de Caconde, registra-se que, no dia 7 de setembro de 1864, ocorreu a primeira eleição para vereadores, com apenas 734 eleitores, culminando na instalação da Câmara Municipal em 21 de janeiro de 1865.

A Assembleia Legislativa Provincial aprovou a Lei nº 10, de 24 de março de 1874, que constituiu a Comarca de Caconde e São Sebastião da Boa Vista. Mais adiante, a Lei Provincial nº 10, de 09 de março de 1883, transformou a vila na categoria Cidade de Caconde<sup>21</sup>.

### **A Cidade (características atuais)**

Pela rica histórica cultural e rara beleza de sua natureza, com a sanção da Lei Estadual nº 9.275, de 5 de abril de 1966, que foi

---

<sup>19</sup> JACINTO, Valquíria C. (2019). História oral e tradição: a festa em louvor a Nossa Senhora da Conceição Aparecida e a São Roque em Caconde-SP. Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/27220/3/Hist%C3%83riaOralTradi%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1864/lei-6-05.04.1864.html>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1883/lei-10-09.03.1883.html>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

---

atualizada pela Lei nº 17.469/2021, o Município de Caconde recebeu o prestigioso título de Estância Climática e Turística<sup>22</sup>.

A cidade é localizada no interior do Estado de São Paulo, faz divisa com o sul de Minas Gerais, região da Serra da Mantiqueira, é banhada pelo Rio Pardo e seu território é rodeado pela cultura do café, principal atividade econômica do Município.

A Basílica Santuário de Nossa Senhora da Conceição em Caconde, que tem influência direta na formação da cidade de Caconde, é uma das paróquias mais antigas da Diocese de São João da Boa Vista. Por sua relevância histórica e pela beleza exuberante, o Santo Padre Bento XVI elevou-a à dignidade de Sacrossanta Basílica Menor.

Na cidade encravada nas montanhas, palco das aventuras bandeirantes nas faisqueiras de ouro e fundada ao redor da Paróquia Santuário Nossa Senhora da Conceição de Caconde, nasceu Edmundo Migliaccio, filho de imigrantes italianos, em 3 de dezembro de 1903, que viria a ser um dos grandes artistas plásticos de seu tempo<sup>23</sup>. A vida e obra do professor Migliaccio consagram o seu nome, o seu trabalho e também a história da cidade de Caconde por meio da expressão da arte clássica e pela perfeição de seus desenhos sobre pretos velhos, os sertanistas, e diversas telas que retratam a experiência divina, cujas pinturas compõem a grandeza da Basílica Santuário Nossa Senhora da Conceição de Caconde.

Estima-se que atualmente Caconde tenha uma população estimada de 19.031 habitantes.

## A Câmara

Atualmente, a sede da Câmara Municipal de Caconde, denominado edifício Waldemar Carlos de Souza, ex-vereador da Casa Legislativa, é localizada na Rua Duque de Caxias, 123, no Centro da cidade, CEP: 13770-000, Tel. (19) 3662-1589, e-mail: [camara@pmcaconde.sp.gov.br](mailto:camara@pmcaconde.sp.gov.br).

---

<sup>22</sup> Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1966/lei-9275-05.04.1966.html>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

<sup>23</sup> RAMOS, Ricardo. Edmundo Migliaccio (1903-1983): a pintura sem desenho não é arte. Caconde, 2021.

---

Após o resultado das eleições municipais de 2020, o Poder Legislativo foi legitimamente composto para a sua 18ª Legislatura, com 9 vereadores, sendo 7 homens e 2 mulheres, formada majoritariamente por brancos, eleitos pelos votos de 9.957 cidadãs e cidadãos cacondeenses.

Na condição de Presidente da Câmara Municipal, eleito para comandar o Poder Legislativo durante o biênio 2021/2022, instituí como prioridade implantar a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula os procedimentos de acesso à informação a serem observados pela administração pública. Desde então, foram vários os avanços que vêm enriquecendo o debate público ao levar informação para a população.

Os apontamentos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Ministério Público, associados ao comprometimento com a legalidade, serviram como horizonte para se iniciar o processo do rearranjo institucional da Câmara Municipal de Caconde.

Para organizar e disponibilizar a informação, assinamos o acordo de cooperação técnica com o Senado Federal para a utilização da tecnologia do programa *Interlegis*. Com a ferramenta disponibilizada, criamos o endereço eletrônico <https://www.caconde.sp.leg.br>, que permite acompanhar o trabalho dos parlamentares e consultar todas as atividades inerentes ao processo legislativo.

Nesse ínterim, viabilizamos o acervo virtual das legislações que foram aprovadas a partir do ano de 1926 até o presente, cujo processo de digitalização continua sendo realizado e aperfeiçoado pelos servidores da Casa.

Para facilitar ainda mais o acesso à informação e ampliar o alcance dos atos do legislativo, foi criado o perfil @camaracaconde nas redes sociais *Instagram*, *Facebook* e *Youtube*.

A partir destas plataformas digitais, com o investimento realizado para criar e estruturar o setor de comunicação do Legislativo cacondeense, as Sessões e Audiências Públicas passaram a ser transmitidas com qualidade e regularidade para a população, que hoje tem a possibilidade de participar ativamente das decisões políticas simultaneamente.

---

## A Escola

Nesse contexto de abertura democrática por meio do acesso à informação, a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Caconde apresentou o projeto de criar a Escola do Legislativo de Caconde. Com a aprovação, a Resolução nº 02/2022 inaugurou uma importante ferramenta para o desenvolvimento de ações que visam contribuir para o fortalecimento e a consolidação do papel institucional do Poder Legislativo Municipal.

O Ato da Mesa nº 3, de 11 de julho de 2022, constituiu o Regimento Interno da Escola do Legislativo de Caconde. No documento, foram previstos o programa de capacitação e desenvolvimento profissional, para que os servidores dominem e aperfeiçoem conhecimentos necessários à sua esfera de atuação e área de competência.

Também foi instituído o programa de capacitação de agentes políticos com objetivo de auxiliar os representantes do legislativo municipal, da sociedade civil e de entidades de classe a bem desenvolverem suas atividades.

Ademais, faz parte do plano pedagógico o programa de formação cidadã, o programa de aproximação do poder Legislativo à rede de ensino fundamental e ensino médio do Município, bem como o programa de parceria da Câmara Municipal de Caconde com instituições de ensino superior e pesquisa. Todos os programas têm como objetivo aprendizado e reconhecimento do papel das instituições e da sociedade civil na organização da sociedade, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No âmbito do Programa de Intercâmbio com Casas Legislativas, que tem como objetivo compartilhar conhecimentos e informações entre os Parlamentos, a Câmara Municipal de Caconde aderiu ao SISPELegis (Sistema Paulista de Escolas do Legislativo), organizado pelo Instituto do Legislativo Paulista (ILP), da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), que, como se sabe, tem entre seus objetivos potencializar o alcance dos eventos e cursos promovidos pelos seus integrantes, por exemplo por meio da retransmissão destes pelo YouTube e redes sociais.

---

Por outro lado, para celebrar o acordo de cooperação técnica com a OAB/SP, representada pela 184<sup>a</sup> Subseção de Caconde, a Escola do Legislativo programa uma Sessão Solene. Trata-se de mais uma tentativa de ampliar o acesso à informação dos vereadores, servidores e população, por meio de cursos e palestras que poderão ser ministrados tanto na sede do Poder Legislativo quanto na Casa da Advocacia de Caconde, além de outras atividades possíveis a serem desenvolvidas no âmbito institucional.

Na formulação da LDO 2023, a Escola do Legislativo de Caconde ganhou um programa específico no orçamento da Câmara Municipal e poderá desenvolver, se necessário, suas atividades pedagógicas durante o próximo exercício.

A rigor, a Escola do Legislativo de Caconde significa, para o presente, a certeza de que o Poder Legislativo tem buscado uma reformulação cujo horizonte seja fundamento na informação, transparência e participação popular. Para o futuro, esta iniciativa pode se desenvolver a tal ponto que poderemos implementar uma política mais participativa, humana e segura no Município de Caconde. A democracia respira e agradece.



# **ESCOLA DO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA: a escola a serviço da comunidade**

**Adalberto de Carvalho Graciano  
Victor Hugo Oliveira dos Anjos**

A Escola do Legislativo criada pela Lei Complementar 317/14 é um espaço para a capacitação e qualificação do servidor da Câmara Municipal, além de oferecer cursos gratuitos abertos para a comunidade na área de educação política e cidadania. A Escola do Legislativo de Taboão da Serra em sua existência baseia suas ações no desenvolvimento de processos formais de educação, por intermédio da formação permanente e continuada, visando fortalecer a atuação do Poder Legislativo, na construção de uma sociedade justa e igualitária. Através de cursos e palestras, a Escola do Legislativo busca aproximar a sociedade do Parlamento Taboanense, bem como capacitar os servidores públicos conscientizando-os de suas funções no Legislativo e na sociedade.

De acordo com informações extraídas do site oficial da prefeitura de Taboão da Serra, a origem da cidade de Taboão da Serra, está diretamente ligada à colonização da igreja católica através do processo de aculturação e catequização dos indígenas em aldeamentos. Deles surgiram algumas vilas e caminhos que foram

---

criados para o escoamento dos produtos agrícolas, e os nomes de vilarejos como M'boy, Carapicuíba, Cotia e Itapecerica atestam essa presença.

O nome Taboão, já utilizado na documentação oficial desde o século XVIII, vem do fato de na região existir uma planta denominada taboa, que cresce em locais de muita água, como na confluência do Córrego Poá com o Pirajuçara. A Taboa é conhecida como “capim dos brejos”, planta bastante rústica que está presente em vários pontos do planeta. Em tupi, os indígenas chamavam tal planta de “peri-peri”.

Diferentemente da grande maioria das cidades que nasceram em torno de uma igreja e seu rocio, Taboão da Serra surgiu a partir de três diferentes núcleos de povoamento. O que chamamos de “centro velho” e o que se constitui, hoje, no Jardim Santa Luzia e seus arredores, teve origem na antiga Chácara dos Padres Carmelitas (Igreja de Santa Terezinha), antiga venda do seu Zeca (José André de Moraes) e na velha bomba de gasolina de dona Luiza Hellmeister Andrade.

Outro núcleo foi o Pirajuçara, onde o processo migratório teve bastante impacto no desenvolvimento econômico e social, proporcionando novos caminhos para a formação da cidade. Inicialmente japoneses e italianos envolvidos nas atividades agrícolas e das olarias proporcionaram trabalho e sustento para muita gente que veio principalmente de Minas Gerais e do Nordeste, a partir de meados do século XX.

A região da atual Vila Iasi, no Arraial Paulista, é o terceiro núcleo de desenvolvimento, pois entre os anos 1930 e 1960 funcionou o Instituto Pinheiros, grande indústria farmacêutica voltada para a produção de vacinas nos moldes do Instituto Butantã.

O Instituto representou, na época, a industrialização da região, e inúmeras foram as contribuições dessa indústria no alvorecer da cidade de Taboão da Serra, mas, talvez, a maior delas tenha sido no campo político. A esse respeito é possível observar a presença de seus funcionários entre os primeiros emancipadores e políticos eleitos na região. Funcionários do Instituto, proprietários de olarias, chácaras e comércio na região articularam a chamada “Comissão dos Nove”, que organizou e promoveu o processo de emancipação.

O primeiro governo eleito pelo povo de Taboão da Serra, na época com cerca de 4 mil habitantes, foi Nicola Vivilechio, que venceu

---

por 54 votos. Na sequência, diversos prefeitos eleitos tiveram como tarefa de suas gestões da continuidade à construção do município de forma independente. Nas décadas de 1980 e 90, obras públicas foram feitas por toda a cidade, criando-se o Ginásio de Esportes, o Parque das Hortênsias, a Praça Luiz Gonzaga, a Escola Municipal Técnica Rui Barbosa e inúmeras escolas de educação infantil, ensino fundamental, postos de serviços de saúde e entre eles o Hospital Pirajuçara.

A chegada dos anos 2000 assistiu a mudanças profundas em aspectos da vida econômica, social e educacional da cidade, exemplificada, entre outras coisas, pela inauguração do shopping na cidade em 2003.

O Poder Legislativo de Taboão da Serra foi instituído junto com a cidade, em 1959, pela Lei Estadual 5285/59 que emancipou Taboão da Serra e outros municípios da Grande São Paulo. Na primeira legislatura, eram nove vereadores. Durante a história do município as leis foram mudando e a Câmara Municipal chegou a ter até 19 vereadores. Hoje, o número que a lei determina são 13 cadeiras. A Câmara Municipal teve quatro sedes antes da construção da sede própria no ano de 2014, localizada na Estrada de São Francisco.

A primeira sede da Câmara funcionava no mesmo espaço da Prefeitura: logo após a emancipação da cidade, ambas funcionavam na avenida Getúlio Vargas, região central da cidade. O Legislativo Taboanense cumpriu sua função, juntamente com o Poder Executivo, e contribuiu por meio de debates, discussões e aprovações de leis com o crescimento e desenvolvimento da cidade de Taboão da Serra. Os projetos de expansão urbana da cidade tentaram enfrentar as dificuldades de se controlar o crescimento desordenado e propiciar uma condição de vida digna para a sua população, de forma sempre atenta às transformações e avanços da sociedade e às normas jurídicas necessárias que acompanhavam esse avanço.

A Escola do Legislativo possui ações voltadas não somente para os servidores, transpondo os limites da sede do Poder Legislativo Municipal, levando informação e conhecimento sobre formação política a todos, promovendo palestras em parceria com as associações representativas do Poder Legislativo Municipal. Além disso, instituiu-se o programa “Conhecendo o Parlamento” e o subprograma “Educação para Cidadania: construindo um novo olhar”,

---

que vem propiciando aos jovens estudantes de escolas das redes Pública Estadual, Municipal e Particular assistirem a diversas palestras na Câmara Municipal inteirando-os sobre o funcionamento do Poder Legislativo, desde a história do Parlamento, até a criação de leis. De acordo com o estudioso Rildo Cosson, a escola do legislativo tem um papel fundamental dentro da sociedade:

(...) uma escola do legislativo é, essencialmente, uma escola inserida no campo de atuação do Legislativo, seja dentro da função clássica de autodeliberação que todo poder autônomo possui, seja como parte de uma revisão do papel e da importância do Legislativo em nossa sociedade. Nesse caso, ser escola e ser do Legislativo compreende uma singularidade que a simples junção dos dois nomes não deve naturalizar(...). É, por fim, uma escola de cidadania política que funciona como um centro de relacionamento entre o Parlamento e os cidadãos, atuando como educador do público escolar e públicos particulares, reforçando e ampliando a legitimidade do Legislativo. (COSSON 2008, p. 47)

A experiência do programa “Conhecendo o Parlamento” é uma iniciativa da escola do legislativo da Câmara Municipal de Taboão da Serra com interesse de atender as escolas municipais estaduais e particulares do município, buscando conteúdos que se adequem às exigências da BNCC e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Recebemos preferencialmente os alunos do ensino médio e fundamental. O nosso Programa é aberto ao diálogo com as escolas, ou seja, adequamos o conteúdo que a escola deseja ou necessita aplicar a determinada série ou para um projeto específico que a escola esteja realizando no momento.

A preocupação da Escola do Legislativo, em seu trabalho com a comunidade, foi ter um material de apoio, a fim de mostrar aos alunos como funciona a Câmara. Para tal fim, fizemos três edições da revista “A Câmara e Você”, que conta a história de cujo enredo relata o diálogo de estudantes sobre o que fazer com um espaço sem uso no bairro. Dentro desta discussão, os alunos acabam refletindo sobre o papel dos três poderes, entendendo que na Câmara Municipal os alunos vão conseguir arrumar um destino para aquele espaço e que os

---

vereadores têm um papel fundamental na discussão deste assunto. Ou seja, que a Câmara é o espaço do debate e discussão dos problemas da cidade. Além disso, o vereador tem a função de fiscalizar o prefeito. Este material, todo ilustrado, formato A4, colorido, em suas três primeiras edições foi distribuída em diversas escolas da cidade e em vários eventos promovidos pela Escola.

Além disso, em nossos trabalhos, pudemos contar com parcerias importantes, como a Fundação Konrad Adenauer, com os cursos de “Educação Política para Jovens do Ensino Médio”, e a parceria com a Polícia Militar para a realização da Sepose (Semana de Prevenção, Orientação de Segurança Escolar), com palestras para jovens dentro das escolas estaduais.

Dentro dessa perspectiva, é interessante ressaltar que alguns assuntos que possam ser discutidos dentro da escola são temas que de fato são abordados dentro da Câmara, por exemplo, o Plano Diretor. Isso é muito salutar, pois aproxima a comunidade escolar da Câmara e, além disso, permite que os alunos compreendam com mais clareza o papel do Legislativo municipal dentro da cidade. Sendo assim, o nosso programa abre um leque enorme de possibilidades com a comunidade escolar, de discussão, aprendizado e troca de experiências. Nesse ponto, a motivação do nosso projeto é atender esta comunidade escolar que anseia pelo interesse na política e que, dentro dos seus currículos escolares ou estudos transversais, abordem temas de interesse municipal que vão ao encontro de debates abordados ou objetos de discussão pela Câmara Municipal, que muito interessam à Escola do Legislativo.

Por este motivo, nossa Escola procura aprimorar seu trabalho, entre outros aspectos, na questão de atender os alunos das escolas dentro dos seus projetos, em consonância com as nossas diretrizes de trabalho como escola do legislativo, pautadas na educação política e para uma cidadania ativa e reflexiva dos referidos alunos.

Dentre os objetivos do nosso trabalho está o mostrar ao aluno, quando a visita é na Câmara Municipal, que este espaço está aberto a todos, nas sessões ordinárias e nas audiências públicas, bem como estão os gabinetes dos vereadores, ou seja, mostrar aos discentes como que funciona este espaço. Outra tarefa é desmistificar a ideia, que vem do senso comum, de que o vereador não trabalha e que a

---

Câmara não produz, e mostrar que os principais assuntos de grande interesse do município são discutidos no Legislativo e que temas como IPTU, o planejamento urbano e o orçamento são discutidos ali, além dos inúmeros projetos de lei de interesse público que são votados.

Nesse sentido, a Escola do Legislativo taboanense buscou, desde o início de sua existência, estreitar os laços com o seu público por meio de diversas iniciativas do programa “Conhecendo o Parlamento”, mostrar como funciona o Parlamento e ofertar aulas de cidadania à população, trazendo temas da atualidade para debate e discussão com os alunos. Atendendo às diversas demandas, ora íamos às escolas, ora atendíamos o público na própria sede da Câmara Municipal, alcançando cerca de dois mil alunos. Cabe registrar que, em nossa Câmara, a presidência é bienal e que a cada administração ocorrem realidades distintas, mas que a Escola nunca esteve fora dos planos de nenhuma destas presidências. Porém, com a pandemia, sofremos uma queda em nossos trabalhos presenciais, que sempre foram nosso forte. Mas, a partir do segundo semestre de 2022, tivemos um novo impulso em nossas atividades, e pretendemos crescer em uma nova escalada de trabalho!

## Referências

COSSON, Rildo (2008). **Escolas do legislativo, escolas de democracia** Brasília: Câmara dos Deputados (Edições Câmara, Série Colóquios de Excelência n. 1) [História da Câmara Municipal – Câmara Municipal de Taboão da Serra \(camaratabao.sp.gov.br\)](https://camaratabao.sp.gov.br)  
PREFEITURA DE TABOÃO DA SERRA (SP). Disponível em: <https://ts.sp.gov.br/nossa-cidade/nossa-historia>.



# ESCOLA DO LEGISLATIVO DE CAJAMAR

Heloisa Paros Inacio

## História de Cajamar

### ***A alma de uma cidade, de uma nação, é a sua história***

O nascimento de Cajamar está ligado à implantação da fábrica de cimento Companhia Brasileira de Cimento Portland, de origem canadense, na década de 1920, em Perus. Esse material, conhecido das civilizações antigas, recebeu o nome atual, “cimento Portland”, no século XIX, graças à semelhança com as rochas da ilha britânica de Portland.

Na década de 1930, os trabalhadores da fábrica e das minas já estavam residindo no Distrito da Água Fria, que ainda pertencia a Santana de Parnaíba. Na década de 1940, uma lei federal exigiu a mudança do nome de Água Fria, porque já existia outro Distrito com esse mesmo nome, na cidade de São Paulo. Foi, então, que o distrito passou a chamar-se Cajamar.

## A origem do nome

O depoimento do ex-prefeito de Santana de Parnaíba, Antônio Brando, explica que, para atender a lei federal, ele próprio fez uma pesquisa para mudar o nome do distrito de Água Fria, pois exercia o

---

cargo de secretário da prefeitura de Santana de Parnaíba. Assim, consultando o arquivo local, encontrou um mapa antigo, de uma gleba de terras, situada nas proximidades daquele Distrito, com o nome “Cayamar”. Decidiu, então, trocar a letra “y” por “j”, julgando assim facilitar a pronúncia.

Mas esta não é a única explicação para a origem do nome Cajamar. Durante a segunda legislatura, foram feitos estudos que levaram o prefeito Islon Francisco de Toledo a outra conclusão. O nome teria se formado a partir da expressão indígena “cai-a-mar”, que significa “fruto colorido e manchado”. Esse fruto era produzido pelo araçazeiro, árvore que foi abundante na região.

### **Mais História...**

O município tem como Padroeiro São Sebastião, celebrado todo dia 20 de janeiro; e em 18 de fevereiro é comemorado o aniversário da cidade.

Seu território de 135 km<sup>2</sup> limita-se com os municípios de Jundiaí, Franco da Rocha, Caieiras, São Paulo, Santana de Parnaíba e Pirapora do Bom Jesus. O município tem fácil acesso pela via Anhanguera e pela Rodovia dos Bandeirantes. Com a implantação do Rodoanel, está conectado às principais vias do Estado.

O que dizer então dos seus filhos, dos nossos municíipes cajamarenses?

História repleta de lutas, de sofrimentos e que projeta um cidadão altivo, combativo e forte como a rocha de suas pedreiras, orgulhoso de uma cidade. Não podemos nos esquecer da interminável greve da Perus em 1962. Quanta dor! Quanta esperança! Cimento Perus, feito da rocha de Cajamar que, transformada em cimento, se espalha pelos arranha-céus de São Paulo, na construção de Brasília e em milhares de cidades deste Brasil. Em quantos e diversificados rincões deste imenso país, modificado pelas mãos laboriosas dos brasileiros, encontramos gotas do suor do homem cajamarense que tirou da sua terra uma porção do minério que edificou esta nação! É Cajamar integrando-se, doando-se, fazendo-se presente nos quatro cantos deste país. Virando outra página de nossa história, ainda ecoam em nossa memória os traumas causados pelo “buraco de Cajamar”,

---

noticiado em várias línguas, em outras partes do mundo. Mais um momento de dor, de tensão, de esperança, mas também um momento de solidariedade, que mostrou a união de um povo.

## A Escola do Legislativo

A escola do Legislativo de Cajamar “Vereador Dauri Cuz de Oliveira” foi criada por meio da Resolução nº243/2022 na sessão da Câmara Municipal , no dia 15 de junho de 2022 , tendo sua inauguração em 01 de setembro de 2022.

Foi criada tendo como um dos principais objetivos aproximar o cidadão das atividades parlamentares e administrativas do setor público, aprofundar o conhecimento parlamentar dos servidores e municíipes, principalmente a classe estudantil, que tem demonstrado amplo interesse em conhecer de perto os trabalhos desenvolvidos pelos vereadores, bem como todo o funcionamento dos poderes Legislativo e Executivo. Essa escola será muito importante para a formação técnico-científico dos nossos servidores e agentes políticos.

Com esse ato, demos mais um importante passo em favor da renovação do Poder Legislativo de Cajamar, o que deve possibilitar o surgimento de ideias inovadoras decorrentes da aproximação da sociedade com o poder público, que será, sem dúvida, ampliada por meio dos encontros e debates na Escola do Legislativo.

Garantirá aos cidadãos conhecimento em política, proteção de direitos e cidadania, dentre outros temas que serão abordados por meio de capacitações, palestras e ações em diversas áreas da Educação Pública.

A Escola tem como objetivo principal sensibilizar os jovens em relação à prática pública e legislativa. Os jovens têm a oportunidade de compreender a importância da vida democrática com seus conflitos e buscar no diálogo o consenso. Em consequência, prova-se que a ética, a transparência e a cidadania podem ser praticadas pelas futuras gerações, que devem ajudar a construir uma vida mais democrática.



### Inauguração da Escola do Legislativo

Queremos despertar e estimular o interesse da nossa juventude para conhecer a verdadeira missão e o trabalho diário dos vereadores.

O nosso diamante no logo não foi escolhido por acaso: “assim como os diamantes que precisam ser lapidados para se tornarem mais bonitos e valiosos, nós seres humanos também somos assim, com o conhecimento necessário e dedicação nos tornamos melhores a cada dia e mais valiosos seja em nossa vida pessoal quanto nossa vida profissional”.

A diferença é que temos a oportunidade de ser os próprios artistas em nosso processo de crescimento.

### Câmara Municipal, “PLENÁRIO WALDOMIRO DOS SANTOS”

Foi Waldomiro dos Santos o líder do movimento pela emancipação de Cajamar. Ele reuniu 125 moradores do distrito de Cajamar, organizou um abaixo-assinado e redigiu o documento que

---

pleiteava sua autonomia política. Em abril de 1958, o abaixo-assinado foi reconhecido pela Justiça Eleitoral de São Paulo e encaminhado para a Assembleia Legislativa.

As primeiras eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores dos municípios criados realizararam-se naquele mesmo ano, e as novas autoridades tomaram posse no dia 1º de janeiro de 1960. Entretanto, a história de Cajamar começou antes da aprovação dessa lei.

Buscando a identidade política que expressasse a trajetória social da comunidade cajamarense, aquele grupo, liderado pelo vereador Waldomiro dos Santos, queria se constituir como uma coletividade que se reconhecesse particular, e almejava alternativas próprias para seu futuro.

A Primeira sede da Câmara Municipal, de 1º de janeiro de 1960 a 11 de janeiro de 1960, funcionou na sede da Associação Atlética Cimento Portland (bairro da Água Fria).





Muitos anos se passaram até que, em 2007, a Câmara Municipal de Cajamar conquistou seu prédio próprio, hoje localizado na Avenida Professor Walter Ribas de Andrade, em Cajamar Centro.



# A ESCOLA DO LEGISLATIVO “CIDADE LIVRE DO RIO PARDO”: homenagem ao pioneirismo republicano

**Luciana Callegari Marques dos Santos Perussi**  
**Rafael Castro Kocian**  
**Matheus Dalbon Schiavon**

## A cidade<sup>24</sup>

A historiadora Amélia Franzolin Trevisan, num dos seus artigos de *Gazeta do Rio Pardo*, afirmava que “as origens de nossa cidade remontam ao início do século XIX, quando por volta de 1815, o sesmeiro português, Capitão Alexandre Luís de Mello, e seu clã, vindos de Minas Gerais, instalaram-se nas terras do vale do Rio Pardo entre os afluentes: rios Fartura e do Peixe”.

Depois do Capitão Melo, muitos agricultores vieram de outras províncias, principalmente da de Minas Gerais, atraídos pela fertilidade do nosso solo.

---

<sup>24</sup> (*Textos do livrete publicado pelo Professor e Historiador: Rodolpho José Del Guerra –1997. Adaptado.*)



Ponte Metálica “Euclides da Cunha” sobre o Rio Pardo, que corta a cidade. Foto: Alexandre Galego.

Entre muitos, aqui se fixaram: Ananias Joaquim Machado, Antônio Marçal Nogueira de Barros (eleito a 10/09/1864 vereador à primeira Câmara Municipal de Caconde, com 345 votos), Cândido de Faria Moraes, Cândido de Miranda Noronha, Francisco e Custódio de Assis Nogueira, Francisco das Chagas e João Damasceno Negrão, Francisco Barbosa Sandoval, Gabriel José Nogueira, João Honório de Araújo, João José de Souza, José Teodoro Nogueira de Barros, Luciano e Raimundo Estelino Ribeiro da Silva, Luís Antônio Nogueira de Noronha, Tomás de Andrade, Venerando Ribeiro da Silva, Vicente Dias.

Quando, em 1858, o bispo de São Paulo, D. Antônio Joaquim de Melo, esteve na paróquia de Monte Santo, em Minas, o Capitão Francisco de Assis Nogueira o procurou, obtendo licença para mandar celebrar ofícios divinos na capela de sua fazenda Pião do Rio Pardo, sendo “possível que a primeira missa da região tenha sido celebrada no mês seguinte, isto é, em setembro de 1858”.

No Império (forma de governo deste período relatado), a Igreja estava intimamente ligada ao Estado. A capela, para a

---

população, além de representar a assistência religiosa ao lugarejo, era a esperança de autonomia política, que adviria com a Freguesia.

Um livro encontrado na Fazenda Tubaca, documenta a fundação da Capela de São José do Rio Pardo, em 4 de abril de 1865, quando alguns fazendeiros se reuniram, traçando os planos para edificar a capela, primeira etapa para a criação da futura Freguesia.

A ata daquela primeira reunião, que marca a data de fundação da cidade, bem como outros documentos históricos, estão disponíveis no site da Câmara Municipal:

<https://camarasriopardo.sp.gov.br/artigo/?id=1328>

Era preciso um patrimônio para a Capela. As prendas doadas pelos moradores do bairro de São José, para a construção, foram leiloadas sob a grande figueira perto da futura Capela (hoje árvore-monumento, na Praça XV de Novembro).

No início de 1872, com o término da Capela, o procurador de São José do Rio Pardo, Antônio Marçal Nogueira de Barros, solicitou a bênção da mesma ao Bispo de São Paulo: (...) a fim de que aí possa celebrar-se missa no dia 19 de março, não por ser dia daquele santo, como ainda por atender à urgente necessidade de ministrar sacramentos aos moradores, quinhentos mais ou menos.

O pedido não foi atendido por não estarem concluídos os Registros do Patrimônio da Capela. O processo foi refeito rapidamente e enviado à Câmara Episcopal de São Paulo. Mais uma vez foi rejeitado, por estar incompleto. Finalmente em 30 de maio de 1873, o Vigário Capitular do Bispado de São Paulo assinou documento autorizando bênção e celebração da missa e dos demais ofícios divinos na Capela de São José do Rio Pardo, filial da Matriz do Espírito Santo do Rio do Peixe.

A primeira missa só foi celebrada em 19/03/1874. E o bairro de São José do Rio Pardo, subordinado à Vila de Caconde, passou pelos estágios: 1) Capela com patrimônio; 2) Capela Curada, em 30/10/1875, que se desligou da Matriz do Espírito Santo do Rio do Peixe, quando foi nomeado um capelão (cura) para os ofícios religiosos.

A Capela Curada de São José foi elevada à categoria de Freguesia em 14 de abril de 1880, pela Lei nº 70, da Assembleia Provincial. São José do Rio Pardo, desanexou-se da Vila de Caconde,

---

passando à de Casa Branca, constituindo-se em Paróquia, confirmada pelo Bispo de São Paulo, em 1º de fevereiro de 1881.

O próximo passo dos rio-pardenses seria a autonomia municipal: elevar a Freguesia a Vila. Por este objetivo lutavam todos. Em São Paulo, o Dr. Antônio Cândido Rodrigues não media esforços. Pela Lei nº 49, de 20 de março de 1885, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, vinte anos depois daquela primeira reunião dos fundadores. Mas outra lei determinava que sem o edifício da Casa de Câmara e Cadeia, construído às expensas dos respectivos povos, a Vila não poderia ser instalada.

Os rio-pardenses se mobilizaram, conseguindo dezessete contos de réis (17:000\$000), construindo rapidamente o belo edifício numa esquina na Praça Matriz. No ano seguinte, aos 8 de maio de 1886, a Vila foi instalada. Diante do presidente da Câmara de Casa Branca, os sete primeiros vereadores eleitos da nova Vila juraram bem desempenhar suas funções e sustentar a felicidade pública.

Primeiros Vereadores da recém-instalada Vila: Capitão Antônio Corrêa de Souza, Coronel Antônio Marçal Nogueira de Barros, Alferes Joaquim Gonçalves dos Santos, José Ezequiel de Souza, Luís Carlos de Melo, Capitão Saturnino Frauzino Barbosa e Capitão Vicente Alves de Araújo Dias. Por maioria de votos foram eleitos o Presidente e o Vice-Presidente da nova Câmara, respectivamente, Antônio Marçal Nogueira de Barros e Joaquim Gonçalves dos Santos.

Antes da capela, já existia um quadro rural formado. Senhores, os aristocratas rurais, os coronéis, exerciam o domínio sócio-político-econômica da Vila, e conviviam com os escravos.

## Os Imigrantes

Com o movimento abolicionista e a decadência da mão-de-obra escrava, novos personagens aqui aportaram, trazendo um novo calor de vida à cidade: os imigrantes, que trabalharam racionalmente nos cafezais, ampliando, também, o quadro urbano.

Os imigrantes desenvolveram a cidade, com um novo comércio, pequenas fábricas, oficinas de fundo de quintal, casas bancárias, de câmbio e descontos, restaurantes e pousadas...

---

Movimentaram a vida cultural com suas sociedades, festas, escolas, concertos e sessões literárias, imprensa, manifestações políticas...

Graças ao café, a base da economia brasileira da época, nossa vida urbana já estava formada. Em São José, o café florescia, excelente, apreciado, procurado, precisando de fácil escoamento. Foi quando um grupo de arrojados agricultores, liderados por José da Costa Machado e Souza, criou o Ramal Férreo do Rio Pardo, inaugurado em 1887, com a chegada do primeiro trem e, no ano seguinte, transferido à Companhia Mogiana.

E a vida municipal corria tranquila. Conviviam conservadores e liberais com republicanos. Estes agitavam uma nova forma de governo: a República.

### Proclamação antecipada da República

E chegou 1889, o ano da Proclamação da República. Um acontecimento político, ocorrido em 11 de agosto, três meses antes da Proclamação, ressoou, projetando nacionalmente a Vila de São José do Rio Pardo. O episódio teve seu prelúdio em junho, quando membros da Sociedade Italiana XX de Setembro, infiltrada de republicanos, depois de uma festa de assentamento da pedra fundamental de sua sede, saíram às ruas, cantando a Marselhesa e defrontando-se com monarquistas. Houve agressão, confusão e envio de tropas.

Dois meses passados, depois de aparente paz, a contenda recomeçou. Na noite de 10 de agosto, o Hotel Brasil, do republicano Ananias Barbosa, foi atacado pela polícia, depois de uma reunião e homenagens ao pregador republicano e líder, Francisco Glicério. Na manhã seguinte, 11 de agosto de 1889, os republicanos prenderam o sub-delegado de polícia, José Honório de Araújo, e o chefe liberal, Saturnino Barbosa. Apoderaram-se do edifício da Casa da Câmara e Cadeia, que representava a força e a lei, e hastearam a bandeira revolucionária de Júlio Ribeiro, proclamando a República, sob o som da proibida Marselhesa.

No dia seguinte, à tarde, a tropa chegada de São Paulo retomou a cidade dos republicanos. Três meses depois, 15 de novembro, uma nova forma de governo se implantava no Brasil: a República.

---

Pela atuação incomum e única dos rio-pardenses no movimento republicano, o Decreto 179, de 29 de maio de 1891, elevou a Vila de São José do Rio Pardo à categoria de Cidade, com a denominação de Cidade Livre do Rio Pardo, que vigorou por apenas oito dias, pois os rio-pardenses, embora engrandecidos e orgulhosos, preferiram a denominação primeira e original. O Decreto 207, de 6 de junho, retificou o anterior, passando a Cidade a denominar-se, novamente, São José do Rio Pardo.

A comarca de nossa Cidade se instalou em 8 de dezembro de 1892, pela Lei nº 80, separando- se da de Casa Branca, tendo vida jurídica autônoma. O Dr. Eliseu Guilherme Christiano foi o primeiro Juiz de Direito da nova Comarca.

E a Casa da Câmara, abrigando os três poderes, aos poucos tornou-se pequena para o pujante município. Em suas dependências achavam-se instalados: a Câmara, a Intendência, o Fórum, a Coletoria, o corpo de guardas e duas celas para presos.

A reforma pleiteada da Casa da Câmara e da Cadeia não se realizou. A Câmara encontrou a solução para preservá-la. Adquiriu, em 1901, o terreno ao lado do seu, doando-o ao Estado para a construção do Fórum. Com o decidido apoio do Dr. Antônio Cândido Rodrigues, então Secretário da Agricultura, o edifício do Fórum e Cadeia foi inaugurado em 1902, desafogando a Casa da Câmara.

Em 1968, os poderes constituídos: Legislativo, Executivo e Judiciário transferiram-se da Praça Capitão Vicente Dias para edifícios próprios, construídos na Praça dos Três Poderes.

E a antiga Casa da Câmara e Cadeia, que abrigou tantos lances históricos de São José do Rio Pardo, resiste. Hoje, está preservada pelo Município, pela Lei 1.067, de 3 de outubro de 1979, que a declara de interesse histórico e cultural.

## **Pontos Turísticos**

Privilegiada pela natureza, São José do Rio Pardo é contemplada por diversos pontos turísticos a céu aberto, dentre eles a estátua do Cristo Redentor – no topo de uma montanha que emoldura a cidade; o Recanto Euclidiano – onde história, tradição e memória se encontram às margens do Rio Pardo; a Ilha de São Pedro – atrativo

---

singular do turismo do interior paulista; cachoeiras, fazendas históricas e muitos outros para se conectar à natureza.

No espaço urbano, o Museu Rio-Pardense conta um pouco da rica história da cidade e sua importância na cultura do café no Estado; a Casa Euclidianas – maior acervo brasileiro sobre a vida e obra do escritor Euclides da Cunha; o Centro Cultural Ítalo-Brasileiro – que preserva a história da imigração e a cultura italiana; a Ponte Metálica Euclides da Cunha; a Igreja Matriz e tantos outros espaços e atrativos de natureza artística, intelectual e cultural da cidade.

Ilha de São Pedro: situada praticamente no centro da cidade, é local de grande interesse turístico, sendo um dos mais visitados da cidade. Abriga um minizoológico e um parque florestal. Recentemente, passou por uma ampla reforma em suas instalações, que teve como produto uma grande sala multiuso, apropriada para exposições de arte, apresentações musicais, aulas de educação ambiental, entre outras atividades. No mesmo local será instalada uma cafeteria, para apoio e alimentação dos visitantes. O acesso à Ilha se faz através de ponte pênsil.

Cristo Redentor: imponente estátua construída em Campinas e trazida desmontada para esta cidade, nos anos 40. Colocada num dos morros circundantes, tem ao todo 17 metros, sendo 5 do pedestal, que abriga pequena capela. Os 17 metros lembrariam as 17 letras do nome de São José do Rio Pardo. Descortina-se de lá excelente panorama. É ponto de grande interesse turístico, a que se chega por estrada asfaltada, com amplo espaço para estacionamento de veículos.

A Praça dos Três Poderes reúne os poderes: legislativo, executivo e judiciário do município. Neste mesmo quarteirão, até 1908 existiu o primeiro Cemitério Municipal. Após a sua completa remoção, no local foi construído o Jardim do Artese, idealizado pelo artista e construtor Paschoal Artese, em 1914. Com a expansão da cidade, o espaço deixado pelo primeiro Cemitério Municipal e pelo Jardim do Artese foi ocupado pelo conjunto harmonioso de belos prédios dos Três Poderes: o Legislativo, com a Câmara Municipal, o Executivo, com a Prefeitura Municipal e o Judiciário, com o Fórum Jovino de Sylos, inaugurados em 15 de agosto de 1968, com a presença do Governador Abreu Sodré e secretários de Estado.

---

## A Câmara



Fachada da Câmara Municipal.

Foto: Matheus Dalbon Schiavon / arquivo da Câmara.

A Câmara Municipal de São José do Rio Pardo sempre teve uma tradição de buscar uma ampla conexão com a sociedade através de ações educativas e formativas. É muito comum ocorrerem visitas de escolas a sua sede, bem como dos seus vereadores visitarem unidades escolares para divulgar as ações do Poder Legislativo.

Ao longo da história, diferentes programas foram instituídos através de resoluções para potencializar essa vocação. Projetos como “Câmara Mirim”, “Câmara Jovem” e “Câmara Cidadã” são bons exemplos de ações que marcaram época dentro do Poder Legislativo local.

Entretanto, com a criação da Lei Municipal nº 5.002, de 07 de dezembro de 2017, que institui o curso de formação de vereadores e dá outras providências, abriu-se nova perspectiva para a criação de uma escola do legislativo. Ocorre que os vereadores da 36º legislatura (2017 – 2020) entenderam que, antes de tomar posse, era necessário que os edis passassem por momento de capacitação, tendo maior conhecimento de temas básicos para o exercício de sua função, como a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica

---

Municipal, o papel do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, dentre outros.

Ao longo da referida legislatura, alguns vereadores passaram a conhecer o trabalho de escolas legislativas instituídas em outras Câmaras Municipais, em Assembleias Legislativas e até no Congresso Nacional.

A realização do 1º Curso de Formação de Vereadores, ocorrido em dezembro de 2020, preparando os vereadores para a 37ª legislatura, foi um grande sucesso, suscitando matérias jornalísticas das mais diversas, bem como provocando vereadores e cidadãos de toda a região a tentar participar do referido curso. Infelizmente o momento de pandemia não permitiu tal abertura.

O ano de 2021 foi decisivo para a criação da Escola do Legislativo. No entanto, a vigência da Lei Federal Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, impedia que órgãos públicos promovessem aumento de despesas, inviabilizando a criação de tal estrutura. Tão logo as atividades legislativas do ano de 2022 se iniciaram, junto com a proposta de uma reforma administrativa na Câmara Municipal de São José do Rio Pardo, foi apresentado Projeto de Resolução que criou a Escola do Legislativo “Cidade Livre do Rio Pardo”.

Por toda a sua relevância, a resolução de criação foi promulgada em 4 de abril de 2022, durante sessão solene de comemoração da data de fundação do município, junto com homenagens póstumas a ex-presidentes da Câmara Municipal, ex-prefeitos e homenagens em vida a ex-vice prefeitos, bem como a outorga do Diploma de Mérito Comunitário a personalidades e empresas que se destacaram no município. Trata-se de um presente para a cidade de São José do Rio Pardo.

De acordo com a Resolução nº 8, de 04 de abril de 2022, que dispõe sobre a criação da Escola do Legislativo “Cidade Livre do Rio Pardo”, a escolha do nome, conforme já relatamos, se deu a partir do importante episódio republicano ocorrido em São José do Rio Pardo nos dias 10 e 11 de agosto de 1889, que projetou a cidade nacionalmente, uma vez que a Proclamação da República ocorreu de forma “antecipada” em território rio-pardense, inspirando e impulsionando republicanos em todo o País a fortalecer o movimento

---

que culminou com a Proclamação da República em 15 de novembro daquele ano.

Destacamos novamente que, devido ao episódio republicano, o município passou a ser denominado como Cidade Livre do Rio Pardo, substituindo o nome do seu padroeiro, São José do Rio Pardo. A mudança do nome durou pouco tempo, reestabelecendo-se o nome em homenagem ao santo padroeiro dias depois. Entretanto, o termo “Cidade Livre do Rio Pardo” estampa de forma permanente o brasão de armas do município de São José do Rio Pardo.

Por fim, cabe destacar que a resolução de criação de nossa escola legislativa faz menção a seus patronos, os professores Márcio José Lauria e Rodolpho José Del Guerra, personagens ímpares, que dedicaram suas vidas à preservação da memória do município, bem como a valorização do Poder Legislativo, da democracia e da cidadania.

## A Escola

Conforme previsto na Resolução nº 08, de 4 de abril de 2022, bem como na Lei Municipal nº 5.920, de 5 de abril de 2022, que alterou a Lei Municipal nº 4.732, de 07 de outubro de 2016, e que dispõe sobre a estrutura funcional e administrativa da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo, a estrutura organizacional da Escola do Legislativo “Cidade Livre do Rio Pardo” é composta por um Diretor Geral e por um Diretor Executivo.

A Escola está diretamente subordinada à Diretoria Administrativa e Legislativa da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo e à Presidência da Casa. A função de Diretor Geral é exercida pelo Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo, ou por um vereador por ele designado. A função de Diretor Executivo é exercida por servidor efetivo da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo.

A Escola tem a sua sede nas dependências da Câmara de Vereadores de São José do Rio Pardo, contanto com o apoio dos serviços dos departamentos da Casa, e utiliza como salas de aula e eventos o Salão Nobre Vereador Euclides Bastos, a Sala Antônio Pereira Dias e o Plenário Vereador Francisco de Escobar, de acordo

---

com as características de cada ação desenvolvida. Eventualmente, quando se fizer necessário, a Escola do Legislativo poderá solicitar a utilização de outros espaços públicos, como escolas, a Fundação Educacional e a Faculdade Euclides da Cunha (FEUC), dentre outros.

A Escola do Legislativo "Cidade Livre do Rio Pardo" tem como missão precípua contribuir para o fortalecimento e a consolidação do papel institucional do Poder Legislativo rio-pardense, bem como desenvolver ações de educação para a cidadania objetivando a difusão cultural, capacitação e a aproximação da sociedade ao parlamento municipal.

Todos os objetivos da Escola do Legislativo "Cidade Livre do Rio Pardo" estão detalhados na Resolução de criação do programa e também no Projeto Político Pedagógico, que podem ser acessados em:

- Resolução: <http://leismunicipais/zkwug>
- PPP: <https://bityli.com/apJEIka>

Para cumprir os seus objetivos, a Escola estabeleceu os seguintes programas a serem descritos a seguir: a) eventos de formação e capacitação; b) interação com escolas e instituições; c) publicações de caráter informativo, explicativo e/ou de utilidade pública; d) parcerias, convênios e cooperação técnica; e) publicações acadêmicas e editoração de materiais.

### **Cartilha “Câmara Cidadã”**



Divulgação do lançamento da Cartilha.

Arte: Matheus Dalbon Schiavon / arquivo da Câmara.

---

Está disponível no site da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo a nova versão, atualizada, da Cartilha do Programa “Câmara Cidadã”, que engloba as ações mais recentes da Escola. Nesta nova versão há textos históricos, inclusive publicações da historiadora Amélia Frazolin Trevisan, atualizados pelo professor Antônio Fernando Torres, que contam um pouco da própria história da Câmara Municipal, além dos símbolos do município e exercícios complementares no final da Cartilha, que promovem ainda mais interação com os leitores.

Além disso, a Cartilha traz, de forma simples e explicativa, alguns pontos do regimento interno da Câmara, a ação dos vereadores, funcionamento do Plenário e as diretrizes das Sessões Ordinárias, processo e elaboração de projetos de lei, as Comissões Permanentes e a participação popular, entre outras informações relevantes sobre o Legislativo Municipal.

A versão digital da Cartilha pode ser acessada diretamente pelo link <https://online.fliphtml5.com/tozkn/jxju/> ou através do site da Câmara ([www.camarasjriopardo.sp.gov.br](http://www.camarasjriopardo.sp.gov.br)), na aba “Publicações da Câmara”.

Esta é mais uma importante colaboração da Casa Legislativa à Educação e à formação dos alunos, principalmente no tocante ao Poder Legislativo Municipal, que servirá não apenas para que as escolas conheçam a história da Câmara, mas sua atuação. A Cartilha é, acima de tudo, uma fonte de pesquisa para muitas gerações.